



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE MINAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO



Amanda Regina De Araújo dos Santos Ribeiro

**ENTRE EDIFÍCIOS RESTAURADOS E TERRITÓRIOS PERDIDOS - A
INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM MEIO AO AVANÇO
MINERÁRIO: um estudo de caso sobre o distrito de Miguel Burnier, Ouro Preto/MG**

OURO PRETO

2025

Amanda Regina De Araújo dos Santos Ribeiro

**ENTRE EDIFÍCIOS RESTAURADOS E TERRITÓRIOS PERDIDOS - A
INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM MEIO AO AVANÇO
MINERÁRIO: um estudo de caso sobre o distrito de Miguel Burnier, Ouro Preto/MG**

Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel (a) em Arquitetura e Urbanismo.

Orientação: Profa. Dra. Karine Gonçalves Carneiro

Coorientação: Ms. Lucas Ramos de Oliveira Santos

OURO PRETO

2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

R484e Ribeiro, Amanda Regina de Araujo dos Santos.
Entre edifícios restaurados e territórios perdidos - a
instrumentalização do patrimônio em meio ao avanço minerário
[manuscrito]: um estudo de caso sobre o distrito de Miguel Burnier, Ouro
Preto/MG. / Amanda Regina de Araujo dos Santos Ribeiro. - 2025.
89 f.: il.: color., gráf., tab., mapa.

Orientadora: Profa. Dra. Karine Gonçalves Carneiro.
Coorientador: Me. Lucas Ramos de Oliveira Santos.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola
de Minas. Graduação em Arquitetura e Urbanismo .

1. Arquitetura. 2. Patrimônio cultural. 3. Propriedade territorial. 4.
Mineração. 5. Cartografia. I. Carneiro, Karine Gonçalves. II. Santos, Lucas
Ramos de Oliveira. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 72:711.4

Bibliotecário(a) Responsável: Soraya Fernanda Ferreira e Souza - SIAPE: 1.763.787



FOLHA DE APROVAÇÃO

Amanda Regina de Araújo dos Santos Ribeiro

Entre Edifícios Restaurados e Territórios Perdidos: a instrumentalização do patrimônio em meio ao avanço minerário - um estudo de caso sobre o distrito de Miguel Burnier, Ouro Preto/MG

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel

Aprovada em 04 de setembro de 2025

Membros da banca

Profa.Dra. Karine Gonçalves Carneiro - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Ms. Lucas Ramos de Oliveira Santos - Co-orientador (Ministério Público do Estado de Minas Gerais)
Profa. Dra. Ana Paula Silva de Assis - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Ms. Laura Dias Rodrigues de Paulo - (Ministério Público do Estado de Minas Gerais)

Profa.Dra. Karine Gonçalves Carneiro, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 04/09/2025



Documento assinado eletronicamente por **Karine Gonçalves Carneiro, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/10/2025, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1000177** e o código CRC **6FC94A71**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por ser minha fortaleza, por me conceder graças e sabedoria ao longo desses anos. Tudo isso me conduziu até aqui e iluminou meu caminho mesmo nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, Regina e Roberto, que sempre acreditaram em mim e me apoiaram incondicionalmente nas minhas decisões. Deixo aqui minha gratidão pelo apoio constante e por acreditarem em mim durante essa jornada.

A toda minha família e amigos, obrigado por acreditarem em mim e caminharem comigo, obrigado pelo apoio, pelo incentivo, pelo carinho, por todas as palavras de encorajamento e por celebrarem cada pequena vitória comigo, tornando essa conquista ainda mais significativa.

Agradeço a todos os professores e mentores, em especial aos meus orientadores Karine e Lucas, pela experiência transmitida, por cada ensinamento, pela paciência, dedicação e pelo incentivo constante.

À Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), deixo aqui minha sincera gratidão pelo ensino de qualidade, pelas oportunidades, aprendizados e por essa base sólida que sustentou toda a minha formação acadêmica.

Por fim, agradeço também a todas as dificuldades que enfrentei ao longo do trajeto, que apesar de terem tornado tudo mais difícil, foram fundamentais para meu crescimento pessoal e acadêmico, se não fosse por elas, não teria saído do lugar.

Se eu cheguei até aqui, é porque todos vocês moldaram minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional de maneira inestimável.

*“Mas o veneno e o atraso, disfarçado de progresso
Que apodrece a nossa fonte e a nossa foz.
Não nos faz tirar os olhos do horizonte
Nem polui a esperança que nasce dentro de nós.”*

(Gabriel o Pensador)

RESUMO

ENTRE EDIFÍCIOS RESTAURADOS E TERRITÓRIOS PERDIDOS - A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM MEIO AO AVANÇO MINERÁRIO: um estudo de caso sobre o distrito de Miguel Burnier, Ouro Preto/MG

Esta monografia analisa criticamente os conflitos territoriais provocados pelo rápido crescimento da atividade minerária que, em meio a seu avanço, como instrumento de responsabilidade social, investe no patrimônio cultural edificado. Como estudo de caso dessa situação, trabalharemos com o patrimônio cultural edificado do distrito de Miguel Burnier em Ouro Preto – Minas Gerais. Para tal, a partir do uso do método cartográfico, que tem como base filosófica Gilles Deleuze e Félix Guattari, nos debruçamos sobre a forma como a empresa Gerdau tem operado no distrito a partir de duas frentes distintas e contraditórias, que estão muito além da simples transformação física do território: uma delas que envolve a expansão das atividades minerárias e os danos provocados ao território e à comunidade e a outra que diz respeito aos investimentos que essas mesmas empresas fazem em conservação e restauro de edifícios patrimoniais presentes na região de Ouro Preto, sobretudo, no próprio distrito de Miguel Burnier. Neste contexto, o objetivo geral da pesquisa foi o de compreender tais conflitos territoriais causados pelo avanço da mineração no distrito e a relação existente entre a mineração e a instrumentalização do patrimônio cultural edificado. No âmbito da aplicação da metodologia escolhida, produzimos representações estético-políticas das transformações às quais o território está submetido. Como resultado, a pesquisa mostrou como o território de Miguel Burnier e o seu patrimônio cultural edificado, símbolo de pertencimento da comunidade, vem sendo usado pela empresa Gerdau Açominas, como ferramenta de legitimação da atuação minerária, por um lado, e para a ocultação das contradições criadas por essa atividade, por outro. Ao abordar as tensões que envolvem a exploração mineral, a memória e a arquitetura, o estudo buscou revelar a visão dual do patrimônio, onde ele se torna uma vitrine para o progresso, ao mesmo tempo em que se torna um instrumento de expansão territorial e morte do território de vida e existência da comunidade.

Palavras-chave: Mineração; Patrimônio cultural edificado; Conflitos territoriais; Miguel Burnier; Método Cartográfico

ABSTRACT

BETWEEN RESTORED BUILDINGS AND LOST TERRITORIES – THE INSTRUMENTALIZATION OF HERITAGE AMIDST MINING EXPANSION: a case study on the district of Miguel Burnier, Ouro Preto/MG

This monograph critically analyzes the territorial conflicts triggered by the rapid expansion of mining activity which, while advancing, employs investment in built cultural heritage as a tool of corporate social responsibility. As a case study of this situation, the research focuses on the built cultural heritage of the district of Miguel Burnier in Ouro Preto, Minas Gerais. Using the cartographic method, based on the philosophical perspectives of Gilles Deleuze and Félix Guattari, the study examines how the Gerdau company operates in the district through two distinct and contradictory fronts that go far beyond the physical transformation of the territory: on the one hand, the expansion of mining activities and the resulting damages to the territory and community; on the other, the investments made in the conservation and restoration of heritage buildings in the region of Ouro Preto, particularly in the district of Miguel Burnier itself. In this context, the main objective of the research was to understand such territorial conflicts caused by the advance of mining and the relationship between mining and the instrumentalization of built cultural heritage. Through the chosen methodology, the study produced aesthetic-political representations of the transformations imposed on the territory. The results indicate that the territory of Miguel Burnier and its built cultural heritage—symbols of community belonging—are being used by Gerdau Açominas, on the one hand as a tool to legitimize its mining activities and, on the other hand, to conceal the contradictions created by such activity. By addressing the tensions involving mineral exploitation, memory, and architecture, the study reveals a dual view of heritage, where it becomes both a showcase for “progress” and an instrument for territorial expansion and erasure of the community’s living space and existence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Geolocalização do distrito de Miguel Burnier em Ouro Preto, Minas Gerais.....	7
Figura 2 – Mapa da região do Quadrilátero Ferrífero com destaque para o distrito de.....	7
Miguel Burnier no município de Ouro Preto.....	7
Figura 3 – Mapa de localização dos subdistritos e comunidades de Miguel Burnier.....	8
Figura 4 - Núcleo Urbano da sede de Miguel Burnier em 2018.....	9
Figura 5 - Fragmento das cartas da capitania de Minas Gerais, com Indicação do local.....	18
Figura 6 - Foto de 2012 das ruínas da antiga Fábrica de Ferro Patriótica.....	21
Figura 7 - Foto aérea do Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier - década de 40.....	22
Figura 8 - “Usina Wigg para manganês na Estação da Usina, E.F.C.B., quilômetro 501.”,.....	23
local onde existia a Estação Usina próxima à Vila Wigg.....	23
Figura 9 - Visão geral das instalações desativadas da Siderúrgica Barra Mansa.....	25
Figura 10 - Linha do tempo do contexto histórico e social de Miguel Burnier.....	26
Figura 11 - Expansão das atividades minerárias entre 2006 e 2011.....	36
Figura 12 - Expansão das atividades minerárias em 2025.....	37
Figura 14 - Campo de futebol e cemitério em 2024.....	38
Figura 15 - Foto de divulgação da própria Gerdau sobre investimento R\$ 3,2 bi na mina de Miguel Burnier e mineroduto.....	40
Figura 16 - Unidade de Tratamento de Minérios I vis-à-vis ao cemitério da comunidade 2018. Foto tirada de dentro do cemitério.....	40
Figura 17 – Postagens online demonstrando o constante esvaziamento do distrito.....	42
Figura 18 – Geolocalização dos patrimônios culturais materiais identificados em Miguel Burnier, Ouro Preto, Minas Gerais, totalizando 429 pontos de relevância cultural.....	51
Figura 19 – Estação ferroviária de Miguel Burnier antes da restauração.....	56
Figura 20 – Estação ferroviária de Miguel Burnier depois de restaurada.....	57
Figura 21 – Foto da 8ª edição Festival Cultural de Miguel Burnier que aconteceu no ano de 2017.....	58
Figura 22 - Visão geral da Usina Wigg.....	60
Figura 23 – Fachada principal da Igreja do sagrado Coração de Jesus depois de restaurada...	62
Figura 24 – Vista interna da Igreja do Sagrado Coração de Jesus depois de restaurada.....	62
Figura 25 e 26 – Festa do Sagrado Coração de Jesus realizada em Miguel Burnier em 2025.	63
Figura 27 – Linha do tempo do histórico de licenciamentos x investimentos em patrimônio cultural edificado pela Gerdau.....	73

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. DA ASCENSÃO AO DECLÍNIO: O CONTEXTO HISTÓRICO DE MIGUEL BURNIER.....	16
3. PERSPECTIVAS CONFLITANTES: A GERDAU, O PATRIMÔNIO E A COMUNIDADE.....	28
3.1.A chegada da Gerdau e a ilusão da redenção econômica.....	29
3.2. Danos e Invisibilização: os avanços da mineração e seus impactos no território.....	33
4. PRIORIZANDO O PASSADO PARA ALTERAR O PRESENTE: O DILEMA ENTRE PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO E A EXISTÊNCIA COMUNITÁRIA.....	51
4.1. Três patrimônios, múltiplos sentidos.....	54
4.1.1 Estação Ferroviária de Miguel Burnier.....	55
4.1.2 Usina Wigg.....	59
4.1.3 Igreja do Sagrado Coração de Jesus.....	61
4.2. Entre Ruínas restauradas e territórios violados: quando o patrimônio se torna vitrine para o progresso.....	64
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	80

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho produz um estudo sobre o distrito de Miguel Burnier, considerando-o como um território em conflito, no qual as relações da mineração com a comunidade e seu patrimônio cultural edificado geram tensões às quais buscaremos expor no decorrer do texto. Porém, antes de trabalhá-las, é importante situar o cenário que circunda o território.

Temos visto, de forma cada vez mais crescente, a defesa da atividade extrativa mineral como forma de manter os padrões e modos de vida na atualidade. Entretanto, sabemos que tal postura reforça o discurso hegemônico de base desenvolvimentista e neoliberal, tentando invisibilizar os danos causados para o entorno de onde tais práticas estão inseridas. Nesse sentido, as empresas mineradoras têm mantido uma relação, ao mesmo tempo, estreita e conturbada com as comunidades locais e seus territórios de existência. Não é de hoje que a atividade minerária produz pessoas atingidas pela devastação causada por ela, ou seja: “tais enfrentamentos se situam não somente na instância econômica, mas se refletem nas bruscas alterações dos modos de vida locais, nas disputas territoriais, nas modificações do meio ambiente, na destruição do patrimônio cultural edificado, nos conflitos de direitos à memória” (Akinruli, 2020, p. 4).

Tendo a atividade extrativa mineral como foco principal deste trabalho, como veremos adiante, não podemos deixar de falar do estado brasileiro de Minas Gerais, local que recentemente enfrentou graves desastres-crime¹ como resultado da extração do minério de ferro. Dentre tais desastres, destacamos o rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da mineradora Samarco, controlada pelas empresas Vale e BHP Billiton, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, em Mariana. Tal acontecimento foi responsável por despejar, aproximadamente, 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro na bacia do rio Doce, ceifar vidas, destruir comunidades, poluir cursos d’água, ao ponto de tal destruição extrapolar os limites físicos do estado de Minas Gerais e alcançar o estado do Espírito Santo e o Oceano Atlântico (MPMG, 2020).

Em 25 de janeiro de 2019, a barragem da Mina Córrego do Feijão, de responsabilidade da empresa Vale, rompeu-se no município de Brumadinho, espalhando, segundo o Governo de Minas Gerais (2024), aproximadamente 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos,

¹Distintas terminologias têm sido utilizadas para nomear os acontecimentos relacionados à ruptura de barragens e estruturas da mineração: desastre socioambiental, desastre tecnológico, desastre sociotecnológico, dentre outras. No âmbito deste trabalho utilizaremos o termo desastre-crime para dar visibilidade à forma com as pessoas atingidas por tais desastres têm se referido a esses acontecimentos.

causando a morte de 272 pessoas e a poluição da bacia do Rio Paraopeba. A destruição se estendeu por centenas de quilômetros e atingiu, ao todo, 26 municípios, gerando diversos danos ambientais e socioeconômicos.

Importante destacar que as afetações da prática extrativa mineral, em Minas Gerais, não tem provocado danos apenas quando ocorre a ruptura de uma estrutura minerária. Isso porque, além dos desastres-crime de grande visibilidade, existe aquilo que as pessoas atingidas têm chamado de “lama invisível”, já que, mesmo sem ter ocorrido o rompimento de uma estrutura, danos são provocados pelas empresas minerárias – muitas vezes em virtude de processos de descaracterização de barragens em risco de ruptura – às comunidades e seus territórios, gerando degradação ambiental, deslocamentos forçados e descaracterização de seus modos de vida. Esse tipo de violência cotidiana está presente no contexto da exploração minerária e podemos citar exemplos emblemáticos que ilustram essa realidade. Em Macacos, distrito de Nova Lima, segundo a Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil - AMIG (2020), no ano de 2019, centenas de pessoas foram evacuadas de suas casas quando uma barragem, de responsabilidade da mineradora Vale, atingiu o nível 3 de instabilidade e passou a ser considerada em risco iminente de rompimento. Embora o rompimento não tenha se concretizado, o medo constante e a ruptura brusca do tecido comunitário são impactos que raramente ganham algum tipo de destaque nos discursos oficiais.

Outro caso emblemático é o de Itatiaçu, na região Central de Minas Gerais, onde o eco das sirenes de alerta forçou as pessoas a deixarem para trás tudo que construíram. Nesse contexto, a decretação de uma mancha de inundação, caso a ruptura ocorresse, a chamada “Zona de Autossalvamento” (ZAS)², levou ao esvaziamento de comunidades inteiras, como a do Pinheiros, pela empresa ArcelorMittal. Além de Pinheiros, diversas outras comunidades como Samambaia, Curtume, Quintas do Itatiaia, Lagoa das Flores, Retiro Colonial, Capoeira de Dentro e Vieiras tiveram suas rotinas alteradas. Segundo o Movimento dos atingidos por barragens, cerca de 2 mil pessoas sofreram com o risco de rompimento dessa barragem (MAB, 2024).

Em Barão de Cocais, no ano de 2019, mais de 230 pessoas foram retiradas às pressas de suas casas, quando a barragem da empresa Vale entrou no alerta máximo de emergência de rompimento. Após permanecer por 5 anos no nível de emergência 3, a Agência Nacional de

²De acordo com o Art. 12, § 1º, da Lei Estadual nº 23.795 de 15 de janeiro de 2021 – que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens (PEAB) – “considera-se zona de autossalvamento a porção do vale a jusante da barragem em que não haja tempo suficiente para uma intervenção da autoridade competente em situação de emergência” (Minas Gerais, 2021).

Mineração (ANM) anunciou, no ano de 2024, a redução do nível de emergência da barragem para 2. Ainda assim, os moradores que foram retirados de suas casas não têm previsão de retorno (ANM, 2024). Também o distrito de Antônio Pereira vive uma situação semelhante. No ano de 2020, o risco de rompimento da barragem Doutor foi elevado para nível 2 o que ocasionou o deslocamento forçado das pessoas que moravam nas proximidades, segundo o site de notícias Brasil de fato (2025). O deslocamento foi ainda mais traumático devido às sucessivas alterações na mancha da ZAS, o que fez com que famílias vizinhas fossem retiradas em momentos diferentes. Além disso, tudo ocorreu em meio à crise sanitária provocada pela pandemia de covid-19, que exigia medidas de distanciamento social e agravava ainda mais a vulnerabilidade dos atingidos.

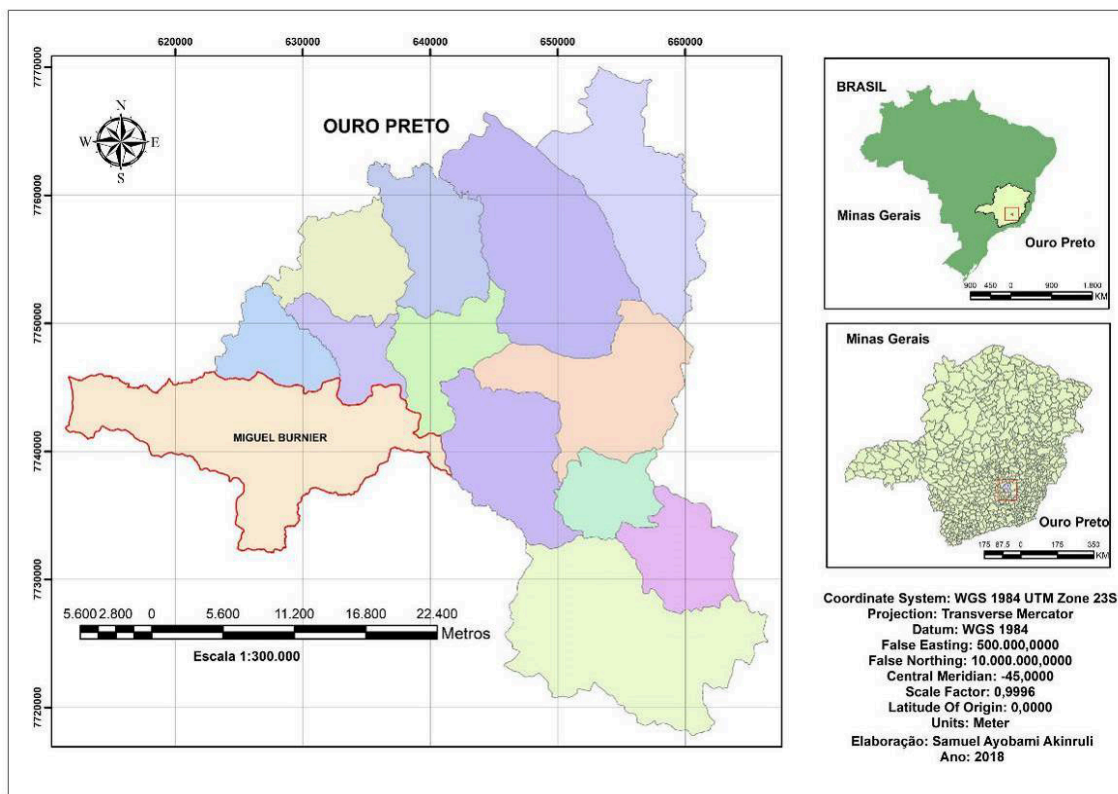
Esses são só alguns exemplos que evidenciam como a atividade extrativa mineral trabalha em duas frentes distintas: a visível e ruidosa, que é o rompimento de barragem, de fato, e que ganha destaque nos noticiários; e a invisível e silenciosa, porém não menos devastadora, que opera por meio de estratégias de controle, expulsão e destruição da vida cotidiana dos territórios minerados. A lama invisível não destrói apenas quando vaza pelas encostas das montanhas, mas quando invade os laços, as memórias, a paisagem e a permanência das pessoas em seus lugares de origem.

Como podemos ver, esse tipo de situação tem se tornado frequente em Minas Gerais, estado localizado no Quadrilátero Aquífero-Ferrífero, importante reservatório de água, essencial para a vida e para a sobrevivência dos seres que compõem a Natureza³, e também a maior província mineral do Sudeste do Brasil. Nesta região, estão localizados municípios que podem não estar enquadrados nas frentes citadas acima, mas que também sofrem, cotidianamente, danos provocados pela atividade minerária. Um deles é o distrito de Miguel Burnier (Figs. 1 e 2), recorte deste estudo, e um dos treze distritos do município de Ouro Preto-MG⁴. Com uma área de 177,4 km², Miguel Burnier é chamado de berço da siderurgia brasileira.

³ Nesta monografia, usaremos o termo Natureza com “N” maiúsculo, objetivando enfatizar sua importância e respeito como um sujeito dotado de direitos, seguindo o pensamento do economista e pesquisador equatoriano Eduardo Gudynas (2014), que defende a necessidade de reconceitualizar e revisar integralmente a Natureza como uma construção social e que, independentemente do uso humano, deve ser reconhecida como um sujeito de direitos, com uma existência digna e de valor intrínseco.

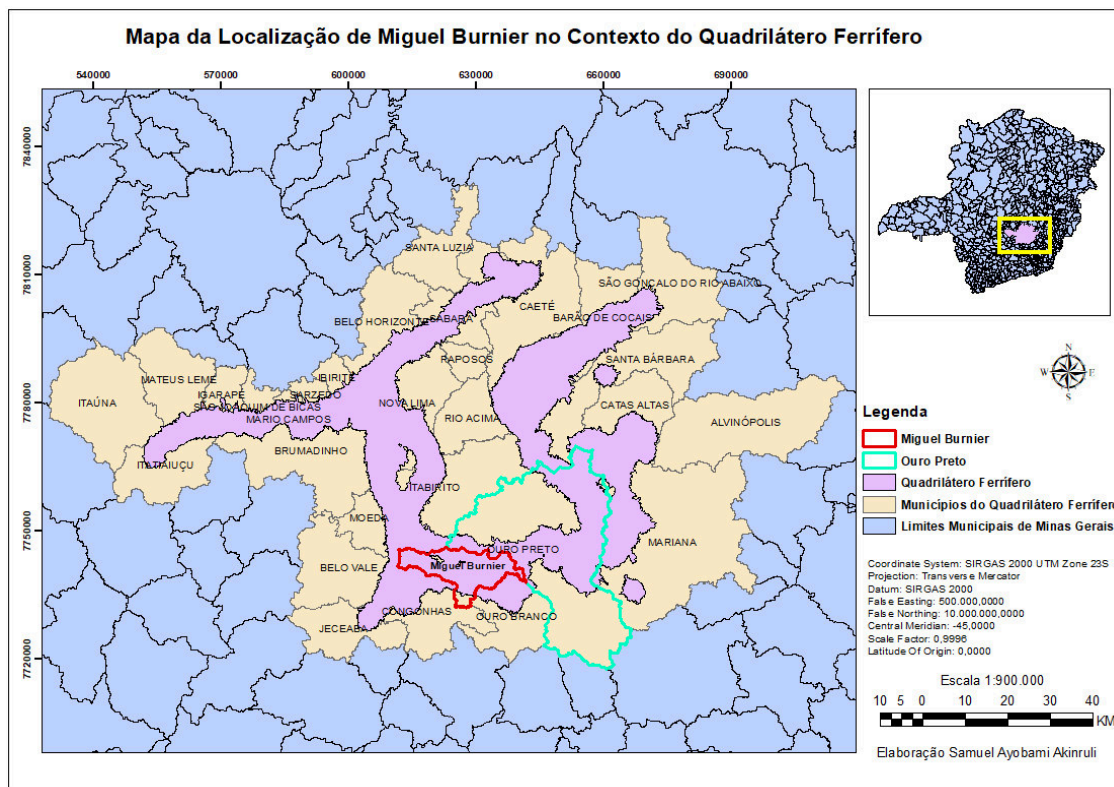
⁴ O município de Ouro Preto é composto pelos seguintes distritos: Distrito-Sede, Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Chapada (subdistrito), Engenheiro Corrêa, Glaura ou Casa Branca, Lavras Novas, Miguel Burnier, Rodrigo Silva, Santa Rita de Ouro Preto, Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Salto.

Figura 1 - Geolocalização do distrito de Miguel Burnier em Ouro Preto, Minas Gerais



Fonte – Samuel A. Akinruli, 2018.

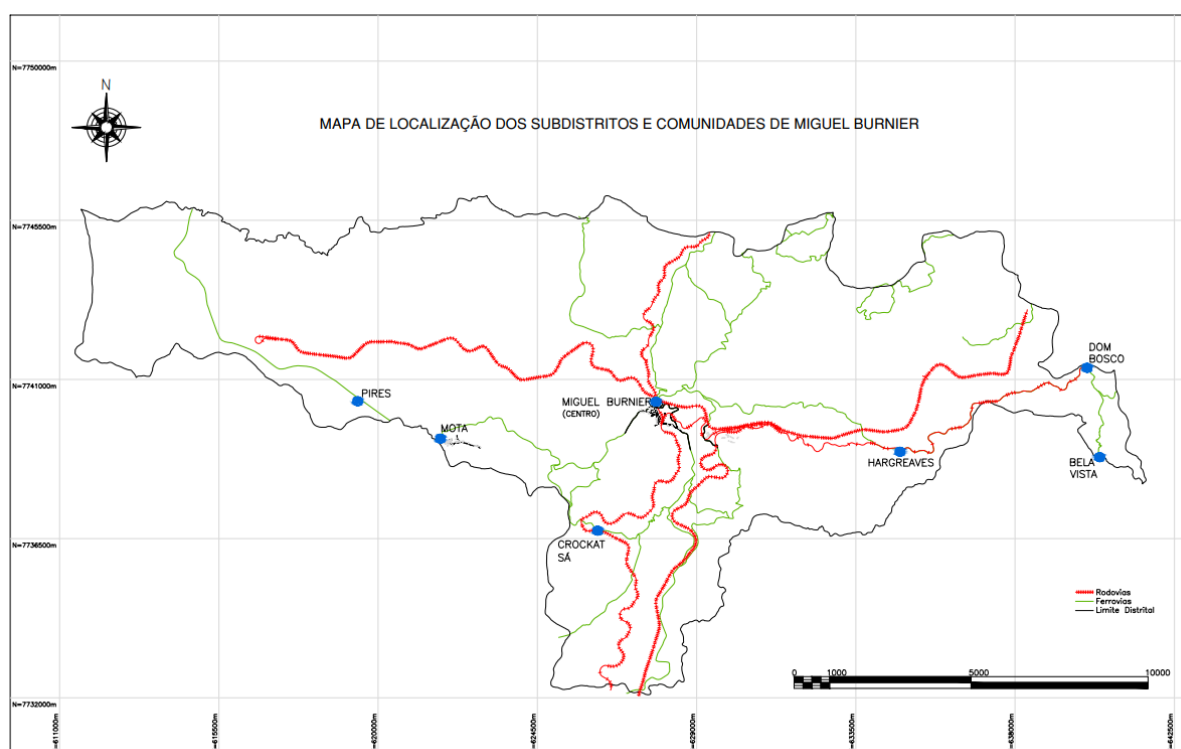
Figura 2 – Mapa da região do Quadrilátero Ferrífero com destaque para o distrito de Miguel Burnier no município de Ouro Preto.



Fonte – Akinruli, 2017.

Em sua área rural, Miguel Burnier é composto por subdistritos e comunidades que refletem a diversidade e riqueza cultural que vai além dos patrimônios edificadas e está também na agricultura, na identidade local e nas tradições religiosas. Entretanto, o avanço das atividades extrativas minerárias têm trazido danos para essas localidades e dificultado a preservação desses tipos de fazeres e saberes tradicionais. Entre os subdistritos, podemos destacar Mota, Crockat de Sá e Hargreaves e, quanto às comunidades, algumas são Bela Vista, Dom Bosco e Pires (Fig. 3).

Figura 3 – Mapa de localização dos subdistritos e comunidades de Miguel Burnier



Fonte – Plano diretor da cidade de Ouro Preto (2025), com modificações da autora.

Sobre isso, Akinruli (2017) destaca que:

Tais referências toponímicas têm sido cada vez mais esquecidas e se tornado confusas dentre os próprios moradores, na medida em que a pressão das empresas mineradoras aumenta, tornando o lugar pouco propício à manutenção das atividades agrícolas por parte dos pequenos proprietários rurais e comerciantes, alterando radicalmente a paisagem, seus nomes, seus usos e ocupações (Akinruli, 2017, p.41).

O distrito tem sofrido com o avanço da mineração e são várias empresas as responsáveis por esse processo, dentre elas a mineradora Companhia Vale do Rio Doce; Namisa S.A, subsidiária da CSN; Ferro + Mineração, subsidiária da CSN; Mineração Lagoa Seca LTDA; e, sendo a principal delas, a Gerdau S.A. Nesta monografia, focaremos na sede

de Miguel Burnier, área atingida pela mineração da empresa Gerdau S.A., tanto por causa da velocidade do avanço de suas instalações no território quanto pela proximidade das atividades extrativas com o núcleo urbano. Tais situações têm provocado o deslocamento dos habitantes da sede do distrito (Fig, 4), que viu sua população reduzir de cerca de 5.000 (cinco mil) habitantes no final dos anos 80, para 76 (setenta e seis), em aproximadamente 30 (trinta) anos, segundo dados da Secretaria de Saúde do Município de Ouro Preto-MG (Macedo, Oliveira, 2019). Ou seja, uma redução de cerca de 98%, o que parece explicitar a tensão existente entre a mineradora e a população local, fator que ressalta a pertinência deste trabalho.

Figura 4 - Núcleo Urbano da sede de Miguel Burnier em 2018



Fonte: Paulo, 2019

É de relevância também enfatizar, em virtude do tema que será abordado neste trabalho que:

[...] essa mesma área apresenta ocorrência de importantes exemplares do patrimônio natural e cultural, posto que essa região apresenta ocupação histórica que remonta a antigos contextos de mineração colonial, onde ocorreu a instalação de fazendas, formação de arraiais, fundação de igrejas, o desenvolvimento da industrialização e siderurgia e o incremento de relevantes segmentos da ferrovia (Akinruli, 2020, p.2).

Dentro de um contexto de expansão dessas atividades, danos são provocados à Natureza, que frequentemente têm como resultado o desmatamento, a poluição de corpos d'água, a devastação de biomas e da biodiversidade e a degradação do solo. Mas, para além dessa dimensão de danos, tal atividade, ao atingir as comunidades, muitas vezes

marginalizadas e historicamente vulnerabilizadas, provoca o deslocamento de núcleos familiares e o comprometimento de seus modos de vida.

Contextos tais como o descrito acima têm acarretado conflitos territoriais que, por sua vez, têm ganhado cada vez mais atenção no âmbito da Arquitetura e do Urbanismo. Isso porque, de um lado, estão aqueles atores que favorecem e ampliam seus interesses privados de lucro e ampliação de atividades econômicas – como é o caso das empresas mineradoras – e, de outro lado, estão as populações locais e seus territórios de vida e existência que buscam resistir à mineração. Entretanto, podemos dizer que existe, ainda, um terceiro lado, formado por uma parcela da população que, embora diretamente afetada pelas transformações impostas pela mineração, adere mais facilmente à lógica da minério-dependência – termo que será discutido em momento oportuno. Estes últimos muitas vezes são convencidos por promessas de emprego, compensações ou melhorias na infraestrutura, por parte das empresas mineradoras, e, por isso, acabam, muitas vezes, aceitando a presença e as ações da empresa, mesmo diante das contradições e perdas que isso traz ao território.

A espacialização desses conflitos ocorre no território e nos permite visualizar e compreender que a sua apropriação pela população se contrapõe ao território das empresas mineradoras, que visam a constante ampliação como forma de majoração de lucro. Dessa forma, o território de Miguel Burnier deve ser visto como um campo de disputa de territorialidades diversas. De um lado, a mineração se territorializa violentamente, adquirindo terras, controlando fluxos logísticos e impondo limites de circulação. Do outro lado, a população local busca resistir à empreitada expansionista dessas empresas por meio do resgate da memória, da ocupação de seus espaços comunitários e do resgate de tradições, da história e identidade do lugar.

Parte dessas tradições e histórias estão imbricadas no patrimônio cultural edificado de Miguel Burnier, que carrega em suas fachadas, estruturas e espacialidades, os vestígios da formação social, econômica e cultural da comunidade. Esse patrimônio não representa apenas construções materiais, mas também modos de vida, práticas cotidianas e vínculos afetivos que foram sendo construídos ao longo do tempo pelos moradores do distrito.

Nesse contexto, Akinruli (2018) nos oferece um olhar a partir de seus estudos sobre os processos de patrimonialização na contemporaneidade, considerando os conflitos de Miguel Burnier a partir de perspectivas e interesses das forças sociais envolvidas. Akinruli (2018) destaca que:

Na atual possibilidade de deslocamento forçado e destruição da comunidade, ela se amparou em diversas formas de resistência que incluem não somente as

ferramentas legais, mas também armas simbólicas associadas à preservação de sua história e seus reflexos materiais, como os bens patrimoniais (Akinruli, 2018).

Essa é uma observação especialmente importante para o contexto de Miguel Burnier, visto que os bens patrimoniais do distrito não apenas revisitam reflexões sobre o passado, mas se tornam escudos contra o apagamento cultural e o deslocamento forçado proporcionado pelo avanço da mineração. No entanto, percebemos que também existem grandes investimentos, por parte das empresas mineradoras, em preservação e restauro de bens patrimoniais⁵, como também em eventos culturais⁶, não somente no distrito de Miguel Burnier, mas em todo o município de Ouro Preto. Isso nos leva a refletir sobre os motivos dos investimentos em um elemento que poderia representar uma barricada ao avanço da mineração. Com isso, no âmbito desses conflitos, nos interessa observar o modo como o patrimônio cultural edificado tem sido operacionalizado como ferramenta de disputa, já que ele se insere diretamente nas estratégias de territorialização tanto da mineração quanto da resistência comunitária.

Assim, é na temporalidade complexa, na conexão sempre movente entre passado e presente, que esta monografia buscou compreender os conflitos territoriais causados pela ampliação da atividade extrativa mineral da empresa Gerdau no distrito de Miguel Burnier. Nos propusemos a isso com o **objetivo geral** de cartografar e analisar, a partir de uma perspectiva crítica, a relação entre o avanço territorial da mineração na sede do distrito de Miguel Burnier e a operacionalização do patrimônio cultural edificado pela Gerdau. Como **objetivos específicos** buscamos: (I) entender o contexto histórico de Miguel Burnier e como as empresas siderúrgicas e mineradoras se instalaram no território; (II) avaliar os avanços territoriais da mineração no distrito, considerando as possíveis discrepâncias do discurso da empresa sobre seu compromisso com o bem-estar da comunidade; (III) analisar e dar visibilidade aos modos pelos quais a empresa investe no patrimônio cultural edificado da sede do distrito, de um lado, e o modo como esses lugares simbolizam territórios de existência de outro lado.

No caso do patrimônio cultural, mais especificamente, Akinruli (2020) comenta:

⁵ Por coincidência, ao longo da escrita deste texto, em setembro/2024, acontecia no município de Ouro Preto a exposição "Usina Wigg: Os Primórdios da Siderurgia no Brasil" que trazia um grande acervo sobre a usina e contava sobre sua relação com o desenvolvimento da siderurgia nacional no século XIX. Tal exposição destacava a Gerdau como a principal responsável por preservar o local onde funcionou a usina e por trazer a exposição ao público.

⁶ Um evento cultural recente que podemos destacar aconteceu em 24 de agosto de 2024, o chamado dia do Patrimônio em Miguel Burnier, que contou com diversas atrações como shows, oficinas e feira gastronômica. Este evento também destacava o grande incentivo da Gerdau para a sua realização.

As relações assimétricas estabelecidas entre as partes envolvidas com os processos de licenciamento ambiental acabam por definir o direito à vida ou à morte do patrimônio cultural. As ressignificações dos sujeitos, de suas histórias, de suas memórias e de seu patrimônio são canceladas por referências que geralmente não são as mesmas da comunidade impactada pelo empreendimento, ao passo que o Estado estabelece marcos regulatórios da exploração ambiental que estabiliza as diferenças e legitima as desigualdades ao mobilizar a cultura para fins estratégicos (Akinruli,2020, p.4).

Repetidamente, vemos a transformação de terras e da Natureza em recursos que serão usados para suprir as necessidades de outros mercados que, distantes da realidade vivida nas áreas próximas à extração, nunca saberão o peso que está sendo carregado por pessoas, as quais só tem restado assistirem o aumento dos lucros que as empresas têm em cima da morte de suas memórias, histórias e modos de vida.

Como moradora de Ouro Preto-MG, desde o nascimento, e com familiares que trabalham nas empresas minerárias da região, tenho um vínculo pessoal com as questões que envolvem a mineração e o território ouro-pretano. Tendo visitado o distrito de Miguel Burnier há algum tempo, pude ter uma visão direta dos danos provocados pela mineração na comunidade ao notar o apagamento que está em curso. Meu interesse foi ampliado a partir de um trabalho realizado na disciplina de Sustentabilidade em Arquitetura e Urbanismo, ministrada pela Profa. Dra. Karine Gonçalves Carneiro – que orienta este trabalho – e que faz parte das disciplinas ofertadas no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto.

Para além dessa justificativa pessoal, no campo da arquitetura e do urbanismo, a pesquisa torna-se relevante ao abordar de forma crítica as transformações territoriais promovidas por empresas privadas e os resultados que isso traz nos âmbitos sociais e patrimoniais. Quando analisamos a apropriação do patrimônio cultural edificado por parte das empresas e seu uso como uma ferramenta de legitimação da expansão, buscamos evidenciar esse processo contínuo de silenciamento de conflitos e apagamento de modos de vida.

Acreditamos ser, assim, possível ampliar o escopo tradicional da Arquitetura e Urbanismo ao unir aspectos relacionados à justiça socioespacial, à memória coletiva e às disputas territoriais. Além disso, buscamos contribuir para o debate sobre a ética na preservação do patrimônio cultural edificado, questionando quem decide o que merece ser preservado e a serviço de quais interesses. Nesse sentido, o trabalho pode vir a reafirmar o papel social do arquiteto e urbanista na defesa de territórios e na mediação entre o desenvolvimento econômico e os direitos das comunidades.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa será realizada tendo o método cartográfico como principal meio de análise e representação. Fundamentado na filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011), este método vai além da simples reprodução ou representação da realidade. Em sua concepção, ao invés de uma representação fria e imutável de uma realidade pré-existente, “o método cartográfico compreende a pesquisa como um processo de construção coletiva, sempre aberto a reconstruções” (Carneiro; Souza, 2020).

Ainda, Romagnoli (2009) destaca que a cartografia se apresenta como valiosa ferramenta de investigação, pois possibilita ao(à) pesquisador(a) abarcar a complexidade, a zona de indeterminação que acompanha a pesquisa. Deste modo, podemos entender que o conceito de cartografia está consubstanciado em fazer o tempo e o espaço traçarem e marcarem os movimentos que mapeiam o território pensado ou vivido. Assim, a cartografia permitirá que tenhamos uma compreensão visual e espacial das transformações territoriais e possibilitará dar visibilidade, a partir de formas de representação estético-políticas, àquilo que é invisibilizado pelo discurso hegemônico. Nessa toada, fizemos um estudo de caso, utilizando uma abordagem qualitativa para a análise dos dados, através da coleta e análise de documentos históricos, econômicos e sociais e da análise de trabalhos acadêmicos, visando entender e evidenciar a forma como tais investimentos no patrimônio cultural edificado contribuem para aquilo que é denominado minério-dependência.

No que diz respeito à estrutura da monografia, é importante ressaltar que não temos um capítulo dedicado exclusivamente aos referenciais teóricos, isso porque o objetivo é integrar a teoria com os estudos sobre o distrito ao longo de todo o trabalho, de forma que estes se complementem continuamente. Entretanto, vale ressaltar os principais conceitos utilizados. De início destacamos as noções de *território* e *territorialidade*, temas importantes para entendermos que os conflitos em Miguel Burnier estão muito além de uma delimitação física ou administrativa. Para tal, adotamos como base teórica as reflexões de Porto-Gonçalves, que compreende o território como um espaço de relações, conflitos e produção de sentidos.

Abordamos também o conceito de *minério-dependência*, a partir de Gudynas (2009) e Quintão, Teodósio e Dias (2022), que nos ajuda a compreender como as populações ficam reféns da lógica econômica extrativista. Finalmente, utilizamos o conceito de *desastralização*, conforme proposto por Carneiro e Souza (2023), que nos permite compreender os desastres como processos historicamente produzidos por relações desiguais de poder, omissões, violações e disputas territoriais, e não como eventos naturais e imprevisíveis. Assim, o conceito de desastralização se torna uma ferramenta crítica e política, útil para fortalecer o

protagonismo das populações afetadas e evidenciar que os desastres são parte de um processo de violência prolongada, que não se inicia em um ponto crítico como uma ruptura súbita, mas é um processo que tem seu início antes e quase que independentemente desse ponto e se prolonga para além do mesmo.

Sobre os referenciais utilizados, é importante fazer uma ressalva: grande parte do acervo histórico de Miguel Burnier se perdeu ou foi destruído ao longo dos anos, e, assim, não é possível encontrar com facilidade referências históricas sobre o distrito. Por isso, essa pesquisa será baseada em bibliografias como livros, teses, dissertações, monografias e documentários existentes. Entre eles, podemos citar o livro “Miguel Burnier - Marcas Históricas” (Baeta;Piló, 2012), obra que foi financiada pela empresa Gerdau Açominas S A, por determinação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), como uma medida de ação corretiva devido a infrações socioambientais cometidas pela empresa. O livro foi umas das bases utilizadas nesse trabalho para entender o contexto histórico do distrito, pois, apesar de ter sido produzido como uma compensação por atos ilegais da empresa (detalhe omitido na publicação da obra), essa é uma das poucas referências que conta detalhadamente a história do distrito desde a época pré-colonial. O livro inicia sua abordagem tratando da história dos povos indígenas locais e como se deu sua relação com a colonização portuguesa e os processos de exploração aurífera. Posteriormente, ele passa para questões que abordam o patrimônio material e imaterial de Miguel Burnier e chega até aos aspectos mais atuais relacionados ao distrito.

Assim, para a estrutura deste trabalho, em um primeiro momento abordamos o contexto histórico de Miguel Burnier e sua relação com as atividades extrativas desde a época da descoberta do ouro, no contexto da colonização das Américas. Em seguida, discorreremos sobre a situação do distrito a partir do fechamento da usina siderúrgica e a instalação da mineradora Gerdau. Finalmente, entramos mais a fundo na questão patrimonial do distrito, objetivando entender como no patrimônio cultural edificado se delineia um conflito entre a mineração e a comunidade.

Antes de dar início ao capítulo seguinte, é importante destacar que, durante o desenvolvimento desta pesquisa, surgiram informações recentes sobre a possibilidade de acontecer novos deslocamentos da população no distrito de Miguel Burnier, provocados pela expansão da atividade minerária da empresa Gerdau, segundo o processo Administrativo nº 02581/2020 - SEMAD/SUPPRI. Esse fato novo aponta para um agravamento do processo de esvaziamento do território, que já sofre com a redução drástica de sua população. Caso essa nova expansão e consequentes deslocamentos se concretizem, restarão pouquíssimos

habitantes na região, o que pode representar, simbólica e materialmente, o fim do distrito enquanto espaço vivo e habitado, ou seja, pode significar que um "fim do mundo" já chegou para o distrito de Miguel Burnier.

Tal constatação reforça a importância de pensarmos este trabalho como um registro e uma denúncia do processo de apagamento de uma comunidade inteira, atravessada por interesses extrativistas. Por isso, também a importância, neste trabalho, do pensamento de Ailton Krenak, em especial sua obra “Ideias para adiar o fim do mundo”, pois nos ajuda a compreender que o fim do mundo, apesar de não ter chegado para todos, já está em curso em alguns territórios. Para além disso, o que estamos testemunhando em Miguel Burnier não é apenas o colapso de um território, mas um prenúncio do destino de áreas sujeitas à lógica destrutiva da exploração mineral. A partir dessa ótica, o que enxergamos é que a aproximação do fim, que em Miguel Burnier deixou de ser algo abstrato e distante, passou a ser algo que já está em curso, e vem sendo sentido pelos corpos, pelas memórias e pelos territórios que ainda resistem.

2. DA ASCENSÃO AO DECLÍNIO: O CONTEXTO HISTÓRICO DE MIGUEL BURNIER

Miguel Burnier, localizado no município de Ouro Preto, Minas Gerais (Fig. 1), desde seus primórdios, tem uma relação profundamente entrelaçada com questões que envolvem o desenvolvimento da indústria extrativa mineral. Atualmente, o distrito – o maior em extensão dentre aqueles que compõem o território ouro-pretano – é uma área que está intrinsecamente ligada à extração do minério de ferro, uma das principais *commodities* do país. Como dito na introdução, Miguel Burnier é uma das regiões que fazem parte do chamado Quadrilátero Aquífero-Ferífero, a maior província mineral conhecida na região Sudeste do Brasil, que enche os olhos daqueles que buscam transformar em lucro terras e Natureza.

Miguel Burnier surgiu em um período de intensa movimentação econômica impulsionada pelas atividades de exploração mineral, o que transformou significativamente tanto sua paisagem física quanto a sua organização social e econômica. Características econômicas específicas, ligadas ao chamado desenvolvimentismo e o aumento populacional, vieram junto com a instalação das indústrias siderúrgicas. Mas foi a partir das desativações das indústrias siderúrgicas e da estação ferroviária do distrito que um processo intenso de esvaziamento e decadência econômica de Miguel Burnier passou a ocorrer. O encerramento dessas atividades impactou diretamente a vida dos moradores que viviam, majoritariamente, em função dos empreendimentos. Finda as oportunidades de trabalho, os moradores não conseguiram ser absorvidos por outros mercados de trabalho na localidade, optando por deixar o distrito (Paulo, 2019).

É neste contexto que este capítulo traça o contexto histórico de Miguel Burnier, a partir da análise das condições que permitiram a instalação das primeiras empresas siderúrgicas e mineradoras na região. Buscamos, ainda, mostrar como o distrito foi progressivamente tomado pela exploração minerária para entender como se consolidou o modelo econômico baseado na mineração no distrito.

Podemos considerar que, ao longo de sua história, Miguel Burnier viveu três momentos: o primeiro momento coincide com o início dos processos de exploração no território com a descoberta do ouro até o fim da exploração aurífera e início da crise econômica; o segundo momento é o do seu desenvolvimento econômico e populacional, que se iniciou com a chegada da indústria e a instalação das empresas siderúrgicas; e o terceiro momento está correlacionado às mudanças econômicas e sociais ocasionadas pelo fechamento das siderúrgicas e a chegada das empresas mineradoras, como descrito no Quadro 1 abaixo:

Tabela 1 - Marcos importantes da história de Miguel Burnier

1ª fase - colonização portuguesa e início dos processos exploratórios	EXPLORAÇÃO AURÍFERA	Final do séc. XVII
	FIM DO CICLO DO OURO E INÍCIO DA CRISE ECONÔMICA	1789
2ª fase - Chegada da indústria e crescimento populacional	FÁBRICA PATRIÓTICA	1812
	ESTAÇÃO DE MIGUEL BURNIER	1887
	USINA WIGG	1893
3ª fase - Desativação da indústria siderúrgica, sucateamento ferroviário e chegada da empresa mineradora	SIDERÚRGICA BARRA MANSA DO GRUPO VOTORANTIM	1969
	GERDAU	2004

Fonte: Dores, 2021, com modificações da autora

É importante ressaltar que o local que hoje abriga o distrito de Miguel Burnier, outrora denominado São Julião, antes da colonização portuguesa, era habitado por povos indígenas, que posteriormente foram escravizados e forçados a trabalhar nos garimpos. No entanto, devido às condições precárias de trabalho ao qual eram submetidos - fome e doenças -, essa população acabou por ser dizimada pela violência colonizadora. Nesse período de colonização portuguesa, a exploração de metais preciosos era difícil, principalmente devido aos caminhos sinuosos, estreitos e às montanhas íngremes que eram necessárias percorrer (Baeta, 2012).

Em suas andanças e desbravamentos do território mineiro, os visitantes que por ali se aventuravam encontraram diversos tipos de caminhos, sendo que entre eles havia um importante entroncamento por onde era possível reduzir o tempo de viagem. Essa região foi então chamada de Rodeio, Rodeadouro ou Rodeio do Itatiaia (Fig. 5). É nessa região que estava localizado o distrito que hoje conhecemos como Miguel Burnier. Rodeio era um ponto estratégico por onde era possível acessar mais facilmente as regiões do entorno, o que permitiu o rápido crescimento dos arraiais no século XVIII, a partir do descobrimento e exploração do ouro (Baeta 2012).

Figura 5 - Fragmento das cartas da capitania de Minas Gerais, com Indicação do local denominado Rodeadouro



Fonte: Akinruli, 2018)

A região também dava acesso direto à nascente do Rio das Velhas. Nesse contexto, “o Rodeadouro e o distrito de São Julião eram importantes nós de caminho nesse panorama de tráfego contínuo que visava o abastecimento e as trocas comerciais” (Neves; Piló; Baeta, 2012, p. 83).

Tal topônimo reflete muito o processo de colonização da área: estavam a leste Ouro Preto, a norte Itabirito, a sudoeste Congonhas do Campo, a sudeste Ouro Branco – todos arraiais em princípios do século XVIII que cresciam rapidamente com os descobrimentos de ouro que se faziam ao longo de seus cursos d’água. O Rodeadouro era um ponto estratégico de interconexão entre esses locais, já que era um caminho mais facilmente traçável pelo topo da serra frente ao entorno muito íngreme (Akinruli, 2018, p. 60).

Apesar de toda incerteza quanto a quem e em que tempo, sabe-se que muitos bandeirantes e aventureiros passaram pela região de Rodeio. Ainda segundo Neves (2012), um dos primeiros moradores da região foi um minerador paulista chamado Simão de Mendonça Alemão, no início do século XVIII. Ao longo dos caminhos também foram

instaladas fazendas que ofereciam estruturas simples para receber os visitantes. Em quase todas era possível encontrar capelas ou ermidas, que tiveram um papel importante na economia local a partir da exploração de diferentes atividades. Além da família Mendonça Alemão, também no início do século XVIII, por volta do ano de 1714, outra família se instalou na região, a família Villa-Lobos. Ao longo das décadas seguintes, a partir do sucesso desses primeiros ocupantes, outras famílias consideradas importantes se instalaram e deixaram suas descendências no local, foram elas a dos Monteiros de Barros, dos Maciéis e dos Pedrozas (Neves, 2012). A história a qual tivemos acesso nada diz sobre os considerados pelo poder hegemônico "desimportantes", nada diz sobre os escravizados ou sobre os indígenas que sobreviveram à violência do período colonial. Este fim de mundo não é narrado pela história.

Já na segunda metade do século XVIII, surgiram dificuldades com a exploração aurífera, ao mesmo tempo que a política fiscal de Portugal em relação à Colônia se tornou mais rígida. Um maior desgaste da relação entre colonos e Coroa veio com a ordem de aumento de impostos para cobrir os gastos relacionados à reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755. Com a pressão da Coroa para manter o nível de arrecadação do quinto do ouro, um grupo de pessoas descontentes, formado principalmente pela elite socioeconômica da capitania de Minas Gerais, entre eles devedores da Coroa, oficiais nascidos na região, comerciantes e fazendeiros, formou a chamada Inconfidência Mineira. Entre os participantes mais conhecidos, estava um membro de umas das famílias mais influentes da região de Rodeio: José Álvares Maciel (Neves, 2012). Tal fato merece relevância já que:

Além de sua força econômica, os resultados dos depoimentos acerca dos objetivos desses, além do currículo de José Álvares Maciel, deixam antever que os planos dos inconfidentes punham em evidência o estabelecimento de fábricas de ferro, com o intuito de dotar a nação independente que queriam criar dos meios necessários para resistir a uma tentativa de retomada portuguesa, e um dado importante, para pensar o projeto de independência que sonharam (Maxwell, 2001; Villalta & Becho, 2007).

A fazenda dos Caldeirões, pertencente à família Álvares Maciel, estava em uma posição estratégica, não apenas pelos diversos recursos à disposição, mas também por estar próxima aos entroncamentos de diversos caminhos, o que poderia facilitar a comunicação entre os conspiradores. Posteriormente, em meio a desconfianças por parte do governo, a fazenda Álvares Maciel sofreu ataques do exército do império que destruíram suas estruturas ou fizeram com que fossem abandonadas. A descoberta e desmanche da inconfidência mineira pela Coroa, em meados do ano de 1789, marcou também o fim da exploração do ouro e o

início de uma crise econômica num estado que tinha a maioria de sua economia centrada na exploração aurífera. Tendo um solo com escassez de nutrientes para práticas como plantio, o que se seguiu foi o êxodo dos habitantes da região (Oliveira; Macedo, 2019).

A partir dessa breve contextualização a respeito dos primórdios do distrito e do início da exploração a partir da descoberta do ouro, entraremos agora na segunda fase vivida pelo distrito, com a chegada da indústria e a instalação das siderúrgicas que vieram como uma tentativa, por parte da coroa, de alavancar a economia que, naquele momento, permanecia em decadência. Foi neste período que aconteceu a contratação do geólogo alemão Wilhem Ludwig von Eschwege, que trouxe consigo novas medidas para atividades siderúrgicas e extrações minerárias. Foi assim que foi instalada, na divisa de Miguel Burnier com Congonhas, a Usina Siderúrgica de Ferro Patriótica, a primeira em escala industrial a funcionar no Brasil, começando a operar em 12 de dezembro de 1812.

Inicialmente, a mão de obra da fábrica era composta por trabalhadores livres, no entanto, mais tarde, o Barão Eschwege optou por alugar pessoas escravizadas para o serviço. Essa também se tornou uma tentativa falha, visto que Eschwege afirmava que os trabalhadores livres, após aprender o trabalho, saíam da fábrica para abrir forjas próprias e as pessoas escravizadas que foram alugadas eram levadas de volta por seus senhores para repassar o conhecimento adquirido e trabalharem em forjas em suas fazendas. Com isso, a única solução encontrada foi a de comprar pessoas escravizadas para trabalharem na fábrica.

Eschwege revelou certa vez que uma das suas maiores dificuldades com a instalação da usina se tratou de conseguir pessoal permanente no serviço de feitores, em quem se pudesse confiar. Havia inúmeras considerações negativas sobre o trabalho escravo, sobretudo no trato com o carvão para alimentar os fornos, o que levou o barão a optar inicialmente pela mão de obra livre. Todavia, após tentativas infrutíferas de fazer a fábrica funcionar com trabalhadores livres, decidiu pela compra de pessoas escravizadas, o que lhe permitiu um trabalho melhor, no sentido de ser mais lucrativo e vantajoso, na sua percepção. (Akinruli, 2018, p. 99)

De acordo com Neves ao citar Libby (2012): “Eschwege comprou então, a contragosto, 20 pessoas escravizadas. Em 1831, a fábrica operava com 55 trabalhadores escravizados” (p. 105). A fábrica foi instalada antes da ferrovia, por isso alguns problemas logísticos contribuíram para o fechamento da mesma. Entre esses problemas podemos citar o escoamento da produção e o transporte de insumos como o carvão, que era feito por animais, o que tornava significativamente mais difícil o acesso e aumentava o tempo de chegada. Segundo Akinruli (2018), outras questões foram decisivas para o fechamento da Fábrica que

visava atender a demanda regional: a limitação do comércio, a falta de comunicação e o escoamento da produção.

A fábrica contribuiu para a formação do povoado, mas com o seu fechamento suas estruturas ficaram sucateadas em razão da não utilização. Mesmo assim, devido à importância cultural como berço da siderurgia nacional, as ruínas desta fábrica foram tombadas pelo IPHAN em 30 de junho de 1938, sob o processo 0031-T-38 (Fig. 6).

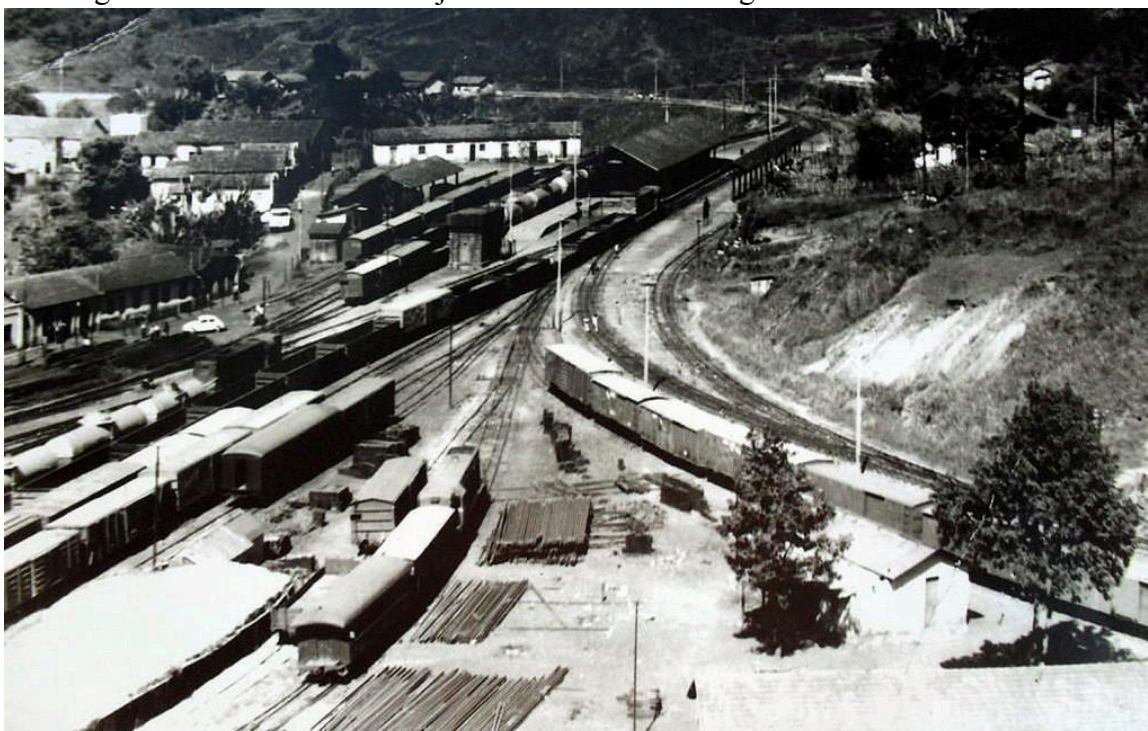
Figura 6 - Foto de 2012 das ruínas da antiga Fábrica de Ferro Patriótica.



Fonte: Piló, 2012

Em 1869, as ferrovias começaram a se espalhar pelo país, o que possibilitou a reestruturação das indústrias e o aumento da comercialização, lembrando que o principal motivo que levou ao fechamento da Patriótica foi o transporte feito por animais. Mas com tal alteração no sistema de transportes, em 1887, foi inaugurada a estação ferroviária no distrito (Fig. 7), construída pelo engenheiro Miguel Noel Nascente Burnier (1848-1884). Tal fato fez com que, no ano de 1948, o distrito de São Julião viesse a ser chamado de Miguel Burnier em homenagem ao engenheiro.

Figura 7 - Foto aérea do Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier - década de 40



Fonte: Estilo Nacional *apud* Paulo, 2019.

Na inauguração, a ferrovia foi chamada de Estação de São Julião, e em 1889, com a instituição da república, passou a se chamar Estação Ferroviária Central do Brasil. Atualmente, a estação é nomeada como Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier e foi tombada pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto pelo Decreto nº 2.468 de 18 de novembro de 2010. Após inaugurada, a linha ferroviária demorou mais nove anos para alcançar Ouro Preto, capital mineira naquele momento, o que fez com que Miguel Burnier se tornasse um importante ponto comercial, já que qualquer novidade do mercado passava por lá.

A industrialização do país iniciou-se no final do século XIX com a locomotiva a vapor e, no ano de 1893, foi inaugurada em Miguel Burnier a Usina Wigg, que teve como proprietário o comendador Carlos Galigniano da Costa Wigg. Com sua tecnologia, a Usina (Fig. 8) era capaz de produzir até 5 toneladas de ferro gusa por dia. Além da criação de peças para ferrovia e trabalhos rurais, a siderúrgica também fazia atividades de extração de minério para a retirada, principalmente, do manganês. Segundo Akinruli (2017), a usina foi o primeiro estabelecimento a explorar em escala industrial o manganês e marcou o que poderia se chamar de “a revolução industrial brasileira”. Pode-se dizer, segundo Piló (2012), que a maioria do minério exportado do Brasil, no início do século XX, saiu da Usina Wigg, sendo o primeiro registro documentado datado de 1911, para a fabricação de armamentos durante a Primeira Guerra Mundial.

Figura 8 - “Usina Wigg para manganês na Estação da Usina, E.F.C.B., quilômetro 501.”, local onde existia a Estação Usina próxima à Vila Wigg.



Fonte: LLOYD *apud* Akinruli, 2018

Com o funcionamento da Usina, muitos imigrantes começaram a chegar em São Julião e, assim, a “tendência de despovoamento de áreas rurais, do final do século XIX e início do XX, pela atração que as cidades passam a exercer em um número cada vez maior de jovens em busca de novas oportunidades é revertida ali com a chegada da usina”. Com isso, o comércio e vários tipos de atividades entram em fase de crescimento. O processo de extração ainda não era mecanizado, por isso existiam muitas vagas de emprego e, assim, chefes de famílias passaram a morar em São Julião para trabalhar na usina, considerando que as vagas eram destinadas às pessoas do sexo masculino, inclusive para crianças a partir de 12 anos (Neves, 2012, p. 126).

A prática de se empregarem jovens e crianças era, inclusive, muitas vezes, motivo de orgulho entre famílias que conseguiam que seus filhos fossem aceitos, ainda novos, para trabalhar em uma empresa. No entanto, a resistência crescente de alguns grupos políticos e religiosos a essa prática foi muito pontual no início do século XX, já que a corrente contrária era muito mais forte na sociedade mineira. Estava em pauta a transformação dos novos cidadãos pelo trabalho, com leis de combate a vadiagem e projetos muito gerais de educação para o trabalho. Visava-se o novo homem: operário e cidadão. Este deveria ter uma educação básica de caráter técnico e cívico (Filho, 1990; Lewkomicz; Gutiérrez & Florentino, 2008).

Nas primeiras décadas do funcionamento da Usina, a vida religiosa era o centro da vida social em São Julião. Segundo Neves (2012), as obras das igrejas foram custeadas pela usina, assim como os custos com aparatos, procissões, arte sacra e festividades. Outros custos financiados pela Usina eram relacionados à construção de casas e atendimentos médicos. Esse aspecto nos parece importante, tendo em vista as discussões na atualidade sobre a

minério-dependência, que revela que esse tipo de relação entre a comunidade local e a atividade minerária não é um fenômeno recente, mas, na verdade, se mostra como prática antiga e estrategicamente moldada ao longo do tempo.

A partir do exemplo de São Julião, podemos observar que as empresas siderúrgicas, desde quando iniciaram suas operações, não apenas tinham total controle da economia local, mas também moldavam aspectos essenciais da vida social, como a religião, a moradia e a saúde. O financiamento de igrejas, festividades e infraestrutura era uma ferramenta usada pelas empresas para consolidar sua posição de poder, ao vincular a sobrevivência e o bem-estar da comunidade diretamente à sua presença. Isso se mostra como uma forma de reforçar o controle social e a minério-dependência, tornando as comunidades vulneráveis, reféns da permanência das empresas, o que afeta não apenas as questões econômicas, mas também a autonomia da comunidade na sua resistência frente às consequências socioambientais trazidas pela exploração mineral.

A terceira fase do distrito se inicia em 1969, quando a Usina Wigg foi vendida para o Grupo Votorantim. A efetivação aconteceu em 1971 e a Usina passou a se chamar Usina Barra Mansa. Os novos donos buscaram financiar a modernização dos equipamentos e aumentar a produção do ferro gusa, o que gerou um crescimento populacional, acarretando o surgimento de novos vilarejos ao redor. Nesse contexto, a empresa passou a investir mais na comunidade e, segundo Neves (2012), surgiram mais hospitais, dentistas, educação, alimentação, mercados e armazéns, times de futebol, banda musical, congado, clubes de festas, eventos sociais e outras ofertas socioculturais de forma gratuita ou com baixos custos aos moradores.

Até metade da década de 1990, o distrito teve um elevado crescimento populacional, chegando a abrigar aproximadamente cinco mil habitantes, quando a produção e o transporte ferroviário alcançaram o auge. Devido à pouca influência do poder público nas ações da empresa perante a comunidade, surgiu uma ideia de que as responsabilidades e cuidados com o distrito cairiam majoritariamente na mão das empresas instaladas no lugar. Outra presença marcante, enquanto uma forte instituição com exercício de influência considerável sobre as opiniões e também sobre as decisões da comunidade, era a Igreja Católica (Oliveira e Macedo, 2019).

A Usina Barra Mansa (Fig. 9) funcionou até 1996, quando, aparentemente, por negligências de um supervisor que manipulava os resultados do alto-forno, a Usina decidiu abafar seus fornos e demitir 106 dos seus 147 funcionários em um período de 15 dias.

Caminhões de mudança, roubos de todo o cobre das instalações da usina, queima de documentos, destruição das casas para se tirar madeira de lei. Onde está o sr. Messias? E agora, se amanhã teríamos clássico no campeonato de futebol com jogo entre o Siderantim e o Estrela Azul? Nossa, e agora, como faria a Sociedade Musical Sagrado Coração de Jesus, que foi criada e era mantida pela Siderúrgica Barra Mansa (SBM)? O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Julião, que teve como presidente nos anos 1950 Benedito Bento Pereira, vulgo Bené, foi naquele mesmo ano transferido para a sede de Ouro Preto. Depois do banquete festivo do Natal com os funcionários da SBM em 1995, as cartas de demissão começaram a chegar em 3 de janeiro de 1996. Preparava-se, assim, novo estrato de terra e de ruínas sobre a memória de Miguel Burnier (Akinruli, 2018, p,37).

Figura 9 - Visão geral das instalações desativadas da Siderúrgica Barra Mansa.

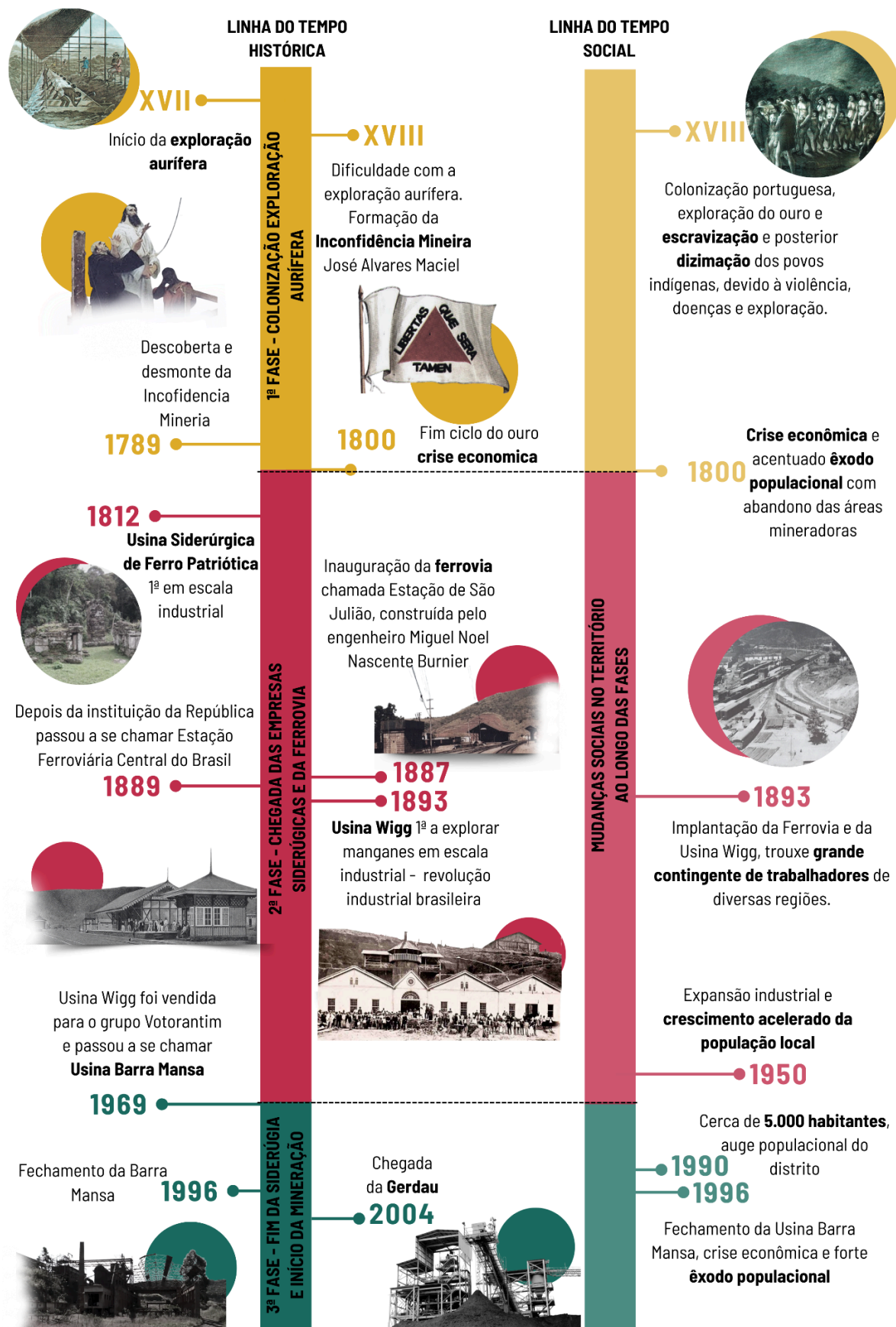


Fonte: Piló, 2012

O ponto mais marcante da terceira fase do distrito começou a partir do fechamento da Usina Barra Mansa, acompanhado do sucateamento e desativação das ferrovias brasileiras, com a implementação da malha rodoviária. A situação econômica do distrito despencou e várias famílias decidiram abandonar a região, muitas delas influenciadas pela própria empresa a abandonar as vilas operárias. Segundo dados do IBGE, em 1996 o distrito possuía 1.279 habitantes, em 2000 esse número caiu para 954.

Como podemos ver, a trajetória do distrito de Miguel Burnier sempre foi marcada por grandes transformações que modelaram o território ao longo de mais de três séculos. Desde o ciclo do ouro até a industrialização, o distrito passou por momentos marcantes como a chegada da ferrovia e recentemente a intensificação da mineração, cada uma dessas fases deixou suas marcas estruturais e sociais. A linha do tempo a seguir (Fig. 10) sintetiza esse percurso, organizando a partir de uma representação estético-política, os principais eventos históricos e mudanças sociais pelas quais o distrito passou, separados em três grandes fases que nos mostram as continuidades e as rupturas que descrevem sua história.

Figura 10 - Linha do tempo do contexto histórico e social de Miguel Burnier



Fonte: Autoria própria

A linha do tempo acima é dividida em duas partes, a primeira apresenta o contexto histórico do distrito e foi organizada em três fases baseadas em grandes transformações pelas quais o território passou ao longo dos anos. A 1ª fase é marcada pela colonização portuguesa, pela escravização e violência contra os povos indígenas nativos no período de exploração do ouro. Essa fase também é marcada pela inconfidência mineira e, posteriormente, pela crise que veio junto do fim da exploração aurífera. A 2ª fase tem seu início com um novo tipo de exploração do território a partir da chegada das usinas e da ferrovia, que permitiu a exploração do manganês em escala industrial e impulsionou o crescimento econômico e populacional. Por fim, a 3ª fase se inicia com a venda da Usina Wigg para o grupo Votorantim, mas é marcada pelo fim da siderurgia e pelo início da mineração moderna, principalmente com a chegada da Gerdau em 2004.

Junto à linha do tempo histórica, trouxemos também a linha social que mostra como as mudanças econômicas trouxeram influências sobre o contingente populacional que habitava o território. Ao longo desses anos, ocorreram crises econômicas que resultaram em êxodo populacional, enquanto os períodos de industrialização, com a Usina Wigg e a Siderúrgica Barra Mansa, ampliaram os fluxos migratórios e o crescimento do distrito. Isso, até a nova crise econômica que veio em 1996 com o fechamento da Barra Mansa.

Finalizada a apresentação do contexto histórico de Miguel Burnier, passamos, adiante para o capítulo os estudaremos mais detalhadamente a chegada e expansão minerária da Gerdau e os impactos que foram gerados para a comunidade.

3. PERSPECTIVAS CONFLITANTES: A GERDAU, O PATRIMÔNIO E A COMUNIDADE

Ao estudarmos o contexto histórico de Miguel Burnier, foi possível compreender o caminho que criou essa profunda relação do distrito com a atividade exploratória minerária. Neste capítulo buscamos entender como aconteceram os desdobramentos dessa relação na contemporaneidade e, para isso, iniciaremos com a instalação da Gerdau Açominas em Miguel Burnier. O intuito é entendermos como a empresa se estabeleceu no território e os tipos de impactos que essa nova realidade trouxe para a vida da comunidade.

O fechamento repentino da Siderúrgica Barra Mansa trouxe consigo uma crise econômica que deixou a comunidade num contexto de fragilidade e degradação social. Justamente por causa desse cenário, a chegada da Gerdau, inicialmente, foi vista com esperança e trouxe a expectativa de retomada do desenvolvimento econômico em um território que naquele momento beirava o colapso. No entanto, não demorou muito para essa esperança começar a revelar suas contradições, como foi exibido no documentário “O retrato esquecido de Miguel Burnier” (2019):

Em 2006 há por parte dos entrevistados expectativa de uma nova página na história do distrito: iniciam-se as operações da Mina Miguel Burnier pela Gerdau Açominas S.A. Todavia perdeu-se a relação de benefício mútuo entre empresa e comunidade de outrora. Exemplo claro de como a população local nunca fez parte dos planos da companhia, é presente no projeto de licenciamento ambiental a planta de beneficiamento do minério de ferro localizada entre a principal igreja e o cemitério (Macedo, Oliveira, 2019, p. 18).

Miguel Burnier carrega uma histórica dependência da exploração minerária, que teve início nos tempos da Usina Wigg e da Fábrica Patriótica e se enraizou na identidade local. Essa relação se intensificou com a chegada da Gerdau e tornou o distrito refém do modelo econômico extrativista. Por isso, fizemos também neste capítulo uma breve reflexão sobre a minério-dependência para mostrar a restrição de alternativas de desenvolvimento local, capaz de afetar diretamente a autonomia da população, agravar vulnerabilidades já existentes, silenciar críticas e legitimar os danos em nome da chamada “sobrevivência”.

3.1.A chegada da Gerdau e a ilusão da redenção econômica

Anteriormente, abordamos a saída abrupta da Siderúrgica Barra Mansa, no ano de 1996, que deu início a um processo de esvaziamento territorial no distrito de Miguel Burnier. Ankiruli (2018) argumenta que o fechamento da Barra Mansa aconteceu, literalmente, “de um dia para o outro”. Até o final de 1995, não houveram avisos, demissões, ao contrário, houve registros de grandes investimentos em renovação de maquinário e novas tecnologias.

Nesse sentido, podemos fazer a inferência de que a saída da Barra Mansa pode ter tido influência da Gerdau que chegaria mais tarde. Isso porque o processo, da forma como aconteceu, não parecia uma simples mudança de empresas, como já havia acontecido anteriormente, mas sugere a possibilidade de existência de algum tipo de articulação estratégica.

Um dos fatos que levou a essa percepção foi que a própria siderúrgica Barra Mansa incentivou o êxodo populacional, já que a empresa estava estimulando os trabalhadores e suas famílias a deixarem as vilas operárias.

Com o repentino fechamento da Siderúrgica Barra Mansa e a extinção do fluxo de trens na Estação de Miguel Burnier em 1996, o distrito sofreu uma situação de crise financeira e de alteração das perspectivas sobre o lugar. Os moradores relatam que, com a falência da Barra Mansa, várias famílias começaram a deixar a comunidade – em grande parte estimuladas pela própria empresa para que abandonassem as vilas operárias – e, que, com isso, não valia mais a pena manter os trilhos da linha férrea ativos (Akinruli, 2018, p.137).

A redução radical da população num período curto de tempo, somada à falta de investimento da prefeitura de Ouro Preto em infraestrutura básica, aumentou significativamente a sensação de abandono e vulnerabilidade no distrito.

Mas existe outro indício importante que aumenta essa ideia da existência de um acordo informal entre as empresas, que é a amizade preexistente entre os dois grupos empresariais. Ankinruli (2018) pontua que havia relações muito próximas entre os proprietários da Gerdau e da Barra Mansa e, assim, a transição aconteceu silenciosamente sem qualquer tipo de comunicação pública.

Fica evidenciado que o Grupo Votorantim atuou em consórcio com a Gerdau com o intuito de atuar na venda “de porteiros fechadas” de todos os direitos minerários relacionados a Miguel Burnier. Fica também explícito que o relacionamento de longa data existente entre as famílias e principais representantes dos dois conglomerados é também um facilitador para o negócio. Como foi ouvido durante a

pesquisa etnográfica, um morador que trabalhava na Usina Barra Mansa relatou que o “Dr. Ermínio de Moraes não gostava do povo da Vale, não, ele tinha mais ligação com o povo da Gerdau, por isso vendeu para ela”. Um negócio que certamente não daria prejuízo a ninguém, haja vista que o Grupo Votorantim passava por uma reestruturação de seus negócios e que possíveis “compadres” não poderiam passar uma “batata-quente” para o outro. (Akinruli, 2018, p.140).]

Ao mesmo tempo em que a população era empurrada para fora do distrito, aconteciam as negociações de transferência de diversos processos minerários da Votorantim, empresa ligada à Barra Mansa, para a Gerdau, coincidentemente no mesmo momento em que a empresa conseguiu sua primeira licença ambiental. Fato que delineia mais um indicativo de uma negociação preexistente entre as empresas para garantir a saída dos moradores e a continuidade das atividades extrativas. Sobre isso, Akinruli (2018) comenta:

O que se entende sobre esse pacto das duas empresas e o que se vê atualmente é que a partir da inserção da Gerdau dentro de Miguel Burnier o local se torna o centro da operação de negócios relacionados ao minério de ferro, a partir da aquisição das terras e dos direitos minerários por parte da empresa anterior, além da aquisição de todos os títulos minerários e manifestos de minas por meio de Contrato de Alienação de Bens e Cessão de Direitos celebrado pela Gerdau Açominas S.A. com a Companhia Paraibunas de Metais, Siderúrgica Barra Mansa S. A., Votorantim Metais Ltda., Votorantim International Holding N.V., em 19 de maio de 2004. (Akinruli, 2018, p. 140).

A consolidação da aquisição dos direitos minerários ocorreu em 2004, através de um contrato formal de cessão de direitos e bens que foi assinado entre a Gerdau Açominas e um conjunto de empresas pertencentes ao Grupo Votorantim, incluindo a Siderúrgica Barra Mansa e a própria Votorantim Metais Ltda. Com esse contrato, a Gerdau foi capaz de adquirir terras e estruturas físicas e, tendo todos os títulos minerários em mãos, ampliou as estruturas de extração de minério de ferro e expandiu os interesses econômicos e investimentos no empreendimento que se consolidava. Como resultado, diversos impactos negativos foram gerados para a comunidade local.

Essa sucessão silenciosa serviu para reforçar a percepção da existência de um pacto entre as empresas que deliberadamente excluiu os moradores de qualquer processo de decisão. Para Akinruli (2018), “a chave da certeza do bom negócio está no processo deflagrado de esvaziamento populacional que já se iniciou em 1996 [...] fomentado pelo poder público pela sua negligência em relação às condições de vida da população”.

Assim, em 2004, a Gerdau se instalou em um território “preparado” para recebê-la, onde não havia nenhum tipo de resistência institucional, com a população reduzida e já tendo

todos os direitos minerários em mãos. A partir disso, a empresa iniciou sua nova fase de exploração intensiva. A empresa nunca reconheceu formalmente ter responsabilidade pelas necessidades sociais e ambientais deixadas pela Barra Mansa. Mesmo assim, alguns moradores ainda esperavam que a nova empresa buscasse reverter os danos e gerar novas oportunidades no distrito. A esperança explícita de que o território pudesse voltar a florescer trouxe à Gerdau uma imagem de salvadora, porém, com o tempo, essa esperança se revelou ilusória.

Não foi por acaso que essa visão de empresa salvadora surgiu, já que, ao longo de sua história, Miguel Burnier sempre teve toda a sua economia moldada pela exploração do território. O esgotamento de alternativas, que veio com a saída da Barra Mansa, junto da falta de investimentos e incentivo ao desenvolvimento de outras atividades que seriam capazes de garantir uma variedade e consequente estabilidade econômica, fez a população enxergar a chegada da Gerdau como a única resposta possível para a sobrevivência local.

É a partir de ideias assim, como a de que a sobrevivência de uma comunidade depende exclusivamente da presença e da boa vontade de uma empresa mineradora, que surgiu o termo “minério-dependência”, que na prática traduz uma relação na qual o poder exercido pela empresa se torna superior aos direitos dos moradores e gera um contexto de submissão e fragilidade.

Esse fenômeno é capaz de ultrapassar os limites econômicos e afetar profundamente os aspectos sociais, culturais e políticos de uma comunidade, através do controle da narrativa histórica, do território, das manifestações culturais e até mesmo das formas de resistência. Neste último caso, por vezes, a organização social, a identidade e a sobrevivência se conectam ao funcionamento e continuidade das atividades da empresa. Esse tipo de dependência é marcada pela economia local voltada exclusivamente para a mineração e por esse vínculo quase afetivo desenvolvido pelos moradores em relação à promessa de progresso associada à exploração minerária. Isso ocorre, ainda, com o conhecimento e aval de governos e prefeituras. Segundo Gudynas (2009), “o ponto nodal para que as incursões produtivas produzam grandes impactos negativos nos territórios é a cumplicidade do estado para isso”.

Mesmo governos progressistas da América Latina se encontram no meio de um dilema: favorecer as atividades extrativistas que incham a arrecadação financeira com impostos ou atender às demandas da população com relação a violações de direitos, escassez de água, remoção de pessoas ou rompimentos de barragem? (Quintão, Teodósio e Dias, 2022, p. 648).

Esse raciocínio é corroborado por Coelho (2017) quando define a minério-dependência como uma situação causada principalmente pela especialização produtiva, que faz com que os rumos das relações econômicas locais sejam tomados por centros decisórios externos, como grandes empresas e mercados internacionais, por exemplo. Ou seja, a vida econômica e social de uma determinada região, se torna subordinada aos interesses das grandes corporações, gerando, assim, diversas fragilidades diante das oscilações do mercado e reduzindo a capacidade local de criar novas alternativas para o desenvolvimento econômico da região que não estejam atreladas à mineração.

Ainda segundo Coelho (2017), essa subordinação se expressa de diferentes formas: na geração de empregos e arrecadação municipal que estão diretamente ligadas às atividades minerárias e nos investimentos públicos que tendem a ser direcionados para sustentar essa atividade - o que cria diversas dificuldades para se criar novas alternativas econômicas. Além disso, a mineração em larga escala, tem uma geração limitada de empregos, que em sua maioria são temporários os terceirizados, o que aprofunda ainda mais a dependência local.

É o que observamos em Miguel Burnier, na medida em que se verifica que o lucro oriundo da atividade minerária é majoritariamente direcionada às mineradoras e aos seus acionistas, enquanto os territórios explorados permanecem com índices sociais cada vez mais baixos.

Num modelo econômico extrativista voltado para a exploração de *commodities*, como no Brasil, esse tipo de situação tem se tornado cada vez mais comum nos últimos anos. Dentro desse contexto, a mineração atua com uma lógica voltada para a acumulação de capital que, mesmo com a promessa de desenvolvimento, frequentemente tem como resultado a degradação ambiental, violação de direitos humanos e destruição de modos de vida.

Portanto, Miguel Burnier se tornou um exemplo da minério-dependência, tendo, por um lado, um papel central na economia da região como responsável por grande parte da arrecadação do município de Ouro Preto. Essa centralidade serve para reforçar ainda mais a minério-dependência, já que condiciona uma grande parcela do orçamento público, a disponibilidade de empregos e até mesmo os investimentos em infraestrutura à permanência e sucesso da atividade minerária. Mas, por outro lado, as benesses econômicas não se traduzem em melhorias significativas para a comunidade, em termos de emancipação e transformação social. Pelo contrário, o que é possível perceber é que os benefícios da mineração são desproporcionais aos danos gerados.

O discurso que se utiliza quando se instalam em um determinado espaço é dos benefícios que serão derivados da sua presença. Entretanto, o que se observa é somente os impactos negativos de sua dominação que são vivenciados pela população do local como a dissipação dos recursos naturais bem como a exploração da força do trabalho, orientado pelo discurso de “desenvolvimento” (Dores, 2021, p. 43).

Como resultado, temos uma dependência que no início se constrói sobre uma base econômica, mas que, com o passar do tempo, reverbera nos campos político e social. Nesse contexto, grupos se tornam reféns do controle vindo da dominação do território pelas grandes corporações, que tem como resultado a mudança brusca dos modos de vida e cultura da população, como dito por Menegat (2003, p.153): “a manutenção do seu domínio sobre seu território destrói a territorialidade do outro”. Portanto, a “minério-dependência”, em Miguel Burnier, é um desafio econômico a ser enfrentado, resultado de um processo de dominação silenciosa e muito bem estruturada que exige resistência, reorganização comunitária, criação e fortalecimento de outras alternativas de vida que não estejam atreladas à lógica extrativista.

3.2. Danos e Invisibilização: os avanços da mineração e seus impactos no território

Tendo discutido as controvérsias que envolveram a chegada da Gerda em Miguel Burnier e como questões como a minério-dependência têm afetado diretamente a autonomia da população e agravado fragilidades, vamos iniciar, neste momento, um estudo mais aprofundado sobre os impactos territoriais causados pela expansão da atividade minerária do distrito de Miguel Burnier. Entretanto, antes, é fundamental compreendermos um pouco do conceito de território e territorialidade, já que os conflitos que serão descritos são embates complexos que vão muito além de simples disputas por espaços físicos e envolvem relações de poder, apropriação e destruição de modos de vida.

A ideia de território possui diferentes conceitos além da materialidade, já que o território é carregado de significados simbólicos, históricos e afetivos, envoltos por relações de poder e dominação. Segundo Haesbaert (2005), “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (p.6774).

Quando levamos em conta os aspectos materiais, o território é considerado ligado às questões econômicas e de produção, o que inclui a luta pela terra, pelo espaço e pelos recursos

disponíveis, ou seja, pela Natureza. Já do ponto de vista simbólico, o território é criador de identidades atreladas à cultura, costumes, modos de vida e valores, partilhados por um determinado grupo de pessoas. Segundo Santos (*apud* Silveira, 2008, p.2), “o território utilizado não é uma coisa inerte ou um palco onde a vida ocorre. Pelo contrário, é um retrato da vida, um híbrido de materialidade e vida social”. Assim, o conceito simbólico do território se torna essencial para analisar e entender a disputa existente entre as diferentes formas de apropriação que acontecem na atualidade.

O território é, desse modo, formado por um híbrido que se estende desde a dominação política e econômica até a apropriação cultural e simbólica. A partir dessa perspectiva é possível compreender os conflitos entre os dois tipos de territorialidades que identificamos em Miguel Burnier: aquela vivida pela população e aquela imposta pelas grandes corporações. É nessa perspectiva que, em Miguel Burnier, observamos, de um lado, a mineração que se territorializa por meio da dominação, aquisição de terras, controle de fluxos logísticos e imposição de limites de circulação; e, do outro lado, observamos a população local que tenta resistir através da memória, da ocupação de seus espaços de vida, do resgate de tradições, da história e da identidade.

A chegada da Gerdau, em Miguel Burnier, gerou processos de transformação no território, desde sua chegada em 2004, quando adquiriu os ativos do grupo Votorantim, como demonstrado na Tabela 2 abaixo. A partir daí, a Gerdau estabeleceu, no distrito, um de seus principais pólos de produção de minério de ferro no Brasil e no mundo.

Tabela 2 - Processos minerários com transferência da Votorantim para a Gerdau

ATUAL TITULAR	ANTIGO TITULAR	DATA INICIAL	DATA DA TRANSFERÊNCIA	SUBSTÂNCIA
Gerdau Açominas S. A.	Votorantim Siderurgia S. A.	21/11/1935	13/08/2004	Ferro, manganês e quartzo
Gerdau Açominas S. A.	Votorantim Siderurgia S. A.	06/10/1948	13/08/2004	Ferro e dolomito
Gerdau Açominas S. A.	Votorantim Siderurgia S. A.	20/12/1950	23/09/2004	Ferro
Gerdau Açominas S. A.	Votorantim Siderurgia S. A.	03/08/1956	23/09/2004	Ferro
Gerdau Açominas S. A.	Votorantim Siderurgia S. A.	22/08/1956	23/09/2004	Ferro e manganês

Fonte: Akinruli, 2018, com modificações da autora

O resultado dessas operações entre a Gerdau e a Votorantim foi a ampliação das atividades e das estruturas que eram necessárias para o tratamento do minério de ferro. A

implantação aconteceu de maneira acelerada e fragmentada, no qual vários projetos foram iniciados isoladamente, sendo essa uma estratégia muito utilizada para dificultar a compreensão do conjunto de impactos que podem ser ocasionados no território.

Cada vez maiores são as dimensões das estruturas dos projetos executivos que, licenciados de forma autônoma e isolada em relação à complexidade das necessidades de extração e beneficiamento mineral, acabam por gerar confusões, omissões e dimensionamento inverossímil quanto aos respectivos diagnósticos, impactos, programas e condicionantes (Akinruli, 2018, p. 160).

A principal forma de lavra da empresa passou a ser a mineração a céu aberto, o que incluiu unidades de tratamento de minério (UTM I), cavas, usinas, pilhas de estéril e barragens de rejeito. Essas estruturas foram distribuídas no território de forma intrusiva, sem a concordância dos moradores e no entorno do núcleo urbano. Um dos resultados dessa ampliação desenfreada do interesse econômico foi também a ampliação dos danos gerados à comunidade. Sobre isso Akinruli (2018) explicita:

Com isso, os impactos gerados são multiplicados em relação à extensão, à amplitude e ao dimensionamento das estruturas ligadas às unidades produtoras de minério de ferro que compreendem principalmente lavras a céu aberto, usinas de processamento, pilhas de resíduos, área de rejeitos e infraestrutura de logística e de suporte operacional (Akinruli, 2018, p. 147).

Abaixo, apresentamos algumas imagens retiradas do Google Earth que são capazes de evidenciar o quão impactante foi o avanço territorial da mineração da Gerdau, em Miguel Burnier, entre os anos de 2006 e 2025. Na imagem do ano de 2006 (Fig. 10), podemos ver uma paisagem ainda preservada na qual, praticamente, não havia atividade minerária visível. No mapa, as áreas em amarelo representam a zona urbana, os pontos em amarelo são edifícios de importância histórica e cultural, e as áreas vermelhas, ainda inexistentes neste ano, são áreas de exploração minerária ou terrenos que pertencem à mineradora.

Figura 11 - Expansão das atividades minerárias entre 2006 e 2011



Fonte: Google Earth com modificações da autora

Quando observamos a imagem de 2011 (Fig.11), vemos o crescimento expressivo das áreas de mineração a partir da intensificação da exploração. Fica evidente a ampliação das cavas a céu aberto e das estruturas operacionais em direção ao sul e sudoeste.

Já na imagem de 2025 (Fig. 12), notamos o aprofundamento da expansão minerária da Gerdau, com a atividade de mineração tomando conta de, praticamente, toda a região abaixo do centro do distrito. Essa delimitação em vermelho foi retirada do plano diretor da cidade de Ouro Preto e indica todas as áreas pertencentes a Gerdau. Nos chama a atenção o quanto a empresa tem domínio sobre o território e principalmente a sobreposição da área de extração minerária com a área urbana, sobretudo na parte inferior da imagem, o que indica a progressiva extinção da parte urbana, visto que vai se tornando impossível sobreviver a um processo como esse. Além disso, pode também ser observada a proximidade da atividade com edificações históricas e com a porção de terra que restou da área urbana central, o que mostra a pressão que a mineração tem exercido sobre o patrimônio cultural edificado da comunidade.

Figura 12 - Expansão das atividades minerárias em 2025

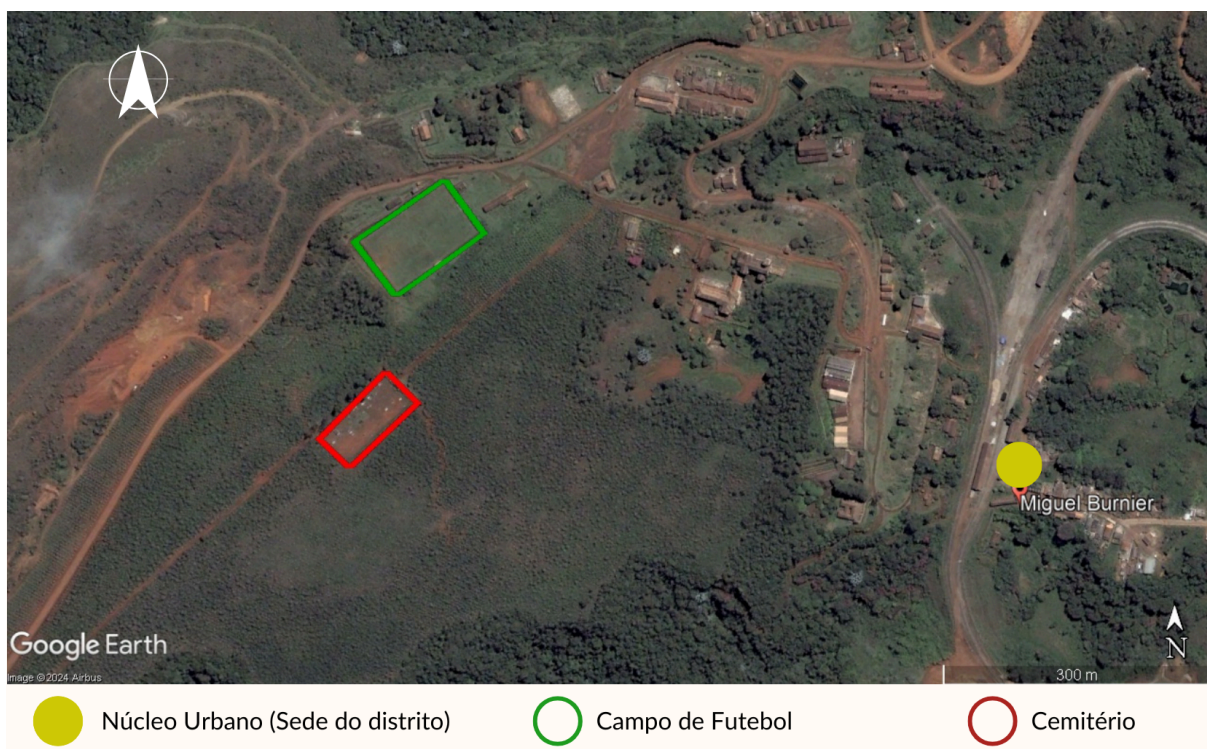


Fonte: Google Earth e plano diretor de Ouro Preto, 2025, com modificações da autora

O que nos é evidenciado a partir dessa imagem é que o discurso de desenvolvimento que as mineradoras frequentemente usam para justificar sua presença no território são uma forma de encobrir um processo de expropriação e destruição ambiental, cultural e social. Esse avanço rápido e desenfreado em uma região tão próxima a áreas urbanas afeta diretamente as condições de vida das pessoas e compromete o futuro do próprio território. Podemos citar que umas das evidências dessa reconfiguração territorial que a mineração impõe em Miguel Burnier está, principalmente, na apropriação de espaços que são essenciais à vida cotidiana e simbólica da comunidade. A Gerdau, ao longo desses anos, tem transformado as paisagens e os espaços que antes eram partes importantes da vida e dos vínculos sociais dos moradores em área minerada ou em área a minerar.

Nesse sentido, trazemos alguns exemplos desses lugares importantes para a comunidade: o antigo campo de futebol e o cemitério (Fig. 13 e 14).

Figura 13 - Campo de futebol e cemitério em 2006



Fonte: Google Earth com modificações da autora

Figura 14 - Campo de futebol e cemitério em 2024



Fonte: Google Earth com modificações da autora

Com relação ao campo de futebol, esse espaço era um espaço de lazer, convivência e encontro que representava a coletividade. Localizado em uma posição central, o campo era

um espaço para a realização de campeonatos esportivos, eventos religiosos e festivos, mas, com o avanço da mineração, foi desativado, sem nenhum aval da comunidade, dando lugar ao almoxarifado da empresa.

Tão dramática quanto essa situação, é o que acontece com o cemitério do distrito (Fig. 13 e 14), um espaço sagrado, símbolo de memória, ancestralidade e continuidade de laços familiares e que possui uma importância extrema em qualquer localidade. Diferentemente do campo de futebol, o cemitério ainda existe, no entanto, a Gerdau ocupou todo o seu entorno, o que o deixou completamente cercado pelas instalações industriais da empresa. Assim, o que antes era uma parte integrante da malha urbana, acessado livremente pela população, está agora inserido dentro dos limites da mineradora, envolto por cercas, portarias e câmeras de vigilância.

A principal consequência desse fato é que, a cada vez que falece uma pessoa na comunidade, a Gerdau precisa paralisar temporariamente todas as suas atividades para permitir que o cortejo fúnebre consiga acessar o cemitério sem correr risco de acidentes. Isso nos mostra o nível de apropriação territorial promovido pela Gerdau que faz com que a lógica da vida, mas também da morte dependam, literalmente, da autorização da empresa. Sobre isso Akinruli (2018) destaca:

Em diversos casos, houve destruição completa das estruturas arquitetônicas antigas, de modo que tais edificações se tornaram escombros da noite para o dia e, na sequência, era passado trator por cima, nivelando o terreno. O campo de futebol, importante local de sociabilidade no contexto da vila operária, foi o primeiro a ser destruído para em seu lugar ser edificado o almoxarifado da empresa; o Seminário/Orfanato Monsenhor Horta foi vendido pela Arquidiocese de Mariana para se transformar em escritório da empresa. A MG-030, que dá acesso a Miguel Burnier, passou a ter catracas de identificação, e o fluxo antes raro apenas de carros de passeio foi tomado pelos caminhões com carga de minérios que ligam Várzea do Lopes-Miguel Burnier-Usina de Ouro Branco. A área coletiva de uso para lazer nas ruínas da Casa de Campo Lago Soledade foi cercada, e lá ninguém da comunidade pode mais pescar ou fazer piquenique. Não há mais clima para ir à cachoeira perto do Pico do Vigia. O cemitério teve sua paz alterada pela movimentação da limitrofe UTM I. A vila operária da usina teve seu esvaziamento forçado, suas casas se arruinam a passos largos, e a Igreja de Calastróis está abandonada à sorte do tempo, apesar de seu tombamento e da condicionante do licenciamento ambiental que obriga a empresa a executar sua restauração. A mesma realidade vive a Capela de Chiqueiro dos Alemães e a Usina Wigg, tendo este último projeto de musealização paralisado. Os exemplos são muitos, especialmente os mais óbvios. O geoprocessamento trouxe tantos mais, que são exemplos certamente ainda mais invisibilizados que estes já citados (Akinruli, 2018, p. 309).

Assim, o que antes era uma estrutura urbana viva, que atendia o cotidiano dos moradores, hoje tem sua funcionalidade subordinada à mineração.

Na figura abaixo (fig. 15), divulgada pela própria Gerdau em sites de notícias, vemos mais de perto o cemitério isolado ao lado da planta industrial e, na Figura 16, vemos uma foto tirada de dentro do cemitério. Podemos dizer que esse foi e ainda é um processo carregado de implicações no imaginário coletivo e nos modos de vida dos moradores, já que quando acontece o deslocamento, apagamento ou controle de espaços de grande importância, vem junto a destruição de vínculos sociais e a desestruturação da coletividade comunitária.

Figura 15 - Foto de divulgação da própria Gerdau sobre investimento R\$ 3,2 bi na mina de Miguel Burnier e mineroduto



Fonte: Campos, 2012

Figura 16 - Unidade de Tratamento de Minérios I vis-à-vis ao cemitério da comunidade 2018. Foto tirada de dentro do cemitério



Fonte: Akinruli, S. A., 2021

Quando somamos esses fatores à convivência diária entre atividade empresarial e vida comunitária, observamos a deterioração da qualidade de vida e um dia a dia incômodo e rodeado de transtornos, tendo em vista a poluição sonora, o tráfego de veículos pesados próximos às casas, a poeira do minério e a poluição ambiental. . Esses são alguns dos impactos materiais e simbólicos que os moradores de Miguel Burnier têm sido forçados a enfrentar ao longo das últimas décadas em uma luta constante por visibilidade e reconhecimento.

Diante da realidade repleta de desastres e danos silenciosos descritos até agora, é importante fazermos uma análise a partir de um ponto de vista que esteja além de uma concepção tradicional de desastre, ou seja, além daquela concepção que considera o desastre como um evento súbito, inesperado ou puramente natural. Assim, adotaremos aqui a proposta conceitual chamada desastralização, desenvolvida por Carneiro e Souza (2023), que nos é apresentada como uma ferramenta crítica de análise dos processos de destruição e violação territorial causados por grandes corporações.

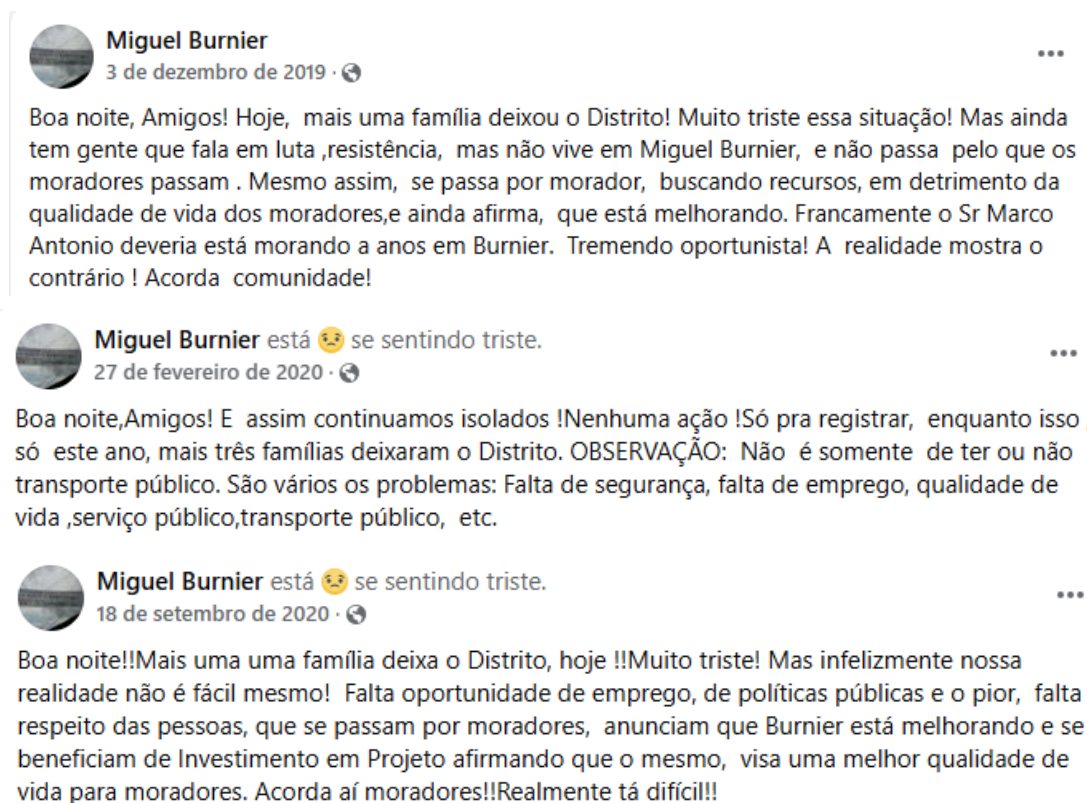
O ponto inicial do conceito surge da compreensão de que os desastres não são acontecimentos que se iniciam num momento crítico, como a ruptura de uma barragem, por exemplo, mas configuram-se como uma complexa sucessão de acontecimentos, historicamente produzidos, marcados por decisões políticas, omissões estatais, desigualdades e relações assimétricas de poder. Nesse sentido, podemos dizer que o conceito de desastralização é, portanto, capaz de tirar esse véu de fatalidade que geralmente encobre os desastres e os inserir no campo das lutas por justiça territorial e ambiental. Um de seus objetivos é o de politizar essa compreensão dos desastres e vinculá-los às ideias de desenvolvimento que transformam os territórios em um tipo de zona de sacrifício.

Quando pensamos em Miguel Burnier, a partir da ótica da desastralização, conseguimos perceber que o verdadeiro desastre não está apenas no colapso do território, tal como está acontecendo atualmente. Está também atrelado à destruição progressiva dos vínculos, dos modos de vida e também das condições de existência digna que vêm acontecendo por décadas de exploração predatória e omissão de órgãos institucionais. Os principais sintomas que surgiram desse desastre contínuo e planejado são justamente o cenário com o qual nos deparamos, na atualidade, marcado pelo deslocamento silencioso de moradores, a redução de atividades escolares, o abandono de espaços comunitários e o esvaziamento da vida cotidiana.

Grande parte desse esvaziamento se deve à desestruturação da comunidade causada pela mineração, que foi capaz de dividir os moradores entre aqueles que resistem e buscam

formas de proteger o que resta do distrito, e aqueles que desejam deixar ou já deixaram o distrito em busca de novas oportunidades e qualidade de vida. Dados extraídos da rede social Facebook - página “Miguel Burnier”, dedicada a mostrar as situações vividas no dia-a-dia da comunidade, nos revelam que a evasão de famílias do distrito é algo corriqueiro (Fig. 17).

Figura 17 – Postagens online demonstrando o constante esvaziamento do distrito



Fonte: Facebook – página “Miguel Burnier”, 2025

A mesma página do Facebook também contém relatos daqueles que visitam o distrito e que denuncia o abandono vivido no cotidiano de Miguel Burnier.

"Várias divulgações sobre Miguel Burnier na internet e resolvi conhecer o Distrito. Fui decidido a passar o dia lá, afinal pelas divulgações haveria várias coisas pra fazer. No caminho, fiquei espantado e assustado com a poeira e a quantidade de carretas transitando. Da estrada, avistei a bela igreja. Uma bela construção parecendo abandonada no meio de uma área industrial. Procurei alguém para me informar como chegar ao centro do lugar e não encontrei ninguém. Depois de rodar um tempo, meio perdido, consegui chegar ao "centro". Aí foi a decepção maior, não vi nada do que é divulgado nas redes sociais. O que vi foi ruas desertas, com péssimo calçamento, casas abandonadas, tive a sensação de estar em uma cidade fantasma.

A muito custo encontrei um senhor e perguntei onde tinha um Restaurante, bar ou lanchonete para lanchar ou beber uma água. E a resposta foi: AQUI TEM NADA DISSO NÃO, o único bar que tinha fechou. Então comecei a conversar com o moço e perguntei como é viver ali. E ele me contou que sobrevivem como podem... Em

Miguel Burnier NÃO existe Segurança Pública, Ônibus apenas em 2 horários para as cidades de Lafaiete e Itabirito, Médico é apenas Uma vez na semana, a Escola sobrevive com menos de 100 alunos, as pessoas desempregadas, NÃO existe nenhum tipo de divertimento no lugar. Descaso Total. Ali todos os dias são iguais. Percebi como são carentes aquelas pessoas...

Vocês discutindo aqui e as pessoas que moram em Miguel Burnier sem o mínimo de qualidade de vida. Claro que as pessoas que têm mais condições financeira vivem bem e nem se importam com o todo. Para mim, que fui visitar foi uma DECEPÇÃO, pois não é nada do que falam na Net. Vi um lugar sem vida, decadente...

Pelo visto muitos Ex moradores lutam pelo lugar e dizem que se pudessem voltariam a morar lá. Será? Duvido que vão deixar o conforto de suas vidas nas cidades, pra viver em um lugar esquecido no tempo. Nenhum de vcs vão se sujeitar a viver dias, meses, anos naquelas condições. Ir lá de vez em qdo tudo bem, mas viver lá... duvido.

Li sobre o festival que ocorre há vários anos em Miguel Burnier, que dizem reerguer o lugar. Mas fica a pergunta: O que é feito com a renda do evento?, Observei que tem vários patrocínios. Com a renda são feitos investimentos para a comunidade de Miguel Burnier como um todo? Ou como quase tudo no Brasil a renda desaparece?

Ao invés de ficarem discutindo nas redes sociais coloquem-se no lugar daquelas pessoas ou melhor se mudem pra lá para sentir na pele o dia a dia do povo. Eu fui só de passagem e fiquei INDIGNADO com o que vi, não tem nada do que divulgam, de revitalização em Miguel Burnier não tem nada" (Facebook – página "Miguel Burnier", 2019).

Com isso, não podemos deixar de citar a desassistência do poder público, que negligencia o acesso a serviços básicos como iluminação e abastecimento de água e, ainda, recusa reivindicações feitas pela comunidade, solicitando uma maior presença do poder público municipal. Esse é um dos principais motivos para o aumento da sensação de abandono e decadência social que faz com que alguns tenham o desejo de deixar o local. Dores (2021) destaca reivindicações de políticas públicas básicas feitas por um grupo de moradores ao Ministério Público em 2016.

Que a comunidade de Miguel Burnier se sente abandonada e sem acesso à direitos básicos. Que a comunidade conhece as ações de defesa do patrimônio cultural e reconhecem que são relevantes. Mas é fundamental que a realidade social do distrito seja transformada, pois hoje o distrito está definhando aos poucos com pessoas sem verem qualquer melhora de vida.

Que na visão dos presentes, as prioridades para Miguel Burnier são as seguintes: 1) asfaltamento/urbanização das vias da sede do Distrito e asfaltamento da MG-030 (o fluxo de caminhões e carretas da GERDAU é imenso e a poeira levantada é enorme, sendo que o caminhão pipa constantemente encharca a estrada, transformando a estrada em lamaçal); 2) implementação de serviços públicos essenciais, tais como iluminação pública, abastecimento público de água (que atualmente é feito por cada morador, sendo que com chuva não é possível captar água, havendo cerca de 14 casas no entorno da Estação sem água tratada; que a fossa da estação está aberta e precisa receber manutenção), serviço de saúde e acesso a medicamentos no próprio distrito, serviços públicos de lazer (o distrito não tem praça pública equipada); 3) que o transporte coletivo também precisa ser melhorado, já que hoje opera apenas a empresa SARITUR em horários que impedem que as pessoas morem em MB e trabalhem em outras cidades. Que por exemplo é preciso que tenha um ônibus que passe por MB de manhã e vá para Conselheiro Lafaiete; 4) que seja feito novo estudo da situação da comunidade de Miguel Burnier, pois os moradores do distrito continuam indo embora. Que as pessoas querem sair de Miguel Burnier em razão da

vida que levam. Que o distrito está regredindo a cada dia. Que as famílias de Miguel Burnier não têm futuro para seus filhos. Que a população de Miguel Burnier está triste. Que as crianças não tem onde brincar em Miguel Burnier. Que atualmente vivem no distrito menos de 200 pessoas (MINAS GERAIS *apud* Paulo, 2019, p. 100 *apud* Dores, 2021, p.73).

Esse trecho final do documento é importante, pois revela que mesmo com todos os esforços e denúncias, os moradores continuam indo embora por não conseguirem ter nem um vislumbre de condições dignas de vida. Quando afirmam que “as pessoas querem sair de Miguel Burnier em razão da vida que levam”, é uma mistura de sentimentos de tristeza e de ausência de futuro para as crianças, o que nos mostra que o esvaziamento do distrito vai além do lado físico, já que o distrito também está se esvaziando de afetos, laços, memórias e esperanças.

Apesar de ser um texto de 2016, ele se torna particularmente atual no relato de que “o distrito está regredindo a cada dia”, principalmente se levamos em consideração as notícias sobre as novas ampliações das atividades minerárias da Gerdau que estão previstas. Segundo o jornal O Liberal (2023), houve um anúncio da Gerdau, com o apoio da prefeitura de Ouro Preto e do governo do estado, de um investimento de R\$ 3.200.000.000,00 (três bilhões e duzentos milhões de reais) destinados à ampliação de sua capacidade produtiva no distrito. A promessa oficial fala sobre medidas para garantir a sustentabilidade, geração de 5.000 empregos e eliminação do uso de barragens. No entanto, sabemos que por trás desse discurso otimista está escondido um processo violento de transformação territorial que tende a inviabilizar a permanência das poucas famílias que ainda moram na região.

O Processo nº 02581/2020 ilustra tal situação. Esse requerimento de licença foi publicado pela Gerdau em 24/07/2020 e apontou que a produção bruta de minério de ferro da Mina Miguel Burnier passará de 4.1000.000 (quarenta e um milhões) para 27.000.000 (vinte e sete milhões) de toneladas por ano — um aumento de aproximadamente 550%, o que implicará diretamente na expansão das cavas de lavra, na ampliação da unidade de beneficiamento (UTM II – Fase 2), e na instalação de duas novas pilhas de estéril e rejeito, respectivamente a PDE MB2 e a PDR Sardinha.

O Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) mostra a dimensão da expansão quando diz que essas estruturas ocuparão mais de 600 hectares do território e que haverá a necessidade de supressão de grandes áreas de vegetação nativa, intervenção em recursos hídricos e transformação radical da paisagem e do relevo. As pilhas terão alturas superiores a 180 metros e ficarão a menos de 1 km das comunidades de Mota e Chrockatt de Sá.

O parecer aponta, ainda, o fracionamento do licenciamento ambiental, que como dito anteriormente, é uma estratégia comum usada para mascarar os reais impactos cumulativos sobre o território e a população. Outros dois requerimentos foram publicados separadamente e ambos são necessários para o funcionamento do projeto UTM II - Fase 2, são eles: o processo nº 06646/2015/002/2017 – Pilha de estéril PDE MB2 que trata da criação de novos locais para fazer a disposição de material estéril. Esse processo foi formalizado em 18/05/2017, e a licença (LP+LI) concedida em 27/11/2020 com vencimento em 27/11/2026. O segundo requerimento de licença foi publicado no dia 23/12/2020 - Processo nº 00567/2021 (Unidade SUPPRI), referente a Pilha de Rejeito Sardinha e Linha de Rejeito. Mesmo sendo 3 processos distintos, o parecer indica que há relações de interdependência entre eles, o que evidencia indícios de fragmentação de processos de licenciamento:

Em diversos trechos dos estudos ambientais apresentados para os três processos de licenciamento ambiental em análise, sendo todos os empreendimentos localizados no Complexo Minerário Miguel Burnier, ao caracterizá-los, nota-se que mesmo sendo processos distintos, percebe-se a relação de interdependência dos empreendimentos objetos desses processos, ou seja, desde a concepção dos projetos, é sabido a necessidade de todas essas estruturas para compor o “ciclo produtivo do minério”, no entanto, optou-se por requerer processos de licenciamento distintos (PAAF nº 0024.21.004195-0 - Inquérito Civil nº MPMG-0461.13.000122-9 e outros da 1ª PJ de Ouro Preto, 2021, p.6). Os fatos narrados aqui, configuram indícios de “fragmentação do licenciamento” o que viola o Art. 11 da DN 217/2017 que estabelece: “Para a caracterização do empreendimento deverão ser consideradas todas as atividades por ele exercidas em áreas contíguas ou interdependentes, sob pena de aplicação de penalidade caso seja constatada fragmentação do licenciamento.” Veja que o que está sendo proposto – tratar em processos de licenciamento ambiental distintos, estruturas/atividades interdependentes situadas no mesmo local, no caso específico, no Complexo Minerário Miguel Burnier, representa um importante indício de fragmentação de empreendimentos minerários, muito possivelmente, com o fim de burlar o licenciamento ambiental (PAAF nº 0024.21.004195-0 - Inquérito Civil nº MPMG-0461.13.000122-9 e outros da 1ª PJ de Ouro Preto, 2021, p.9). O licenciamento fragmentado, especialmente para empreendimentos com porte e potencial poluidor como esses [...] apresenta formas não transparentes de expor os reais impactos socioambientais quanto às consequências de instalação e operação dos mesmos, impossibilitando saber em sua plenitude quais seriam os impactos decorrentes da implantação e operação integrada considerando, no caso concreto, o conjunto das atividades previstas nos três processos (PAAF nº 0024.21.004195-0 - Inquérito Civil nº MPMG-0461.13.000122-9 e outros da 1ª PJ de Ouro Preto, 2021, p.10).

A Tabela 3, abaixo, nos mostra que a prática da Gerdau de fazer requerimentos de licenciamentos de forma fracionada, é histórica.

Tabela 3 - Histórico de licenças e empreendimentos em Miguel Burnier associados à Gerdau Aço Minas S.A.

PROJETO	ESTRUTURA DO EMPREENDIMENTO	NÚMERO DO PROCESSO COPAM
Mina de Miguel Burnier	Unidade de Tratamento de Minerais (UTM)	01778/2004/001/2004 – 01778/2004/002/2004 – 01778/2004/003/2004
		01778/2004/004/2005
		01778/2004/006/2006
		01778/2004/014/2007
	Obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas)	01778/2004/005/2006
	Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco minério de ferro	01778/2004/008/2007
	Barragem de Contenção de Rejeitos / Resíduos (PCA)	01778/2004/007/2007 – 01778/2004/016/2008
		01778/2004/015/2008
	Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco minério de ferro	01778/2004/012/2007
	Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco minério de ferro	01778/2004/013/2007
Revalidação da Mina de Miguel Burnier	Lavra a céu aberto e Unidade de Tratamento de Minerais (PCA)	01778/2004/020/2009
	UTM – Unidade de Tratamento de Minério de Ferro a Úmido 1,5MTA	01778/2004/014/2009
	Lavra 1,5 MTA a céu aberto; UTM – Unidade de Tratamento de minério de ferro a úmido; pilha de rejeito, pilha de estéril; obras de infraestrutura (pátios de resíduos, produtos e oficinas); estradas; barragem	01778/2004/09/2007
		01778/2004/016/2008
		01778/2004/017/2009
	Pilhas de rejeito / Estéril	01778/2004/10/2007
	Pilhas de rejeito / Estéril	01778/2004/11/2007
	Barragem de Contenção de Rejeitos / Resíduos (Alteamento da Barragem de Bocaina)	01778/2004/018/2009
		01778/2009/025/2011
	Barragem de Contenção de Rejeitos / Resíduos (Barragem dos Alemães)	01778/2004/019/2009
		01778/2004/024/2011
	Lavra a céu aberto com tratamento a úmido minério de ferro	01778/2004/020/2009
	Lavra 3,5 MTA – Expansão da Mina de Miguel Burnier; lavra a céu aberto com tratamento a	01778/2004/022/2010

	úmido de minério de ferro	01778/2004/021/2010
	Obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas)	01778/2004/023/2010
	Ampliação UTM de 1,5 MTPA para 3,5 MTA	01778/2004/029/2012
	Obras de infra-estrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas)	01778/2004/030/2012
	Expansão da Mina de Miguel Burnier 6,0 MTA – lavra; UTM – Unidade de Tratamento de Minério de Ferro a Úmido; rejeitoduto; adutora; obras de infraestrutura (Cava Papa-Cobra)	01778/2004/031/2012 e 01778/2004/037/2013
	Pilha de Rejeito/Estéril do Vigia 6,0 MTA	01778/2004/032/2012
Expansão UTM II Fase 1, Mina de Miguel Burnier	Lavra; UTM 6,0 MTPA; rejeitoduto; adutora; obras de infra-estrutura	01778/2004/022/2010
		01778/2004/026/2011
		01778/2004/031/2012
	Correias transportadoras	01778/2004/027/2011
		01778/2004/033/2012
	Barragem de Contenção de Rejeitos / Resíduos	01778/2004/028/2011
	UTM II 6,0 MTPA Fase 1	01778/2004/035/2013
UTM II Fase 2, Mina de Miguel Burnier	Lavra a céu aberto com tratamento a úmido minério de ferro	01778/2004/036/2013
	Lavra a céu aberto com tratamento a úmido de minério de ferro (Cavas Miguel Burnier, Campinas, Papa-Cobra e Bocaina); UTM Unidade de Tratamento de Minerais 11 MTPA; correias transportadoras; estradas para transporte de minério/estéril; obras de infra-estrutura; pátios de resíduos e produtos; oficinas	01778/2004/034/2012
		01778/2004/037/2013
		01778/2004/039/2017
	Barragem de contenção de rejeitos / resíduos	01778/2004/038/2015
Estrada de Ligação Várzea do Lopes e Miguel Burnier (Acesso Rodoviário Várzea do Lopes)	Alças Rodoviárias (Norte e Sul)	01776/2004/013/2011
		01776/2004/025/2016
Mina de Miguel Burnier – Gerdau Açominas S.A.	Obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas)	39983/2013/002/2015
	Aterro e/ou área de reciclagem de resíduos classe a da construção civil, e/ou áreas de triagem, transbordo e armazenamento transitório de resíduos da construção civil e volumosos	39983/2013/003/2018
Mina de Miguel Burnier	Estação de Tratamento de Esgotos Sanitários (ETE)	06646/2015/001/2015

	Pilhas de Rejeito / Estéril	06646/2015/002/2017
Mina Morro do Gabriel	--	Processo Técnico 22844/2012
Posteamento para instalação de cabeamento óptico	--	Processo Técnico 35048/2013
UTM II Fase 2 Mina de Miguel Burnier	Atividades: A-02-03-8: Lavra a céu aberto – Minério de ferro com produção bruta de 22.900.000,000 t/ano e A- 05-02-0: Unidade de Tratamento de Minerais – UTM, com tratamento a úmido, com capacidade instalada de 23.500.000,000 t/ano	Processo nº 02581/2020 (Unidade SUPPRI)
Pilha de Rejeito Sardinha e Linha de Rejeito	Atividades: E-01-13-9: Mineroduto ou rejeitoduto externo aos limites de empreendimentos minerários, com extensão de 8,500 km, e A-05-04-7: Pilhas de rejeito/estéril - Minério de ferro, com área útil de 230,0 ha.	Processo nº 00567/2021 (Unidade SUPPRI)

Fonte: Akinruli (2018), com modificações da autora

Desse modo, desde sua chegada ao distrito, em 2004, a Gerdau tem demonstrado um grande interesse econômico em Miguel Burnier e tem licenciado projetos cada vez maiores. No entanto, os licenciamentos têm sido feitos de forma isolada, o que têm para gerado confusões quanto aos diagnósticos e aos impactos que o projeto trará em sua totalidade.

Ao analisarmos o projeto mais recente, UTM II fase 2, percebemos que as consequências que o projeto como um todo trarão para as comunidades serão severas, entre elas o rebaixamento do lençol freático, o que vai afetar diretamente as nascentes que abastecem propriedades rurais e os moradores de Mota e Miguel Burnier. Há também a indicação de aumento da poeira, do ruído e do trânsito de veículos pesados; supressão de vias de acesso, ocupação de áreas de expansão urbana e zonas de proteção especial, incluindo áreas com patrimônio histórico e cultural tombado. Além disso, em razão das novas intervenções, houve um rompimento da canalização que abastecia a comunidade de Chrockatt de Sá, o que já foi denunciado por moradores e confirmado por documentos judiciais e técnicos.

A mesma informação foi verificada nos autos da Ação Popular 5000375-19.2021.8.13.0461, conforme Peça de ID: 3395066482, onde através de relato e fotos, tentou-se comprovar que a empresa Gerdau S.A teria dado início ao desmatamento, informando que a supressão vegetal iniciada acarretou o rompimento da canalização que leva água à comunidade de Chrockatt de Sá.

Nesse cenário, podemos concluir que o que se apresenta como um “projeto de desenvolvimento sustentável”, na prática, pode significar a uma última etapa de esvaziamento

do território e o fim de Miguel Burnier como comunidade viva. Ao fim e ao cabo, esse discurso positivista de sustentabilidade esconde o crescimento de um modelo de extração que ao multiplicar sua capacidade produtiva torna insustentável a vida no distrito.

Em 2025, por exemplo, houve um agravamento das condições de vulnerabilidade vividas em Miguel Burnier. O relatório ID: MPe 4002966, relacionado a uma visita realizada por representantes do Ministério Público ao distrito, no dia 20 de maio deste mesmo ano, a pedido dos próprios moradores, mostra que todo o núcleo urbano do distrito permanece cercado pelos impactos negativos vindos das atividades da Gerdau. A exploração mineral continua localizada perto das residências e da vida cotidiana dos moradores que demonstraram suas insatisfações com essa situação.

Entre as reclamações está a precariedade do acesso à comunidade, causada principalmente pelo trânsito intenso de veículos pesados da Gerdau, que causam poeira excessiva e deixam a estrada de terra em más condições. Foi relatada também as grandes dificuldades em acessar serviços básicos como comércio, saúde, lazer e demais serviços públicos. Os moradores apontaram também os transtornos causados por obras na estrada sem aviso, que geram diversos “pare e siga” que afetam diretamente as crianças e adolescentes que estudam fora do distrito.

As reclamações incluíram ainda os grandes impactos nas estruturas dos imóveis causados pelo desmonte de rochas. O apoderamento de espaços coletivos pela Gerdau também foi um dos problemas expostos pela comunidade. Como exemplo, foi mostrado que a área ao lado do campo de futebol e área de lazer da comunidade está se tornando um estacionamento de veículos da Gerdau (ônibus, caminhonetes, caminhões). Chama a atenção o relato sobre o constante sentimento de tristeza dos moradores, o desânimo e desejo de deixar o distrito. Além disso, falam da pobreza emocional vivida pelas crianças e adolescentes causada pela ausência de atividades permanentes de cultura e lazer.

Atualmente, umas das grandes preocupações dos moradores é justamente com a iminente expansão das atividades da Gerdau, que prevê um aumento de cinco vezes nas atividades da empresa, o que vai gerar um aumento significativo no tráfego de veículos e nos danos ambientais, o que pode levar ao esvaziamento definitivo do distrito. Muitos moradores acreditam que essa expansão significa a derradeira morte de Miguel Burnier. O que se percebe é que a comunidade tem vivido em situação de vulnerabilidade, onde o avanço da exploração minerária acontece em uma proporção direta à perda da qualidade de vida, das perspectivas para o futuro e da estrutura comunitária.

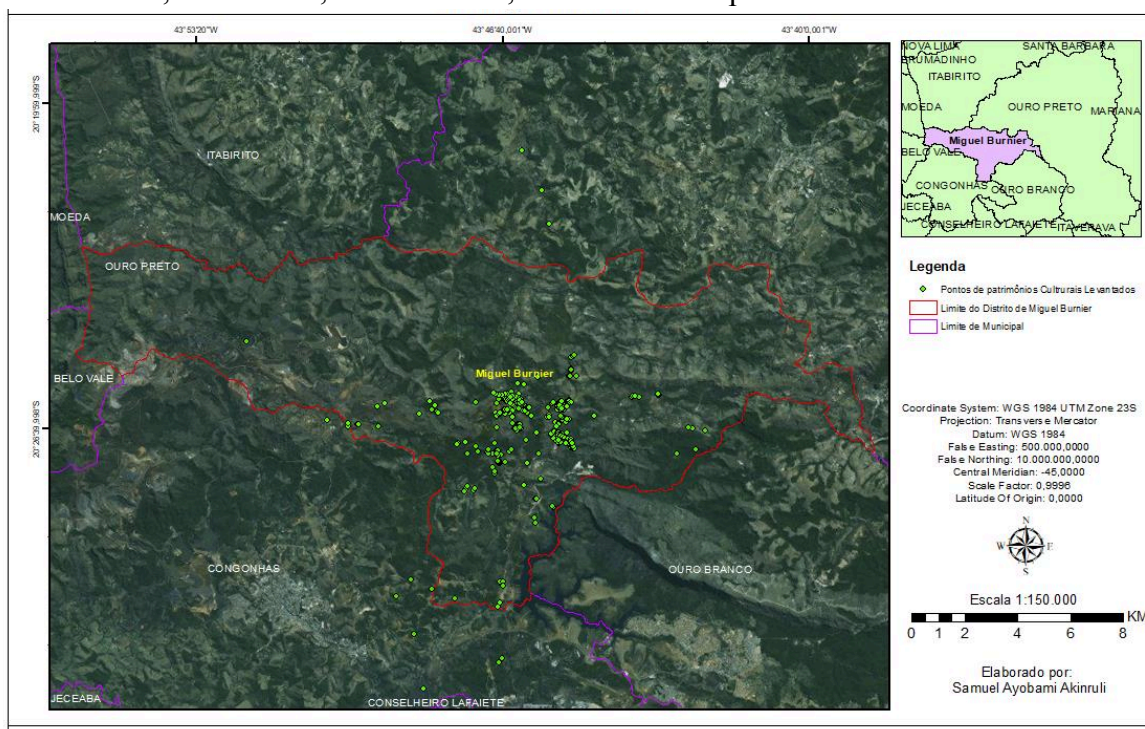
No texto “Ideias para adiar o fim do mundo”, Ailton Krenak (2019), faz um alerta sobre esse modo como acabamos por naturalizar a destruição de mundos inteiros em nome do progresso. Para ele, o fim não é um evento que está distante, mas sim, um processo contínuo e localizado e que, em muitos lugares, já está em curso, principalmente naqueles onde populações inteiras são submetidas a interrupção ou transformação drástica dos seus modos de vida, à desfiguração de seus territórios e ao silenciamento de suas esperanças. Miguel Burnier, que tem sua realidade marcada por um esvaziamento populacional silencioso e forçado pelas precariedades impostas pela mineração, encaixa-se nesse alerta. O que podemos observar é que o distrito está vivendo um processo de “fim do mundo localizado”, que tem a necessidade de ser narrado, documentado, enfrentado e explanado para o maior número possível de pessoas. Essa não é uma tragédia isolada. Podemos considerar Miguel Burnier como um espelho do futuro ameaçador que recai sobre todas as comunidades sujeitas à lógica extrativista predatória, vinculada ao atual modelo minerário brasileiro. Se nada for feito, a única dúvida que teremos em relação ao futuro desses lugares seria sobre o tempo que ainda resta a eles.

4. PRIORIZANDO O PASSADO PARA ALTERAR O PRESENTE: O DILEMA ENTRE PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO E A EXISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Não há o que se negar quando o assunto é a importância do distrito de Miguel Burnier para a história brasileira. Seu expressivo conjunto de bens edificados que remontam ao ciclo do ferro, à industrialização e à ocupação operária da região são provas disso. Sua configuração urbana é marcada por estruturas ligadas à antiga Estrada de Ferro Central do Brasil, à atividade siderúrgica e ao cotidiano religioso da população local. No entanto, nem mesmo essa importância histórica e cultural foi suficiente para impedir parte do patrimônio de sucumbir ao tempo e à voracidade da mineração.

Apesar do foco deste trabalho ser o patrimônio cultural edificado, é importante ressaltar que dentre os conjuntos de bens arquitetônicos e arqueológicos, nos é revelado que o distrito possui um número significativo de pontos de relevância cultural. São 429 no total, conforme mapa abaixo, o que nos mostra a riqueza cultural e o quanto está sendo perdido diariamente.

Figura 18 – Geolocalização dos patrimônios culturais materiais identificados em Miguel Burnier, Ouro Preto, Minas Gerais, totalizando 429 pontos de relevância cultural.



Elaboração Samuel Ayobami Akinruli, setembro de 2017

Sobre isso Akinruli (2021) destaca.

O levantamento do patrimônio cultural, especialmente relacionado aos bens culturais de natureza arquitetônica e arqueológica, desenvolvido em pesquisa de campo e em contraste com o cruzamento de outras fontes já elencadas, aponta para uma expressiva presença de bens culturais que remontam aos séculos XVIII, XIX, XX e XXI, que totalizam 429 pontos de relevância cultural. É incontestável a pujante relevância da ocupação histórica local, regional e nacional de Miguel Burnier, que remonta a diversos contextos e temporalidades. Têm-se o contexto da Inconfidência Mineira por meio de José Álvares Maciel que em 1789, declarou ser proprietário de fazenda de lavras de ouro em Caldeirões, herança de seu pai homônimo. A Fazenda São Julião ou Fazenda dos Caldeirões, incluía a Capela São Julião (c.1749-1892), cemitério, galeria de mineração e estruturas produtivas para abastecimento alimentar, comprovando como a agricultura estava associada à mineração nas antigas fazendas da região (Akinruli, 2021, p. 15).

É importante ressaltar que cada um dos bens patrimoniais do distrito, tombados ou não, tem sua importância e valor histórico, cultural e simbólico. No entanto, no âmbito de uma monografia, na qual é preciso delimitar o escopo a ser estudado, principalmente devido à falta de tempo e à necessidade de aprofundamento analítico, não será possível abordar todos os bens tombados de forma detalhada. Por isso, optamos por dar maior visibilidade a três patrimônios culturais, que estão entre os bens edificados e receberam reconhecimento institucional e proteção legal.

Esses bens nos darão uma compreensão de diferentes dimensões da história e dos conflitos territoriais da região, sendo eles: a Estação Ferroviária de Miguel Burnier, a Usina Wigg e a Igreja do Sagrado Coração de Jesus.

A Estação Ferroviária de Miguel Burnier foi construída no século XIX como parte do ramal ferroviário que ligava a região aos principais centros mineradores do estado e é um marco central para a paisagem afetiva e urbana do distrito, sendo mobilizada em múltiplas narrativas de pertencimento local.

Já a Usina Wigg, tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) e posteriormente restaurada como espaço museológico, é um local que tem seu valor histórico como um dos primeiros complexos siderúrgicos do país, e é um símbolo da transição tecnológica no Brasil.

Por fim, a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, edificação religiosa cuja importância ultrapassa o valor arquitetônico, é um dos principais espaços de sociabilidade, festividade e fé da comunidade e foi incluída como parte de condicionantes ambientais em licenciamentos da Gerda, sendo restaurada entre os anos de 2021 e 2023 em decorrência de exigências institucionais e reivindicações locais.

A Tabela a seguir mostra a lista completa de bens tombados no distrito.

Tabela 4 - Bens tombados em Miguel Burnier

DENOMINAÇÃO DO BEM CULTURAL TOMBADO OU REGISTRADO	NÍVEL DE PROTEÇÃO	CATEGORIA	DATA DO DECRETO DE TOMBAMENTO
Ruínas da Fábrica de Ferro Patriótica	Federal	Bem Imóvel / Patrimônio Arqueológico	30/6/1939
Conjunto Ferroviário Miguel Burnier	Municipal	Conjunto Paisagístico	18/11/2010
Capela de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis e Cemitérios	Municipal	Conjunto Paisagístico	27/11/2012
Capela de Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro dos Alemães	Municipal	Bem Imóvel	27/11/2012
Pedra e Gruta do Vigia/da Traição	Municipal	Conjunto Paisagístico	12/12/2012

Fonte: Akinruli, 2018, p.248, *apud*, dados do IEPHA, PMOP, 2018

Existe também um conjunto significativo de bens que, apesar de não terem sido tombados oficialmente, também possuem grande valor cultural e histórico para os moradores. Nesse caso, podemos citar as antigas vilas operárias da Usina Wigg e da Barra Mansa, que com uma arquitetura simples abrigavam trabalhadores da siderurgia e da ferrovia. E mesmo não contando com proteção legal até a época que existiam integralmente, essas moradias representavam um modo de vida coletivo, vinculado à história do trabalho, da migração e da construção da identidade comunitária. Muitas dessas casas foram demolidas a partir de 2010 em ações promovidas pela Gerdau, sob a justificativa de risco estrutural ou para viabilizar expansões minerárias, e isso desencadeou forte reação da população e denúncias ao Ministério Público.

Dito isso, buscaremos neste capítulo analisar as estratégias de resistência relacionadas ao patrimônio cultural edificado, compreendendo como os moradores recorrem às práticas jurídicas como formas de enfrentamento à expansão da atividade minerária. Também discutiremos o uso que a mineradora faz desse mesmo patrimônio como uma ferramenta de legitimação da expansão minerária, através de restauros a edificações históricas, em ações vinculadas a condicionantes ambientais e que frequentemente mascaram os danos provocados por sua atividade no território. Em resumo, faremos aqui uma leitura crítica do patrimônio cultural edificado como campo de disputa, um terreno simbólico e material onde se

confrontam a permanência e a saída, a memória e o esquecimento, a resistência e o poder corporativo.

4.1. Três patrimônios, múltiplos sentidos

Neste subcapítulo, faremos a análise dos três bens indicados anteriormente, a saber, a Estação Ferroviária de Miguel Burnier, a Usina Wigg e a Igreja do Sagrado Coração de Jesus. Para tal, consideramos a relevância simbólica que carregam para a comunidade e o protagonismo que assumiram nas estratégias patrimoniais da empresa Gerdau. Em cada um dos casos buscaremos entender um como foram os processos de tombamento, a importância que esses espaços têm para os moradores e como a empresa tem se apropriado deles através dos investimentos em preservação,

No ano de 2007, aconteceu o primeiro inventário realizado pela Prefeitura de Ouro Preto, no distrito de Miguel Burnier, onde foram identificados, analisados e cartografados os bens de importância patrimonial do distrito. Sob um ponto de vista arquitetônico, o conjunto foi descrito da seguinte maneira:

As ruas possuem passeios estreitos e com vias de calçamento em pedras irregulares tipo pé de moleque. A iluminação pública é feita com fiação aérea; não havendo rede de drenagem das águas pluviais. Há sistema de abastecimento de água, porém sem tratamento. Há também rede de esgoto, com lançamento direto no sistema hídrico. A única instalação comercial é um bar que também funciona como mercearia. O único hotel – antiga referência do lugar – veio à ruína. A área pública possui uma espécie de toque de recolher. Próximo ao pequeno povoado – como que separasse dois núcleos (o citadino e as áreas de exploração da Gerdau), tem-se a antiga estação ferroviária em grave processo de arruinamento; após o fim das atividades férreas ligadas ao próprio distrito, muito se perdeu da opulência e da vivência urbana – constatase inclusive o aumento do número de homicídios e de pessoas com alcoolismo. Ao longo da linha férrea, vêem-se ainda velhas casas do complexo da estação, cuja sustentação dá-se diariamente mais penosa. Mais ao alto, a Igreja de Sagrado Coração de Jesus, com sua excentricidade distante das costumeiras tipologias edificadas em Minas Gerais (...)

Miguel Burnier possui grandes bens: a igreja, com suas obras diferenciadas e sua tipologia única; o antigo seminário, que, ao que tudo indica, certamente será incluído ao patrimônio da Gerdau; a própria terra explorada pela Gerdau, que possui naturalmente prazo de validade; a antiga estação, conhecida outrora como uma das mais bem trabalhadas esteticamente da região e, atualmente em crescente arruinamento; o antigo hotel em ruínas. (Inventário do Distrito de Miguel Burnier, Ouro Preto, MG. Março de 2007, p. 140).

A partir da leitura do relatório elaborado por técnicos da Prefeitura de Ouro Preto, notamos o processo de arruinamento que o distrito enfrenta. O relatório destaca a precariedade das condições de vida, os problemas de infraestrutura urbana com vias e

passeios em más condições, ausência de drenagem pluvial, de tratamento de esgoto e de tratamento de água, e escassez de serviços básicos e de equipamentos públicos que revelam o grau de abandono ao qual o distrito foi submetido.

Em uma dinâmica social fragilizada, marcada pela retração da vida pública e pela sensação de insegurança, alguns equipamentos importantes, como o antigo hotel, estavam em ruínas, sendo que o único comércio aberto era um pequeno bar-mercearia. Com isso, o território, que um dia se viu articulado pela presença da ferrovia e por uma vida urbana intensa, foi sendo atravessado pelo estado de abandono e decadência, tal como exposto na citação acima. Assim, o patrimônio cultural edificado que ainda existia passou a carregar as memórias de pertencimento e os sinais de disputa territorial. Bens como a Igreja do Sagrado Coração de Jesus e o antigo seminário permanecem como referências para a comunidade, ao mesmo tempo em que são parte de estratégias de investimento e operacionalização por parte da mineradora. O relatório técnico fez o destaque desses elementos e nos permitiu ter compreensão de como o arruinamento do território é físico, político e revela o descompasso existente entre os interesses das mineradoras e o direito à permanência e à memória da comunidade.

4.1.1 Estação Ferroviária de Miguel Burnier

A Estação Ferroviária de Miguel Burnier (Fig. 20) foi inaugurada em 16 de julho de 1887 e teve um papel central na consolidação do distrito. Ela foi construída em um ponto estratégico, no entroncamento entre a “Linha do Centro” da Estrada de Ferro D. Pedro II e o “Ramal de Ouro Preto”. Foi, assim, capaz de impulsionar o crescimento da comunidade e se tornar o coração pulsante do distrito no auge da atividade ferroviária. Porém, esse espaço entrou em decadência com o desmonte das operações ferroviárias que teve início nos anos 1990.

Figura 19 – Estação ferroviária de Miguel Burnier antes da restauração



Fonte: Dossiê de Tombamento: Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier / Ouro Preto – MG, 2010

O Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier foi tombado pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto pelo Decreto nº 2.468 de 18 de novembro de 2010. Neste processo, foram incluídas algumas das edificações que mais se destacam visualmente, mas o diálogo e articulação entre essas estruturas e outras de igual importância foi desconsiderado e essas edificações foram excluídas do tombamento. Segundo Akinruli (2018), essa escolha acabou resultando numa delimitação do perímetro de proteção e deixou de fora elementos importantes que faziam parte do conjunto urbano, como a antiga balança, o hotel e diversas casas do entorno.

Caso o tombamento tivesse considerado o núcleo urbano em sua totalidade, como aconteceu, por exemplo, no distrito de Rodrigo Silva, onde aconteceu o tombamento do conjunto urbano e ferroviário, seria possível garantir uma proteção mais ampla e integral, que incluísse o entorno da estação ferroviária. Nesse caso, talvez até mesmo as casas demolidas pelas Gerdau em 2010, que desmontou o patrimônio local, poderiam ter sido protegidas. Segundo Macedo e Oliveira (2019), das 70 casas existentes sobraram apenas quatro e meia.

Dando sequência ao projeto de exploração, em 2010 a Gerdau Açominas SA começou a demolir as vilas operárias construídas nas políticas das empresas anteriores. É bom elencar, a não existência de documentos acessíveis sobre esse evento pois a empresa negou-nos acesso a qualquer tipo de informação acerca desse procedimento. As estruturas demolidas carregavam potencial histórico muito favorável à destinação turística, e devido a isso o Ministério Público de Minas Gerais impediu a tempo da ação se concretizar por completo. Das 70 casas existentes no espaço, sobraram apenas quatro e meia. Com isso, a antiga Vila Usina Wigg e a

maior parte da Vila Operária da Barra Mansa se tornaram apenas espaços vazios, servindo como área de mineração ou abrigando algum laboratório de apuração de pureza do minério extraído (Macelo e Oliveira, 2019, p.18).

Segundo uma publicação do jornal Estado de Minas, no ano de 2010, foi firmado um Termo de Compromisso Preliminar que contou com a participação do Município de Ouro Preto, do Ministério Público Federal (MPMG), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do Ministério Público Federal (MPF) e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Nesse termo, o município de Ouro Preto assumiu a responsabilidade de efetivar o processo de tombamento da Estação Ferroviária de Miguel Burnier, adotar medidas emergenciais para evitar seu colapso estrutural e elaborar um projeto de restauração da edificação. Como resultado, o bem foi oficialmente tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto, conforme estabelecido pelo Decreto Municipal nº 2.468, de 18 de novembro de 2010 (Ouro Preto, 2010).

Depois da análise e aprovação do projeto de restauro pelo Iphan, o Ministério Público Estadual alocou R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) ao Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural de Ouro Preto. Um valor advindo de medida compensatória imposta a uma empresa mineradora atuante na região. Na reportagem do Jornal Estado de Minas, não se explicita qual é a mineradora, mas esses recursos foram fundamentais para realização de obras de recuperação na estação (Fig. 20).

Figura 20 – Estação ferroviária de Miguel Burnier depois de restaurada



Fonte: Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Acervo PROPAT

Antigamente, para os moradores, a estação ferroviária não era apenas um ponto de partida e chegada, mas sim um espaço de convivência e de encontros. Com o desmonte das operações ferroviárias, esse importante espaço entrou em decadência, mas foi ressignificado pela comunidade.

Assim, o espaço passou a ser usado para o Projeto Estação Cultura, fruto da mobilização da própria população por meio da associação do Projeto Estação Cultura (ASSOPEC) e começou a receber eventos culturais, oficinas e atividades comunitárias. Na verdade esse foi o primeiro lugar a ser reocupado pela comunidade, que agora tinha o entendimento que dar novos usos e sentidos aos espaços era a melhor forma de resistir, proteger e preservar (Fig. 21).

Figura 21 – Foto da 8ª edição Festival Cultural de Miguel Burnier que aconteceu no ano de 2017.



Fonte: Facebook – página “Projeto Estação Cultura - Miguel Burnier” – Acesso em jul.2025

No entanto, a criação do Projeto Estação Cultura, que é atualmente um importante instrumento de resistência comunitária e preservação do patrimônio em Miguel Burnier, tem sua origem vinculada a uma dimensão profundamente dolorosa. Isso porque, por trás da mobilização coletiva que deu nova vida à antiga estação ferroviária, aconteceu um episódio

que mostrou a vulnerabilidade social e de abandono vivido pela população do distrito. Segundo Akinruli (2018), a comunidade relatou com pesar o episódio que motivou a tomar a iniciativa: uma mãe com uma criança no colo, tentando, com grande esforço, arrancar a janela da estação para usá-la como lenha. Esse gesto, por mais drástico que parecesse, era apenas uma tentativa de garantir o alimento para sua filha diante da ausência de condições mínimas de sobrevivência.

Esse é um episódio que evidenciava a pobreza extrema e a deterioração de um bem simbólico para o distrito, além de um espaço que representava o marco-zero do núcleo urbano de Burnier. Diante deste episódio, a comunidade percebeu a urgência em ressignificar aquele espaço e impedir que ele fosse completamente consumido pelo abandono ou pela mineração. O projeto estação cultura, então, nasceu no ano de 2010, num gesto que visava reativar o sentimento de coletividade, de reunir as pessoas em torno de um espaço de encontro, cultura e memória, surgindo como resposta afetiva e política a essa dupla ameaça: a da miséria e a da destruição simbólica.

4.1.2 Usina Wigg

A Usina Wigg teve um papel crucial no ciclo histórico da siderurgia nacional e foi considerada uma das precursoras da industrialização do ferro em Minas Gerais. Seu conjunto remanescente guarda vestígios da chamada “Revolução Industrial Brasileira” e carrega camadas de memória associadas à formação operária, às transformações urbanas e à história do trabalho no estado. Ela possui um valor simbólico, histórico e afetivo profundo para os moradores de Miguel Burnier. Sua importância remonta ao final do século XIX, quando foi fundada por Carlos da Costa Wigg em 14 de setembro de 1893, transformando-se em um marco do desenvolvimento urbano, econômico e populacional do distrito (Dossiê de Tombamento: Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier, 2010).

Segundo Dorés (2021), durante o seu funcionamento a usina garantiu a estruturação da vida cotidiana dos seus trabalhadores e de suas famílias, provendo acesso a moradia, saúde, educação, lazer e vida religiosa, assim ela se consolidou como espaço de sociabilidade e pertencimento por gerações. A Usina Wigg encerrou suas atividades no ano de 1969 quando foi vendida para o grupo Votorantim. (Fig. 22).

Figura 22 - Visão geral da Usina Wigg



Fonte: Neves, 2012

Os anos foram se passando e a Usina entrou em estado de abandono. Como consequência, veio a deterioração e a espoliação do seu patrimônio. As estruturas passaram a ser saqueadas e negligenciadas, mesmo estando legalmente sob responsabilidade da Gerdau, que assumiu compromissos relativos à preservação de bens históricos. Existia uma condicionante para o licenciamento ambiental da Gerdau — a condicionante nº 4 do licenciamento ambiental em fase de Licença Prévia (LP) (Processo SUPRAM PA 1778/2004/022/2010, sobre expansão da produção da mina e instalação de uma nova Unidade de Tratamento de Minério). A condicionante falava que a empresa deveria apresentar uma proposta de programa de valorização do patrimônio histórico e cultural do município de Ouro Preto, com ênfase no distrito de Miguel Burnier, que contemplasse o “Projeto de Medidas de Proteção e Revitalização das Ruínas Históricas da Usina Metalúrgica Wigg”. Havia também a condicionante “b” da LP + Licença de Instalação (LI) do processo de compensação ambiental referente ao PA COPAM nº 01776/2004/013/2011, que tratava da execução do restauro e musealização da Usina Wigg.

Mesmo diante de obrigações legais, o processo de preservação enfrentou alguns obstáculos, como a demora da empresa em cumprir as medidas. Isso gerou a abertura de inquéritos civis e uma série de protestos e desconfianças por parte da população, como o inquérito Civil MPMG-0461.12.000203-9 que trata do “Restauro e revitalização da Usina Wigg em Miguel Burnier”. Contudo, observa-se que, apesar do não cumprimento dessa condicionante, a Licença de Operação (LO) desse último empreendimento já tinha sido liberada com o nº 01776/2004/025/2016.

Akinruli (2018) afirma que no ano de 2016 foi realizado um seminário que falava sobre a musealização da Usina Wigg, no entanto, segundo depoimentos de moradores, o seminário foi construído de forma pouco transparente e sem consensos claros. Tal fato, acabou levantando questionamentos a respeito dos reais objetivos dos grandes investimentos da Gerdau em patrimônio cultural edificado mesmo quando havia um grave problema de falta de infraestrutura básica no distrito.

Mesmo assim, foi anunciado que a usina se tornaria um museu virtual e assim seriam cumpridos os termos legais das condicionantes. Funcionou, portanto, como uma tentativa de reduzir materialmente a presença da memória da comunidade a uma interface digital e descolada do território.

Por isso, a Usina Wigg é um exemplo da complexidade que existe na luta entre a preservação do patrimônio e os interesses da mineração. O que podemos perceber é que ao mesmo tempo em que a comunidade tenta manter viva a história por meio da memória coletiva, a empresa, muitas vezes, atua somente quando é pressionada legalmente numa evidência clara do uso meramente instrumental do patrimônio cultural edificado.

4.1.3 Igreja do Sagrado Coração de Jesus

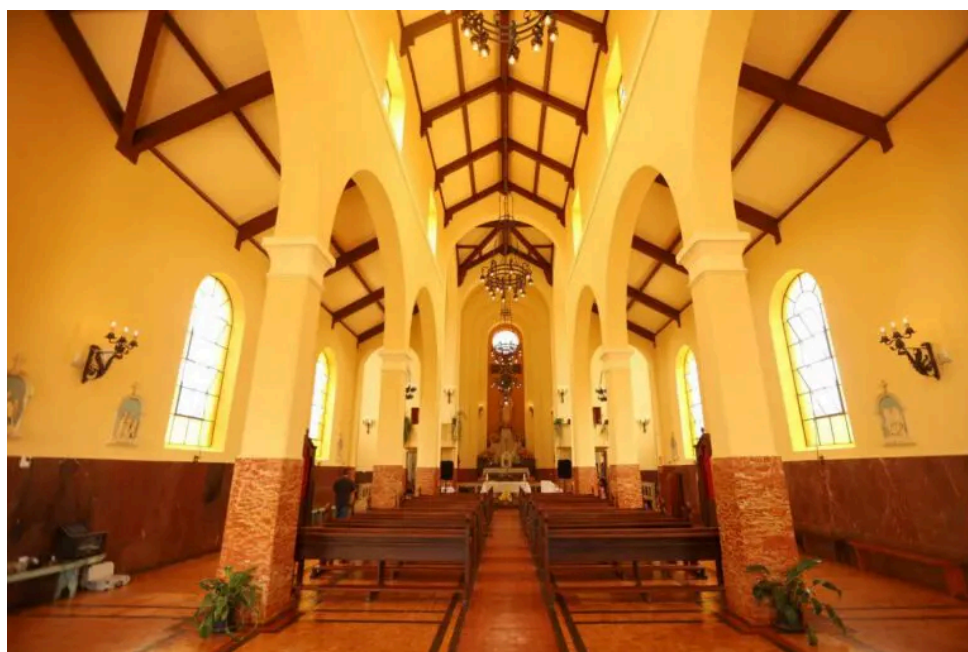
A Igreja do Sagrado Coração de Jesus é considerada um dos pontos mais significativos do distrito. Com sua arquitetura imponente, a igreja chama a atenção e foge dos padrões coloniais predominantes no estado de Minas Gerais, o que a torna um monumento único e singular, capaz de impressionar moradores e visitantes pela sua beleza (Figs. 23 e 24).

Figura 23 – Fachada principal da Igreja do sagrado Coração de Jesus depois de restaurada



Fonte: Facebook – página “Santuário Miguel Burnier (Sagrado Coração de Jesus)” – Acesso em jul.2025

Figura 24 – Vista interna da Igreja do Sagrado Coração de Jesus depois de restaurada



Fonte: Divulgação Gerdau – Acesso em jul.2025

A igreja foi idealizada por Alice da Silveira Wigg, esposa do comendador Carlos Wigg, com o auxílio do padre Marcelino Braglia e teve sua construção em 1934, tendo o projeto arquitetônico ficado a cargo do italiano Júlio Cellini e do engenheiro João Vanderlei. Assim que foi inaugurada, a igreja passou a desempenhar um papel central na vida da comunidade e no ano de 1938 foi elevada à condição de Santuário Arquidiocesano do Sagrado Coração de Jesus. O anúncio foi feito numa celebração que reuniu cerca de 800

romeiros que foram em procissão da cidade de Mariana até o distrito de Miguel Burnier (Dossiê de Tombamento do Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier, 2010, p.115).

No entanto, com o avanço da mineração e o abandono progressivo do distrito, a igreja passou a sofrer os efeitos do tempo e os danos causados pela mineração. Segundo Akinruli (2018), as fachadas foram obscurecidas pela poeira do minério e as estruturas sofreram rachaduras provocadas por trepidações constantes. Mas mesmo diante desse cenário de precariedade, a comunidade se preocupou em zelar pelas condições físicas e manter o uso da igreja, o que foi fundamental para evitar sua ruína. O maior exemplo disso foi o mutirão realizado pelos moradores para limpar a fachada da igreja, que representa mais que um simples edifício religioso. A Igreja do Sagrado Coração de Jesus é um ponto de encontro espiritual e cultural, vinculado às suas festas populares, à resistência comunitária e à memória e identidade coletiva da comunidade (Figs. 25 e 26).

Figura 25 e 26 – Festa do Sagrado Coração de Jesus realizada em Miguel Burnier em 2025



Fonte: Facebook – página “Santuário Miguel Burnier (Sagrado Coração de Jesus)” – Acesso em jul.2025

Como dito anteriormente, o processo de tombamento do Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier abrangeu algumas das edificações que se sobressaíam visualmente, entre elas a igreja, portanto ela também foi adicionada nos documentos de licenciamento ambiental. Na mesma condicionante que determinava que a Gerdau deveria realizar a execução do restauro e

musealização da usina Wigg, estava previsto a restauração e revitalização do conjunto histórico e arquitetônico do Distrito de Miguel Burnier, com destaque para Igreja do Sagrado Coração de Jesus e o conjunto de edificações da estação ferroviária.⁷

Assim, em resposta a essas exigências legais e também como uma estratégia de marketing, a Gerdau fez o anúncio em seus canais oficiais em 2023 de um investimento de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) no que eles chamaram de projeto “Patrimônio Vivo”. Segundo o Jornal Galile (2023), esse projeto é uma parceria entre a Gerdau e a prefeitura de Ouro Preto com intuito de incentivar o turismo no distrito e os empreendimentos locais para receber os turistas e o restauro dos patrimônios são partes fundamentais disso.⁸ Nesse projeto estavam incluídos o restauro completo da Igreja do Sagrado Coração de Jesus e melhorias no entorno, como drenagem pluvial, paisagismo, pavimentação, revitalização do coreto e da área de convivência ao redor.

A partir de uma análise crítica, é possível perceber que, embora a empresa apresente suas atividades como ações que visam garantir a responsabilidade social e valorização cultural e patrimonial no distrito, os investimentos realizados na restauração de bens patrimoniais em Miguel Burnier não resultam de iniciativas voluntárias e da boa vontade da empresa, mas sim de condicionantes legais associadas ao licenciamento ambiental para a atividade minerária. Portanto, tais investimentos não devem ser vistos de maneira separada das disputas territoriais, dos interesses econômicos em jogo e das estratégias de resistência articuladas pela população local frente ao avanço da mineração.

4.2. Entre Ruínas restauradas e territórios violados: quando o patrimônio se torna vitrine para o progresso

Prosseguindo com as análises das formas de apropriação e da visão dual sobre o patrimônio, que gera uma disputa simbólica, nessa última parte do capítulo estudaremos os investimentos feitos por mineradoras, sobretudo pela empresa Gerdau, no patrimônio cultural

⁷ Sublinha-se que constam como condicionantes do empreendimento da LP+LI do processo nº 01776/2004/013/2011, não obstante a existência da LO sob o nº 01776/2004/025/2016, os seguintes pontos, a saber: “Item 3 – Apresentar cronograma executivo e relatório de andamento dos seguintes projetos: – Execução de restauro da Igreja de Nossa Senhora de Calastrois de Miguel Burnier com agenciamento do entorno; – Execução do restauro e musealização da usina Wigg; (...) – Restauração e revitalização do conjunto histórico e arquitetônico do Distrito de Miguel Burnier, com destaque para Igreja do Sagrado Coração de Jesus e o conjunto de edificações da estação ferroviária.” In: Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana (SUPRAM). Certificado LP + LI nº 179/2012 e Anexo I da Licença (Condicionantes), Belo Horizonte, 17 de maio de 2012, p. 21.

⁸ <https://galile.com.br/primeira-etapa-do-patrimonio-vivo-miguel-burnier/>. Acesso em: 7 ago. 2025.

edificado da região de Ouro Preto. Frequentemente, nos deparamos com ações relacionadas com restaurações de edifícios tombados, apresentadas como demonstrações de responsabilidade social, mas quando nos voltamos para uma dimensão além do que está explícito aos olhos, passamos a nos questionar sobre quais interesses estão por trás dessas iniciativas, aparentemente inofensivas.

A preservação patrimonial, principalmente quando relacionada a contextos que envolvem fragilidades sociais e conflitos territoriais, deveria, pelo menos em teoria, ser realizada por órgãos públicos e pela própria comunidade local, pois assim seria possível garantir que o cuidado com a memória coletiva estivesse vinculado ao interesse público, ao invés de vinculado a estratégias corporativas. Quando essas responsabilidades são repassadas para empresas privadas, principalmente empresas que geram um impacto direto e irreversível ao território e aos seus moradores, como acontece em Miguel Burnier, o patrimônio pode acabar se tornando um instrumento de marketing institucional, de legitimação do avanço minerário, de controle e de apagamento de resistências locais.

Assim, programas como o “Patrimônio Vivo”, articulado pela Gerdau, precisam de uma análise crítica que possa nos dar uma visão para além daquilo que é preservado, possibilitando a compreensão daquilo que é silenciado e reconfigurado. A partir dessa análise, é possível perceber que no lugar de representar uma simples reparação, esses investimentos patrimoniais se transformam em ferramentas de validação da presença das mineradoras em áreas historicamente marcadas pela exploração, abandono, êxodo populacional e degradação social.

Pensando nisso, neste tópico buscaremos refletir sobre como os aportes de empresas privadas no campo do patrimônio se relacionam com as mecânicas de poder corporativos, servindo, em muitos casos, mais como uma ferramenta de marketing e limpeza de imagem do que de promoção de justiça histórica e territorial.

Podemos perceber que ao longo das últimas duas décadas têm se tornado cada vez mais frequente essa articulação entre as grandes empresas minerárias e o campo da cultura, especialmente quando falamos sobre a preservação e utilização do patrimônio cultural edificado em cidades históricas. No caso de Ouro Preto, essa relação se torna ainda mais complexa quando levamos em consideração que é uma cidade que tem importância mundial.

Quando consideramos todas as mineradoras envolvidas nesses processos, segundo Santos (2024), entre 2006 e 2023 foram realizados 36 (trinta e seis) investimentos no patrimônio cultural edificado em toda a região de Ouro Preto, por meio de diversos instrumentos jurídicos. Sendo que a maioria deles, um total de 26 (vinte e seis), foi por meio

de patrocínios, 7 (sete) investimentos vieram de compensações ambientais, 2 (dois) foram por meio de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e 1 (um) foi por meio de sentença judicial. A Gerdau, em particular, realizou 12 (doze) desse total de 36 (trinta e seis) investimentos, em uma combinação de diferentes mecanismos jurídicos, dos quais 5 (cinco) investimentos vieram de patrocínios, outros 6 (seis) de compensações ambientais e 1 (um) foi por meio de um TAC, conforme mostrado na tabela a seguir:

Tabela 5 - Investimentos da Gerdau em Patrimônio Cultural Edificado

Ano do projeto	Patrimônio Cultural Edificado	Localização	Instrumento Jurídico	Documentos Oficiais
2011	Estação Ferroviária de Miguel Burnier	Distrito de Miguel Burnier	Termo de ajuste de conduta (TAC)	Multa prevista no TAC
2014	Espaço Vivenda	Distrito de Amarantina	Patrocínio (Lei estadual n.º 22.944/2018)	Não encontrado ⁹
2015	Igreja N.S da Conceição do Chiqueiro dos Alemães	Distrito de Miguel Burnier	Compensação Ambiental	Condicionante n.º 15 do Licenciamento Ambiental COPAM n.º 01778/2004/026/2011 (LI)
2020	Antiga casa do presidente Pedro Aleixo	Antônio Dias-Distrito-sede (perímetro tombado)	Patrocínio (Lei estadual n.º 22.944/2018)	CA 2018- 13609-0069
2021	Antiga casa do presidente Pedro Aleixo	Antônio Dias-Distrito-sede (perímetro tombado)	Patrocínio (Lei estadual n.º 22.944/2018)	CA 2018- 13609-0069
2021	Igreja do Sagrado Coração de Jesus	Distrito de Miguel Burnier	Compensação Ambiental	Termo de Compromisso como condicionante de emissão de Certidão de Regularidade do empreendimento UTM Itabiritos II (PROCESSO SEMAD N.º 1370.01.0001451/2021-87)
2021	Antigo hotel	Distrito de Miguel Burnier	Compensação Ambiental	Termo de Compromisso como condicionante de emissão de Certidão de Regularidade do empreendimento UTM Itabiritos II (PROCESSO SEMAD N.º 1370.01.0001451/2021-87)

⁹ Mais informações disponíveis em:

<https://jornalvozativa.com/noticias/projeto-educandocomarte-do-museu-das-reducoes-encerra-atividades-de-2014/>

2021	Igreja N.S Auxiliadora de Calastróis	Distrito de Miguel Burnier	Compensação Ambiental	Condicionante n.º15 do Licenciamento Ambiental COPAM n.º 01778/2004/026/2011 (LI) / Termo de Compromisso como condicionante de emissão de Certidão de Regularidade do empreendimento UTM Itabiritos II (PROCESSO SEMAD N.º 1370.01.0001451/2021-87)
2021	Usina Wigg	Distrito de Miguel Burnier	Compensação Ambiental	Termo de Compromisso como condicionante de emissão de Certidão de Regularidade do empreendimento UTM Itabiritos II (PROCESSO SEMAD N.º 1370.01.0001451/2021-87)
2023	Casa dos Arcos	Distrito de Miguel Burnier	Patrocínio (parceria prefeitura-Gerdau)	Não encontrado ¹⁰
2023	Pepita II - Monumento na entrada da cidade	Rodovia	Patrocínio (Lei estadual n.º 22.944/2018)	Edital Arte em Aço Gerdau
2023	Igreja Matriz de São Bartolomeu	São Bartolomeu	Compensação Ambiental por meio de reparação por danos ambientais (art. 14, §1º, Lei Federal 6.938/81)	Cláusula 7.1 do Termo de Compromisso Ambiental (R\$ 20.000.000,00)

Fonte: Santos (2024), com modificações da autora

Santos (2024) ressalta que dos 26 (vinte e seis) patrocínios, 22 (vinte e dois), são viabilizados via incentivo fiscal, conforme previsto na Lei Federal n.º 8.313/1991¹¹ (Lei Rouanet) e na Lei Estadual n.º 24.462/2023¹² de incentivo à cultura. Essas legislações permitem que parte do imposto das mineradoras seja destinado para apoiar iniciativas culturais, e em troca as empresas obtêm benefícios fiscais, como a dedução do valor

¹⁰ Mais informações disponíveis em: <https://ouropreto.mg.gov.br/noticia/3405>

¹¹ A Lei 8.313/1991, oficialmente conhecida como Lei Rouanet, foi criada com o objetivo de captar e canalizar recursos para o setor cultural de modo a facilitar o acesso de todas as pessoas do país às fontes da cultura e promover o pleno exercício dos direitos culturais, além de estimular e fomentar a produção, preservação e difusão cultural, principalmente por meio de incentivo fiscal concedido a quem patrocina projetos com esse fim.

¹² Lei Estadual n.º 24.462/2023, é uma lei do estado de Minas Gerais que estabelece a criação do Sistema Estadual de Cultura - Siec - para coordenar e gerir as políticas culturais do Estado, com participação da sociedade civil e visando ao desenvolvimento humano, social e econômico. Altera o nome do Sistema de Financiamento à Cultura, que passa a denominar-se “Descentra Cultura Minas Gerais”, cujo objetivo é garantir a todas as regiões do Estado maior acesso aos mecanismos de fomento à cultura, inclusive a povos e comunidades tradicionais. Estabelece o Fundo Estadual de Cultura - FEC -, com o objetivo de apoiar projetos culturais. Define regras para a concessão de incentivos fiscais a pessoas jurídicas que apoiem financeiramente projetos culturais e manifestações culturais tradicionais no Estado, o Incentivo Fiscal à Cultura - IFC -, permitindo que deduzam parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - devido e dá outras providências

patrocinado no imposto de renda devido. Ou seja, na prática, as mineradoras têm a possibilidade de investir um dinheiro público em obras que serão utilizadas pelas próprias mineradoras como palco para dar visibilidade a suas ações culturais, o que deixa ainda mais evidente a estratégia de instrumentalização do patrimônio cultural edificado praticada pelas grandes corporações. Sobre isso, Santos (2024) diz:

Ao compreender melhor os investimentos nesses exemplares de patrimônio cultural edificado, percebe-se que o incentivo à cultura dado pelo Estado, por meio de renúncias fiscais e com o propósito de democratizar o acesso à cultura, tem sido instrumentalizado por megamineradoras, com o fim de que apenas os projetos interessantes a elas sejam contemplados. Assim, as megamineradoras acabam investindo um dinheiro que é público para estruturar espaços que, em seguida, serão utilizados como palco de ações culturais promovidas por elas mesmas e, novamente, viabilizadas por patrocínios via renúncias fiscais. Isso traz como efeito a visibilidade das próprias megamineradoras por meio de suas ações. Diante do patrocínio empresarial e da apropriação de espaços públicos utilizados para exposições ou apresentações culturais, a cultura passa a ser considerada como um objeto comercializável, tal como uma *commodity* qualquer. Com isso, ela absorve as necessidades mercadológicas e dos financiadores das atividades culturais, de satisfazer um público específico e garantir que seus desejos sejam atendidos (Santos, 2024, *apud*, Correia; Colares; Saraiva, 2017).

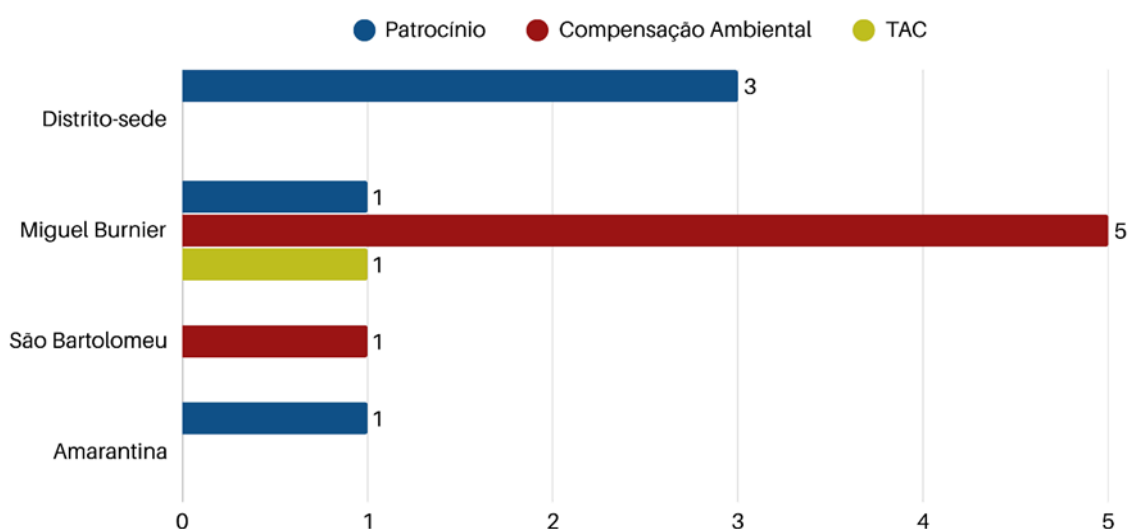
A grande maioria dos investimentos de megamineradoras foram realizados no distrito-sede de Ouro Preto, principalmente no perímetro tombado onde existe uma maximização da visibilidade do patrimônio. Já os distritos periféricos diretamente impactados pela mineração, como Miguel Burnier, foram contemplados quase que exclusivamente por compensações ambientais, ou seja, o investimento foi feito devido a obrigações legais impostas às mineradoras. O que nos revela que, quando a mineradora tem a liberdade de escolher onde investir, como acontece quando o meio de investimento são os patrocínios, na maioria das vezes, o investimento será em um lugar que, independente da localização, seja capaz de proporcionar grande visibilidade às ações da empresa. Desse modo, os interesses corporativos podem vir a mascarar os impactos negativos causados por elas, além de gerar nas pessoas essa ideia de que a mineração é uma apoiadora ativa das cultura e educação. Sobre isso, Santos (2024) afirma:

A visibilidade que determinados exemplares do patrimônio cultural edificado possuem fazem dos investimentos nos mesmos uma ferramenta propícia para a exposição das marcas e a sua reafirmação para o público-alvo, no qual se incluem sobretudo os moradores do distrito-sede e os milhares de turistas que circulam por estes espaços. É provável que, para essas pessoas, tal experiência – de visar logomarcas de megamineradoras associadas a patrimônios culturais edificados – crie nelas, inicialmente, uma dissonância cognitiva, quanto mais elas tenham consciência acerca dos impactos negativos de megamineradoras. Isto é, tal experiência pode criar nas pessoas uma contradição mental, que se dá entre a ideia de que as

megamineradoras destroem a natureza e a ideia de que as megamineradoras preservam o patrimônio cultural. Do ponto de vista empresarial, torna-se extremamente eficaz estabelecer parcerias com instituições culturais a fim de apoiar as produções artísticas e tornar as marcas patrocinadoras simbolicamente sancionadas pelos frequentadores dos espaços. Sendo assim, a publicidade se amplifica, uma vez que os nomes das organizações privadas e das instituições culturais se fazem inseparáveis ao vincularem para o público-alvo as ações, características, ideologias e costumes de ambas as parceiras. A finalidade desse vínculo seria a de equiparar os produtos dos patrocinadores com aqueles de qualidades únicas e imensuráveis, tal como as artes são consideradas em nossa sociedade. Ao fim e ao cabo, a dissonância cognitiva experienciada pelo público-alvo dessas ações, após algumas reiteraões, acaba sendo resolvida em favor da imagem das megamineradoras (Santos, 2024).

O distrito de Miguel Burnier foi contemplado com um total de 7 (sete) investimentos em patrimônio cultural edificado, todos eles sendo feitos pela Gerdau. Desses, 5 (cinco) foram por compensação ambiental, 1 (um) por termo de ajustamento de conduta (TAC) e somente 1 (um) por patrocínio. Tal fato evidencia a ideia de que as mineradoras, havendo a possibilidade, vão escolher investir no patrimônio que trará um destaque maior para a ação, de modo a garantir a preservação de sua imagem e garantir visibilidade à empresa, que opera explorando o retorno institucional de suas marcas nas mídias de divulgação e em eventos patrocinados. Enquanto isso, os distritos mais afastados ou patrimônios menos interessantes para as empresas têm a grande maioria de seus investimentos vinculados a obrigações legais que servem como tentativas formais de compensar danos à natureza e aos modos de vida das comunidades. O gráfico a seguir mostra quais instrumentos jurídicos geraram os investimentos e em qual local cada investimento foi alocado.

Gráfico 1 - Investimentos da Gerdau entre 2011 e 2023



Fonte: SANTOS (2024), com modificações da autora

Esse tipo de investimento também pode estar vinculado a estratégias políticas de poder que cercam os grandes empreendimentos. Alguns dados que aprofundam essa questão da relação da mineração com a política foi apresentado por Akinruli (2018). Segundo a autora, entre os anos de 2004 e 2008, período que coincidentemente é o mesmo em que foi aprovado o licenciamento ambiental da Gerdau para atuar em Miguel Burnier, a Gerdau fez grandes doações para a campanha eleitoral do então prefeito da cidade de Ouro Preto, Ângelo Oswaldo. Sendo que, em 2004, a empresa doou R\$ 100.000,00 (cem mil reais), pagos em cheque pelo CNPJ n.º 17.227.422.0001/05, que se refere à empresa Gerdau Açominas S. A. Matriz, e no ano de 2008, houve outra doação no mesmo valor, dessa vez via transferência eletrônica pelo CNPJ n.º 07.369.685/0001-97, referente à Gerdau Comercial de Aços S. A. Matriz. No ano de 2008, esse valor representou cerca de 26% da arrecadação total da campanha do candidato.

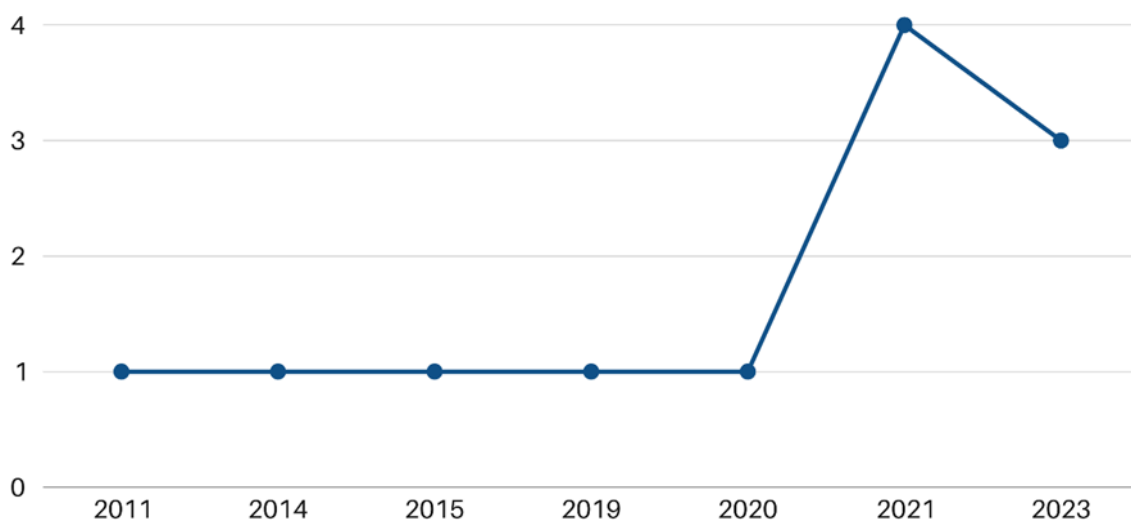
Essas informações são indícios da relação que existe entre financiamento eleitoral e avanço minerário. No caso de Ouro Preto, os dados revelam que os mandatos do prefeito Ângelo Oswaldo coincidiram com momentos decisivos da Gerdau em Miguel Burnier. Segundo Akinruli (2018), o primeiro mandato do prefeito, entre 1993 e 1996 coincide com o período de fechamento da Usina Barra Mansa e início do declínio social do distrito. Durante seu segundo mandato, que aconteceu entre 2005 e 2008, foi realizada a expansão das atividades da Gerdau e os licenças dos primeiros projetos dessa expansão. Já no seu terceiro e último mandato, com investimentos da empresa entre 2009 e 2012, foi a época do agravamento dos conflitos ambientais, abertura de inquéritos civis contra a empresa e início dos tombamentos de bens patrimoniais.

Esse entrelaçamento entre o poder político e os interesses empresariais da Gerdau pode nos mostrar que, quando uma grande corporação como a Gerdau passa a ocupar funções que deveriam ser obrigações de órgão públicos, promovendo, por exemplo, ações culturais, restauro de patrimônios, patrocínio de eventos, é quase como se a empresa pagasse para assumir, simbolicamente, o controle do território. É essa retirada ou conivência dos órgãos municipais e estaduais que enfraquece a presença de políticas públicas e fragiliza a organização comunitária. Esse deslocamento de funções não aconteceu de “uma hora para outra”. Tal fato pode, portanto, sugerir que se tratou de uma estratégia planejada para coincidir com o período em que a empresa estava buscando ampliar suas frentes de mineração ao mesmo tempo em que promovia uma desestruturação da malha social e impunha seu

reordenamento territorial tendo como base a eficiência econômica e não a permanência da vida.

Os investimentos que a empresa fez em patrimônio cultural edificado entram como um complemento dessa mesma estratégia. Num gesto que pode ter sido calculado e que teria como finalidade restaurar uma igreja ou uma estação ferroviária para garantir uma imagem de empresa compromissada, legitimou sua presença no território e neutralizou ou, pelo menos, reduziu possíveis críticas sobre sua atuação. Além disso, temos também o retorno institucional e simbólico que permite a empresas a vincular sua marca a circuitos culturais, criar vínculos com universidades, artistas e gestores públicos, podendo até chegar a ter influência sobre o que deve ou não ser protegido. Em resumo, é possível sugerir que se trata de uma estratégia empresarial cujo objetivo é usar o patrimônio como uma moeda de troca para o avanço minerário. O gráfico a seguir nos ilustra isso:

Gráfico 1 - Número de investimentos feitos pela Gerdau por ano



Fonte: Santos (2024), com modificações da autora

Podemos notar uma constância na quantidade de investimentos em patrimônio cultural edificado feitos pela Gerdau entre 2011 e 2020, sendo 1 por ano. Já em 2021 houve um aumento súbito para 4 investimentos e 3 no ano de 2023. Há indícios de que essa mudança na quantidade de investimentos da Gerdau não aconteceu por acaso e de que não se trata de uma resposta espontânea da empresa a demandas comunitárias. Isso porque esses novos investimentos tiveram um papel estratégico no avanço do processo de licenciamento do Projeto UTM II – Fase 2, aquele mesmo que foi apresentado anteriormente e que prevê a

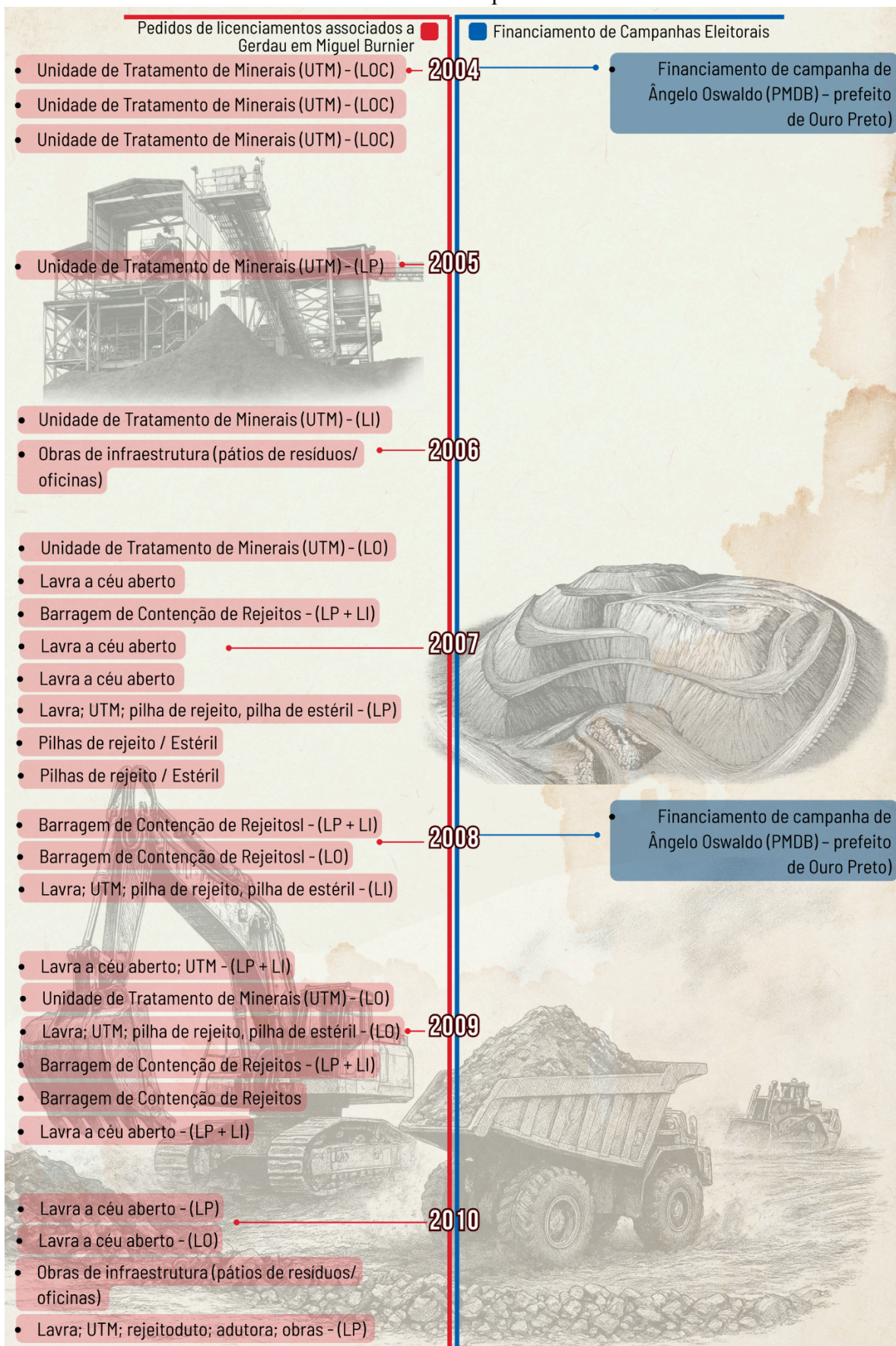
ampliação da capacidade de produção no distrito em mais de 500%, e que pode significar o derradeiro fim de Miguel Burnier com a saída das últimas famílias restantes. A linha do tempo a seguir nos dá uma comparação dos pedidos de licenciamentos ambientais¹³ feitos pela Gerdau, dispostos no lado direito da linha, com os investimentos realizados em patrimônio cultural edificado dispostos no lado esquerdo da linha e separados em investimentos voluntários, investimentos feitos a partir de obrigações legais dentro e fora de Miguel Burnier (Fig. 27).

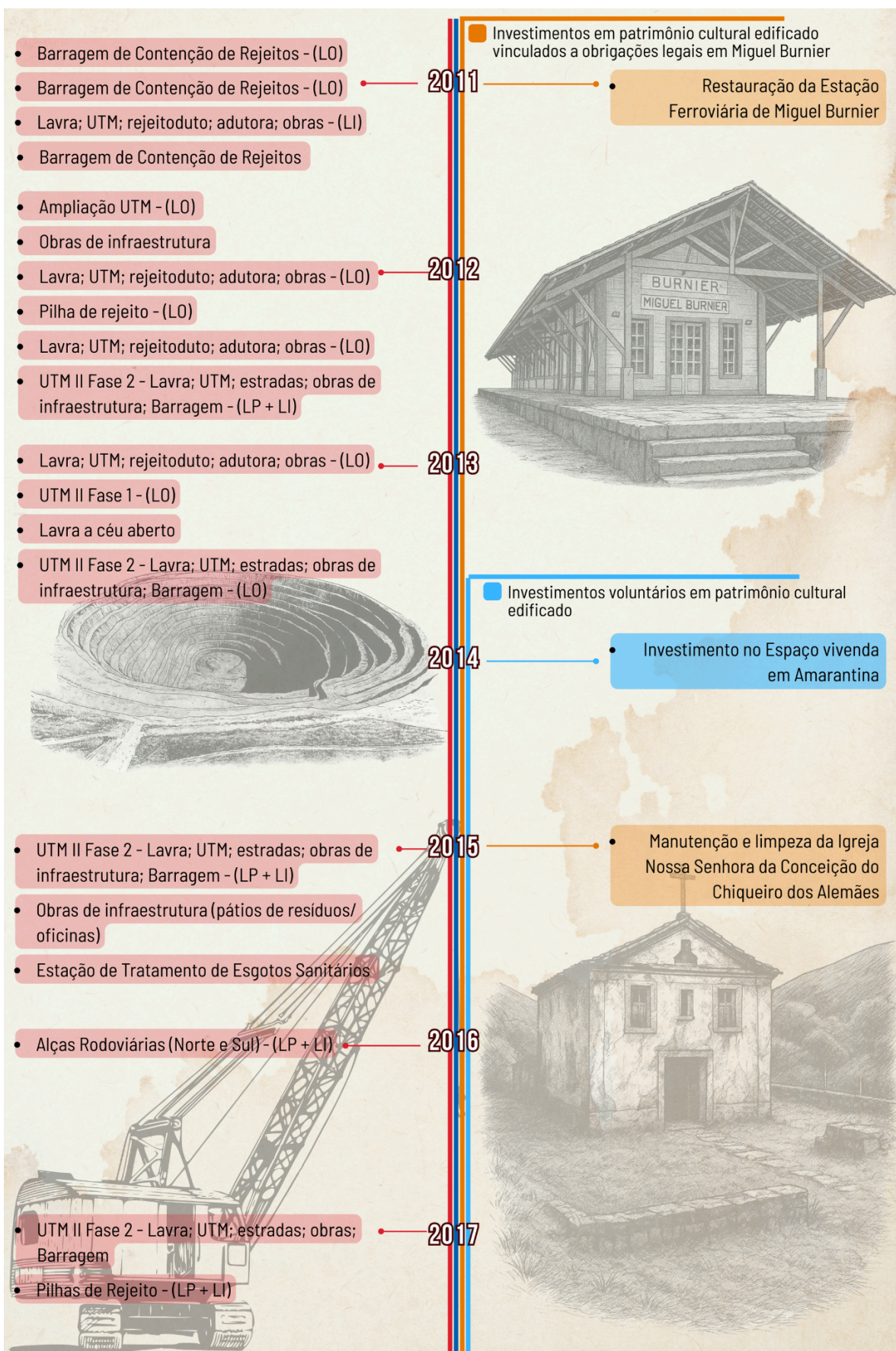
¹³ O regulamento da Lei de Política Ambiental disciplinou, no plano operacional, a instrução e o processamento do Licenciamento Ambiental de atividades de significativo impacto ambiental à elaboração de EIA/RIMA e dividiu o processo de licenciamento ambiental em três fases, são elas:

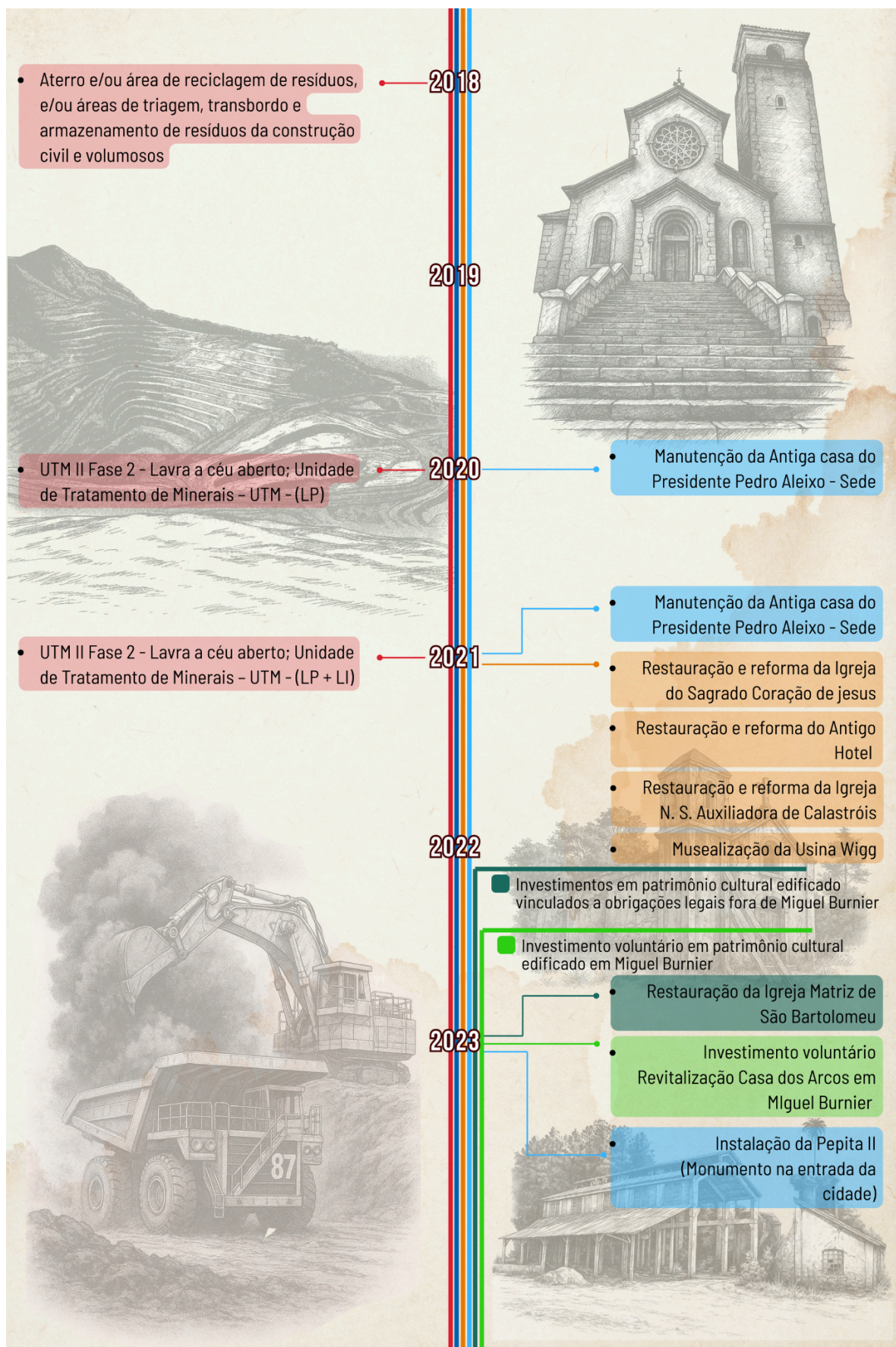
Licença Prévia (LP): correspondente à fase de planejamento, análise de viabilidade e projeto básico do empreendimento. Licença de Instalação (LI): autoriza a instalação do empreendimento, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes. Licença de Operação (LO): autoriza a operação do empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação. (Estudo de impacto ambiental – EIA: Projeto Pilha de Disposição de Estéril e Rejeito – PDER Guariba. Ouro Preto e Congonhas, MG: Ferro + Mineração, fev. 2023, p. 52).

Além das três fases existe também a Licença de Operação em caráter corretivo (LOC), usada para regularizar atividades ou empreendimentos que já operam sem a licença válida, viabilizando sua continuidade de forma legal e ambientalmente adequada.

Figura 27 – Linha do tempo do histórico de licenciamentos x investimentos em patrimônio cultural edificado pela Gerdau







Fonte: Autoria própria

A partir da análise da linha do tempo, conseguimos ter uma visão da diferença, em questão de quantidade, entre os pedidos de licenciamento ambiental feitos pela Gerdau e os investimentos realizados pela mesma. Os pedidos de licenciamento são constantes e sempre envolvem estruturas de grande porte que conseqüentemente vão gerar grandes impactos. Em contraste a isso, temos a escassez de investimentos em patrimônio por parte da empresa, além de serem poucos quando falamos de número de investimentos, a grande maioria está vinculada a alguma obrigação legal imposta à empresa por algum ato ilegal cometido.

O que nos é revelado com isso é que Miguel Burnier não tem patrimônio cultural edificado em quantidade ou que possua relevância suficiente para garantir que investimentos compatíveis com a frequência de pedidos de licenciamentos sejam feitos. Existe então uma relação desproporcional entre licenciamentos e investimentos que nos mostra que as mineradoras veem o distrito apenas como um território meramente voltado para a exploração mineral onde não é necessário se preocupar em fazer compensações justas quando o assunto é proteção e valorização do patrimônio.

Desse modo, podemos dizer que essa lógica que norteia os investimentos têm caráter funcional, tendo como objetivo restaurar determinados bens patrimoniais, principalmente os tombados ou que possuem algum potencial de reconhecimento institucional, não como um gesto de preservação e cuidado, mas como uma moeda de troca que vai garantir a continuidade e avanço da mineração em novas porções do território, mesmo que isso signifique o fim do lugar enquanto uma comunidade viva.

O que torna esse contexto ainda mais complexo é que todos os investimentos realizados em 2021 foram incorporados nos documentos de licenciamento como compensações ambientais, que é um instrumento jurídico que visa minimizar os impactos negativos de atividades que causem degradação ambiental considerável. O que, na prática, significa que a empresa vai diminuir um impacto causado por ela mesma, por meio de um investimento que vai permitir que a mesma consiga a autorização para gerar mais impactos futuramente. Essa transformação, que faz do patrimônio uma ferramenta de viabilização da mineração, reforça a ideia de que quando a memória passa a ser instrumentalizada por interesses corporativos, ela deixa de ser um direito e passa a ser um recurso explorável, assim como todo o restante do território.

Quando ponderamos esses fatos, vemos que numa lógica de perdas e ganhos, não há uma equivalência possível entre a devastação de centenas de hectares de terra somado à supressão de matas e nascentes com o restauro de um edifício isolado. Portanto, o que se apresenta como preservação envolto em um discurso de responsabilidade social nada mais é

do que uma estratégia para camuflar violências socioambientais onde o patrimônio cultural edificado se torna um apagador de conflitos e legitimador de empresas em territórios onde elas mesmas têm o papel de agentes de devastação.

Deste modo, temos a sustentação da aparência e não da vida, em meio a um território que vem sendo esvaziado silenciosamente à medida que moradores são deslocados, removidos ou simplesmente desestimulados a ficar. Ficam, portanto, as perguntas: preservar para quem? De que serve a integridade física de um edifício se o uso cotidiano, o compartilhamento, o pertencimento, foi apagado junto à comunidade? Preservar para quê? Se só o que vai sobrar será a memória sem povo, o patrimônio sem comunidade e uma imagem restaurada à custa do deslocamento de seus habitantes.

Miguel Burnier está morrendo. O que está acontecendo ali não é repentino e nem visível o suficiente para ser capturado em jornais, mas representa um fim do mundo, vagaroso, silencioso e que está enraizado na passagem do tempo. É um fim onde cada porta e janela que já não abre, cada família que parte e cada criança que deixa de ir à escola representa um pedaço do mundo que lenta e silenciosamente está deixando de existir. Enquanto isso acontece, vemos igrejas sendo restauradas, estações sendo pintadas e placas de patrimônio sendo fixadas, quase como se o tempo e a vida pudessem, dessa forma, ser aprisionados em uma estrutura de alvenaria, quase como se manter uma fachada ilesa fosse o suficiente para negar a ausência de quem lhe trazia sentido.

Em seu texto, Ailton Krenak (2019) nos lembra que o mundo não acaba de uma vez, mas sim em inúmeras pequenas mortes que se unem. Ou seja, um mundo tem seu fim sempre que um povo é arrancado de sua terra, sempre que um rio é poluído e deixa de correr, sempre que uma montanha é ferida e rasgada até não sobrar mais relevo. Em Miguel Burnier o mundo acaba quando a permanência se torna insustentável e o que era um território vivo se transforma em apenas mais um cenário para as narrativas das mineradoras.

Sabemos que não há a possibilidade de existir um futuro em uma paisagem sem seu povo, sem uma história viva e sem corpo presente. E aqui fica mais uma pergunta, incômoda, necessária, que ecoa como um grito abafado: o que é um patrimônio sem comunidade? Será que essa tentativa de manter de pé o que está sendo esvaziado de vida não seria apenas um último gesto antes do apagamento completo?

Encerrar aqui este trabalho não significa o fechamento de um ciclo, mas sim a demarcação de um campo de luta. Como disse Krenak (2019), nós não temos um mundo de reposição, cada território apagado leva consigo uma parte daquilo que nos faz humanos, e

cada gesto de resistência, cada morador que permanece mais um dia, cada memória que insiste em não se calar representa um mundo que ainda pulsa, mesmo em ruínas.

Mas mesmo perante esse mar de destruição que cerca todos os lados, ano após ano em que a vida insiste em permanecer, sabemos que a comunidade não se foi, está aqui presente em cada gesto, cada celebração e em cada imagem que resiste ao esquecimento, e assim a luta continua.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a conclusão deste trabalho podemos reconhecer que não se trata de um ponto final, mas sim de um marco em um percurso que continua. A partir das análises aqui realizadas, buscamos lançar luz aos conflitos presentes no cotidiano do distrito de Miguel Burnier, uma comunidade historicamente marcada pelo silenciamento, pelo êxodo populacional, pela espoliação territorial e pelo avanço da mineração em seu território. Mas, em contrapartida, também é um lugar repleto de memórias, vínculos e a resistência que busca se manifestar em cada encontro, em cada festa e em cada bem patrimonial cuidado coletivamente pelos moradores.

Buscamos neste trabalho mostrar que a disputa é por espaço físico, mas também por narrativa, por sentido e pelo futuro. E deixamos claro a forma contraditória da atuação da Gerdau, que ao mesmo tempo em que amplia suas estruturas minerárias causando danos ao território, ao meio ambiente e à comunidade, também investe pesado na preservação e restauro dos patrimônios culturais edificados.

Talvez a principal razão para isso seja porque a melhor forma de apresentar a logomarca e gerar para si uma imagem de empresa comprometida, cuidadosa e responsável, é associando-a ao patrimônio cultural edificado de um território e distanciando o olhar das pessoas dos danos que as empresas provocam. Isso se torna ainda mais evidente a partir da reflexão de Santos (2024) de que o investimento em patrimônio cultural é uma ferramenta para dar visibilidade à marca, para o maior número possível de pessoas. Santos (2024, p. 129) ainda destaca que:

É provável que, para essas pessoas, tal experiência – de visar logomarcas de megamineradoras associadas a patrimônios culturais edificados – crie nelas, inicialmente, uma dissonância cognitiva, quanto mais elas tenham consciência acerca dos impactos negativos de megamineradoras. Isto é, tal experiência pode criar nas pessoas uma contradição mental, que se dá entre a ideia de que as megamineradoras destroem a natureza e a ideia de que as megamineradoras preservam o patrimônio cultural.

Mas aqui é importante lembrar que o patrimônio não é passivo, ele é também um instrumento de reivindicação usado pelas comunidades locais, que constantemente lutam por pertencimento através deles e os tornam marcos de sua resistência. Essa instrumentalização que fazem do patrimônio é o ponto alto desse conflito, já que se por um lado as mineradoras enxergam o investimento em restaurações pontuais e ações culturais vinculadas ao patrimônio como uma oportunidade de legitimar seus processos de expansão territorial, dar suavidade aos

impactos socioambientais causados por suas atividades e construir uma imagem de responsabilidade social, capaz de atenuar críticas sobre os impactos da mineração. Por outro lado, para os moradores, o patrimônio representa uma conexão com sua história, um símbolo de pertencimento, uma ferramenta de reivindicação de seus direitos territoriais e culturais e um abrigo contra o esquecimento.

Ao final deste trabalho, podemos afirmar que o patrimônio cultural edificado não é apenas uma relíquia do passado, é também um campo de batalhas do presente. A escolha de Miguel Burnier para fazer o estudo de caso desta monografia, no lugar de casos mais conhecidos no âmbito nacional, como por exemplo os desastres-crime de Mariana ou Brumadinho, foi com o objetivo de dar visibilidade a essa lama invisível que, ao longo de décadas, está corroendo os vínculos comunitários e silenciosamente está alterando os modos de vida das comunidades.

Para a Arquitetura e Urbanismo, este trabalho busca reafirmar o compromisso ético e político do profissional, que num cenário de avanço extrativista, que transforma a vida em estatísticas, território em mercadoria e a memória em marketing, é esse profissional que vai pensar na arquitetura como um instrumento capaz de fazer a mediação entre memória e futuro, entre território e vida digna. Num ato de resistência e cuidado, é ele que vai se comprometer a questionar quem restaura, e vai trazer à tona o porquê e para quem se está restaurando. O mundo não acaba de uma vez, ele acaba um pouco cada vez que um território é retirado das mãos de seus habitantes. Baseado nisso, podemos dizer que esta monografia é como um grito para que o mundo em Miguel Burnier não acabe sem luta.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Murilo da Silva et al. (Org.). **Mineração: realidades e resistências**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 1. ed.
- AKINRULI, S. A.; COSTA, P. T. . **Geoprocessamento do patrimônio cultural: os contextos e conflitos da mineração no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero**. In: Centro de Estudos Mineiros (CEM) - Fafich/UFMG. (Org.). *Anais do XII Seminário de Estudos Mineiros: Mineração, Cidadania e História / Inconfidência - 230 anos*. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, v. , p. 209-219.
- AKINRULI, Samuel Ayobami. 2017. **Geoprocessamento para a análise das dinâmicas geoespaciais e temporais do patrimônio cultural do distrito de Miguel Burnier, Ouro Preto, Minas Gerais**. Monografia de Especialização. IGC, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/IGCM-AX9MUT>.
- AKINRULI, Luana Carla Martins Campos. 2018. **A desconstrução do esquecimento em contexto de conflito ambiental: arqueologia e etnografia da comunidade de Miguel Burnier, Ouro Preto, Minas Gerais**. Tese de Doutorado. PPGAN, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-BCDH4A>
- AMIG – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS MINERADORES DE MINAS GERAIS E DO BRASIL. **Barragem que ameaça Macacos começa a ser desmanchada pela Vale**. *AMIG*, 2024. Disponível em: <https://www.amig.org.br/noticias/barragem-que-ameaca-macacos-comeca-a-ser-desmanchada-pela-vale>. Acesso em: 25 maio 2025.
- BAETA, Alenice. PILÓ, Henrique. **Miguel Burnier marcas históricas**: Ouro Preto. Belo Horizonte: Gerdau, 2012.
- CARNEIRO, Karine Gonçalves; SOUZA, Tatiana Ribeiro de. **Desastralização - a proposta de uma ferramenta-conceito para analisar casos de desastres criados**. /InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, v. 9, n. 1, jan./jun. 2023, Brasília, p. 505-524.
- CAVALCANTI, Mariana. **“Lama invisível” de barragem destruiu projetos de vida em cidade de MG**. *Agência Brasil*, 3 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-03/lama-invisivel-de-barragem-destruiu-projetos-de-vida-em-cidade-de-mg>. Acesso em: 25 maio 2025.

COELHO, T. P. (2017) **Minério-dependência e alternativas em economias locais**. Versos - Textos para Discussão POEMAS, 1(3), 1-8.

DORES. Fernanda Karoline das. **O distrito de Miguel Burnier: da territorialização à decadência sócio espacial**. 2021. 87 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

G1 MINAS. **Nível de emergência da barragem da Vale em Barão de Cocais é reduzido**. *G1 Minas Gerais*, 26 ago. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/08/26/nivel-de-emergencia-da-barragem-da-vale-em-barao-de-cocais-e-reduzido.ghtml>. Acesso em: 25 maio 2025.

G1 MINAS. **Vale conclui descomissionamento de mais uma barragem em Minas**. *G1 Minas Gerais*, 13 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/05/13/vale-conclusao-barragem.ghtml>. Acesso em: 25 maio 2025.

GERDAU S.A. **Gerdau entrega restauração da Igreja Sagrado Coração de Jesus, em Miguel Burnier, Ouro Preto (MG)**. *Gerdau Notícias*, 16 dez. 2024. Disponível em: <https://www2.gerdau.com.br/noticias/gerdau-entrega-restauracao-da-igreja-sagrado-coracao-d-e-jesus-em-miguel-burnier-ouro-preto-mg/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

GUDYNAS, Eduardo. **Derechos de la Naturaleza y Políticas Ambientales**. Uruguai: Plural Editores, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização à Multiuterritorialidade**. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 6774–6792.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LOURENÇO, Cristiane. **Evacuação de área de barragem: indenizações já somam R\$ 136 milhões**. *Estado de Minas*, 11 jul. 2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/07/11/interna_gerais.1518909/evacuacao-de-area-de-barragem-indenizacoes-ja-somam-r-136-milhoes.shtml. Acesso em: 25 maio 2025.

MIGUEL BURNIER. *Publicações diversas*. Página oficial. Facebook, [s.d.]. Disponível em: <https://www.facebook.com/miguel.burnier.35>. Acesso em: 7 jul. 2025.

MAB – MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Em Itatiaiuçu (MG), famílias aguardam reparação da ArcelorMittal. *MAB*, 9 fev. 2024. Disponível em: <https://mab.org.br/2024/02/09/em-itatiaiuçu-mg-familias-aguardam-reparacao-da-arcelormittal/>. Acesso em: 25 maio 2025.

MAXWELL, Kenneth. A devassa da devassa: A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750- 1808. 5ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

NEVES, M. D. A Usina Wigg. In: BAETA, A.; PILÓ, H. (Org). **Miguel Burnier Marcas Históricas.** Belo Horizonte: Gerdau, 2012, p. 121-149.

OLIVEIRA, Guilherme Gabriel; MACEDO, Felipe Augusto Passos. O retrato esquecido de Miguel Burnier. 2019. 54 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

PAULO, Laura Dias Rodrigues de. Participação popular no processo de eleição de bens culturais á luz da democracia deliberativa e do 'reconhecimento'. 2019. 182 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.

PRIME PROJETOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA. Estudo de impacto ambiental – EIA: Projeto Pilha de Disposição de Estéril e Rejeito – PDER Guariba. Ouro Preto e Congonhas, MG: Ferro + Mineração, fev. 2023.

PEREIRA, Larissa Costa. Atingidos por barragem de Antônio Pereira (MG) lutam para manter assessoria técnica. *Brasil de Fato*, 15 abr. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/04/15/atingidos-por-barragem-de-antonio-pereira-mg-lutam-para-manter-assessoria-tecnica/>. Acesso em: 25 maio 2025.

PINHO, Frederico Alves. NEIVA, Ismael Krishna de Andrade. 200 anos Fábrica Patriótica: A primeira indústria de ferro do Brasil. Belo Horizonte, Vale, 2012.

PROJETO ESTAÇÃO CULTURA. Página oficial. Facebook, [s.d.]. Disponível em: https://www.facebook.com/projeto.estacaocultura/?locale=pt_BR. Acesso em: 13 jul. 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha.** In: CECEÑA, Ana Esther (org.). *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 151–197.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades.** In: CECEÑA, Ana Esther (org.). *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2004. p. 217–224.

QUINTÃO, Frederico Dornellas Martins; TEODÓSIO, Armino dos Santos de Sousa; DIAS, André Luiz Freitas. **Doce fel da minero-dependência nas cidades mineiras: Brumadinho e Itabira em perspectiva.** *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 647–668, maio/ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2022-5409>.

SANTOS, Lucas Ramos de Oliveira. **Minas Abertas e Patrimônios Gerais Reflexões sobre a colonialidade da Natureza e os investimentos de megamineradoras na preservação e utilização do patrimônio cultural edificado em Ouro Preto.** 2024.169 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2024.

SANTUÁRIO MIGUEL BURNIER. Página oficial. Facebook, [s.d.]. Disponível em: https://www.facebook.com/miguelburnier.santuario/?locale=pt_BR. Acesso em: 13 jul. 2025.

SILVA, Cristiane. **Assinatura de documento garante restauração da estação ferroviária de Miguel Burnier.** Estado de Minas, Belo Horizonte, 15 jul. 2011. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/07/15/interna_gerais,239975/assinatura-de-documento-garante-restauracao-da-estacao-ferroviaria-de-miguel-burnier.shtml. Acesso em: 13 jul. 2025.

VAREJANO, Igor. **Primeira etapa do ‘Patrimônio Vivo’ é entregue em Miguel Burnier.** *Jornal Galilé*, Ouro Preto, 18 set. 2023. Atualizado em 19 set. 2023. Disponível em: <https://galile.com.br/primeira-etapa-do-patrimonio-vivo-miguel-burnier/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

VILLALTA, Luiz Carlos & BECHO, André Pedroso. **Lugares, espaços e identidades coletivas na Inconfidência Mineira. 555 - 578.** In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. & VILLALTA, Luiz Carlos (Org.) *As Minas Setecentistas*. v. 2. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.